



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA.
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE,
AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**

ROBERTH RODRIGUES FERREIRA

**GESTÃO DA PESCA NA ILHA DE SÃO MIGUEL, SANTARÉM, PARÁ:
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA ACESSO, USO E CONTROLE DOS RECURSOS
PESQUEIROS LOCAIS**

Orientador: Prof. Dr. Rubens Elias da Silva

SANTARÉM/PA

2018

ROBERTH RODRIGUES FERREIRA

**GESTÃO DA PESCA NA ILHA DE SÃO MIGUEL, SANTARÉM, PARÁ:
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA ACESSO, USO E CONTROLE DOS RECURSOS
PESQUEIROS LOCAIS**

Dissertação apresentada para defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida, Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Elias da Silva

Linha de pesquisa 2: Biodiversidade, Saúde e Sustentabilidade

SANTARÉM/PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIGI/UFOPA

F413g Ferreira, Roberth Rodrigues
Gestão da pesca na ilha de São Miguel, Santarém, Pará: mobilização política para acesso, uso e controle dos recursos pesqueiros locais/ Roberth Rodrigues Ferreira. – Santarém, 2018.

102 fls.: il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Rubens Elias da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida. Santarém, 2018.

1. Gestão de Pesca. 2. Ilha de São Miguel - Santarém - Pará. 3. Políticas Públicas. I. Silva, Rubens Elias da, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 693.308115

ROBERTH RODRIGUES FERREIRA

**GESTÃO DA PESCA NA ILHA DE SÃO MIGUEL, SANTARÉM, PARÁ:
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA ACESSO, USO E CONTROLE DOS RECURSOS
PESQUEIROS LOCAIS**

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para qualificação como quesito parcial para obtenção de título de Mestre em Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rubens Elias da Silva (PPGSAQ/UFOPA)
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira (PPGSAQ/UFOPA)
Membro Interno

Prof. Dr. Charles Hanry Faria Jr. (PPGRACAM/UFOPA)
Membro

Prof. Dr. Nirson Medeiros da Silva Neto (PPGCS/UFOPA)
Membro Externo

Aos meus pais, Luiz Vinhote Ferreira e Maria Hilda Rodrigues Ferreira, por me ensinarem a viver de forma digna e não medirem esforços para realização desta etapa de minha vida.

In memoriam de meu tio Dalmiro Rodrigues Filho, que partiu há quatro anos, mas continua intercedendo pelos seus familiares.

Ao meu tio, Paulo Rosimar Vinhote Ferreira, pela liderança e trabalhos realizado para manter a conservação dos recursos pesqueiros na Ilha de São Miguel.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me abençoar com sabedoria e paciência para realizar as atividades acadêmicas e pela força dada para realização deste sonho.

Aos meus pais, Luiz Vinhote Ferreira - seu Lulu - e Maria Hilda Rodrigues Ferreira - dona Hilda - por tudo o que me ensinaram e o exemplo que deram sobre suas experiências de vida, sobretudo a de meu pai, pois foi vendo suas ações pela luta e defesa dos pescadores que me fizeram estudar a pesca.

Aos meus irmãos, Luiz Augusto, Elizangela e Daliene, que sempre me apoiaram e contribuíram de diversas maneiras para que esse dia chegasse, seja ajudando financeiramente ou apontando leituras quando eu ligava no meio da noite pedindo ajuda para esclarecer algum termo ou ponto no meu projeto de dissertação.

Aos moradores da comunidade Ilha de São Miguel, por permitirem a minha pesquisa no seu território pesqueiro, agradeço pela hospitalidade e pela contribuição nas falas e nos momentos que pude presenciar o trabalho da comunidade para manter a gestão da pesca na Ilha.

Ao meu orientador do mestrado e da vida, Professor Dr. Rubens Elias da Silva que confiou no meu trabalho e ajudou muito na construção desse sonho dando sugestão de abordagem metodológica e de leituras que foram de essencial importância para o andamento da pesquisa e elaboração dessa dissertação.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa durante o período de realização deste mestrado.

Ao Projeto Pro-Amazônia, pelo apoio financeiro durante uma fase de campo desta pesquisa.

Ao meu tio, Paulo Rosimar Vinhote Ferreira – Seu Paulo - que me acolheu em sua residência todas as vezes que fui a campo e por ser meu contato com os moradores da comunidade Ilha de São Miguel tornando-se um dos: principais ombros" que me apoiou nessa pesquisa.

Ao meu primo, Yan Guedes Ferreira por ser meu guia de campo durante minha permanência na Ilha de São Miguel, me ajudando a me deslocar pela comunidade, levando-me as casas dos pescadores e locais onde estes se reuniam.

A Aldine Lima, minha namorada e companheira de todo esse processo, agradeço por ouvir meus anseios e medos (viajar com chuva, ser ferrado por uma arraia) antes das minhas viagens de campo e por sempre compreender e apoiar a minha pesquisa, principalmente nos momentos que fiquei ausente.

Aos meus avaliadores do exame de qualificação, Professor Dr. Thiago Vieira, Professor Dr. Antonio Oviedo e Professor Dr. David McGrath pelas suas contribuições e sugestões para o melhoramento de minha pesquisa e da dissertação.

Aos meus avaliadores da banca de Defesa, Professor Dr. Thiago Vieira, Professor Dr. Charles Hanry Faria Junior e Professor Dr. Nirson Medeiros da Silva Neto pelas sugestões, apontamentos, elogios e críticas que serviram para compreensão da gestão da pesca na Ilha de São Miguel e nas sugestões para estudos futuros.

As minhas tias, Maria Zenaide - dona Zezé - e Maria Lizoneth - dona Neth que sempre me apoiaram e incentivaram a continuar estudando.

Ao meu afilhado Élisson Rodrigues da Costa pelo incentivo e apoio dado durante essa fase da minha vida - emprestando seu notebook nas vezes que o meu queria um descanso - e por todos aqueles momentos que não pude ajudá-lo nas tarefas domiciliares e que mesmo assim entendeu.

Aos meus amigos Marivaldo Oliveira Junior, Fernando Filho, Ilaene Aquino, Orácio Carvalho, Marnie Ferreira e Thayro Juliano pelo incentivo, conversas, diálogos e por terem me apoiado nesse trabalho em especial Fernando pela ajuda na elaboração dos desenhos de minha dissertação.

Aos amigos do mestrado Mirna Malcher, Suelany Sousa, Rogério Ribeiro, Cláudia Neves e Wandicleia Lopes apoio e conversas incentivadoras nos momentos que mais precisei.

A minha eterna professora de História Áurea Nina Monteiro que durante as suas aulas no Ensino Médio na Escola Amadeu Burlamaqui Simões – CEABS - sempre dizia: "tu vais longe cara", e por toda ajuda dada no início de minha vida acadêmica me cedendo casa quando precisei fazer as provas do processo seletivo da UFPA em 2009 e pelo relógio que me deu de presente para me programar melhor na hora das provas. Se teve uma pessoa além de minha família que confiou e acreditou que poderia ser mais do que imaginava foi esta mulher.

Por fim, quero agradecer aqueles que mesmo não tendo uma convivência diária comigo quando me viam perguntavam: como "tá" o mestrado? e a dissertação sai quando? A todos vocês meu muito obrigado.

O sucesso dos acordos de pesca está inteiramente ligado ao processo de organização da sociedade civil (Santos, 2005).

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a gestão da pesca por meio do acordo de pesca de base comunitária e o manejo do pirarucu realizados pelos moradores da comunidade Ilha de São Miguel, localizada, no Município de Santarém, oeste do Estado do Pará, entendendo as estratégias construídas e estabelecidas a partir da mobilização política para uso racional dos recursos pesqueiros locais. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa amparada na escrita etnográfica, uma vez que este método permite observar e analisar a cultura de determinada sociedade por meio do olhar, ouvir e escrever as práticas cotidianas percebidas durante o campo, além de criar laços de proximidade entre pesquisador e pesquisado. No trabalho de campo foram realizados os seguintes procedimentos: pesquisa documental na tentativa de conseguir nos documentos (atas de reuniões, estatuto da associação de moradores e o acordo de pesca) as regras e punições estabelecidas para uso e controle da pesca na Ilha; entrevistas e diálogos semiestruturados com as famílias objetivando levantar a caracterização sociodemográfica da comunidade e a atual situação da pesca a partir da percepção deles; diálogos e entrevistas semiestruturadas com os pescadores mais antigos, buscando perceber nas histórias orais as iniciativas criadas pelo grupo para construção da gestão da pesca atual; entrevistas semiestruturada com as lideranças atuais buscando perceber as estratégias e ações exercidas na atualidade para a manutenção da gestão da pesca local; e registros fotográficos, visualizando as paisagens, processos e dinâmicas da cotidianidade no espaço vivido da comunidade. Atualmente, 44 famílias usam e controlam o território da Ilha de São Miguel tendo como principal fonte de renda a atividade da pesca. Ressalta-se que no passado os pescadores locais juntamente com os de fora realizaram uma grande pressão nos lagos em busca do pescado levando ao exaurimento do estoque pesqueiro local. Buscando conseguir a volta do recurso pesqueiro, os comunitários da Ilha passaram a construir e praticar ações que visam a conservação e manutenção do recurso em questão, bem como de seus territórios extrativos. Essas ações foram elaboradas no acordo de usufruto de 1974 e consolidadas no acordo de pesca de 1985 e no manejo do Pirarucu no ano de 1997, mantidas até os dias atuais, que por meio do cumprimento das regras locais evidenciam alicerçada na ação coletiva que deliberando regras para pescar nos lagos da comunidade proporciona uma sustentabilidade local, evidenciada no uso racional dos recursos pesqueiros, além de assegurar a qualidade de vida a todos os moradores da Ilha

Palavras-chave: Gestão da pesca, mobilização política, Ilha de São Miguel.

ABSTRACT

This research aims to understand the fishery management through the community-based fishery agreement and the management of pirarucu performed by the residents of São Miguel Island, community located in the municipality of Santarém, west of state of Pará. Understanding the strategies built and established from the political mobilization for the rational use of local fishing resources. This research owns a qualitative boarding supported in ethnographic writing, once this method allows to observing and analyze the culture of a certain society, between looking, listening and writing the everyday practices noticed during the camp, besides of create proximity ties between of researcher and researched. In the camp work the following procedures were performed: documentary research trying to get in the documents (minutes of meeting, residents association estatute and fishery deal) the rules and punishments established for the use and control of fishery in the Island; interviews and semistructured dialogue with the families aims lifting the sociodemographic characterization of community and the current fishery situation from their perception; dialogues and semi structured interviews with the older fishermen, seeking to perceive the strategies and actions currently carried out for the maintenance of local fishery management; and; photographic records, visualizing the landscapes, processes and dynamics of everyday life in the space lived in the community. Nowadays, 44 families use and control the São Miguel Island territory, having as main source the fishery activity. It should be noted that in the past, the local fishermen together with those from outside made a large pressure in the lakes in search of fish leading to the exhaustion of the local fishing stock. Seeking to get back to the fishing resource, community members of the Island began to build and practice actions aimed at preserving and maintaining the resource in question, as well os its extractive territories. These actions were elaborated in the agreement of usufruct of 1974 and consolidated in the agreement of fishing of 1985 and in the management of the Pirarucu in the year of 1997, maintained until the present days, that through the fulfillment of the local rules evidence based on the collective action that deciding rules to fish in the community's lakes provides local sustainability, evidenced by the rational use of fishing resources, as well as ensuring the quality of life for all Islanders.

Keywords: Fishery Management, political mobilization, São Miguel Island

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMISM - Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

GRANAV - Grupo Ambiental Natureza Viva

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IN – Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEB - Movimento de Educação de Base

MOPEBAM - Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas

ONG – Organização não-Governamental

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PNDP - Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca

PPGSAQ - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida

PRO VÁRZEA - Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

PU - Plano de Utilização

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade Ilha de São Miguel.	35
Figura 2 - O arpão é um dos principais apetrechos de pesca utilizado pelos pescadores da Ilha de São Miguel para capturar o pirarucu.....	49
Figura 3 - Planta do Panóptico de Bentham.	56
Figura 4 – Esquema representativo da vigilância interna na Iha de São Miguel	57
Figura 5 – Vista do Igarapé que dá acesso à Ilha de São Miguel durante a cheia.....	62
Figura 6 – Casa na Ilha de São Miguel com o solo submerso pela água	62
Figura 7 – Caminho na Ilha São Miguel utilizado para se locomover pelos espaços da comunidade.....	64
Figura 8 – Melancias à venda nas margens do rio Amazonas para serem vendidas.	65
Figura 9 – Vista do Igarapé que dá acesso à Ilha de São Miguel durante a vazante.	66
Figura 10 – Vista do Igarapé que dá acesso à Ilha de São Miguel durante a seca.	67
Figura 11 – Jovens empurrando a bajara para poder ter acesso a Ilha de São Miguel.	68
Figura 12 – Reunião da associação de moradores da Ilha de São Miguel	72
Figura 13 - Pescador jogando tarrafa no lago da Ilha.....	76
Figura 15 – Pescadores tratando pirarucu em São Miguel.	77
Figura 17 – Acampamento dos pescadores no Lago Poção.	79
Figura 18 – Pescadores conversando após a pescaria nas margens do lago Poção	80
Figura 19 - Mapa de identificação dos lagos de manejo de Pirarucu na Ilha de São Miguel..	81
Figura 20 - Pescadores se deslocando para as suas residências evidenciando a primeira rodada de vigilância dos lagos.....	84
Figura 21 - Mapa das rotas de vigilâncias na Ilha de São Miguel.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	20
2.1 CONFLITOS E GESTÃO DA PESCA NA VÁRZEA AMAZÔNICA BRASILEIRA: AÇÕES DE USO E CONTROLE DOS RECURSOS PESQUEIROS LOCAIS.....	20
2.2 ATIVIDADE PESQUEIRA NA MESORREGIÃO DO BAIXO AMAZONAS: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA ACESSO AOS RECURSOS PESQUEIROS	28
2.3 APORTES METODOLÓGICOS DA PESQUISA	31
2.4 O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	33
3 A PESCA EM SÃO MIGUEL: DA SUBSISTÊNCIA À GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS LOCAIS	38
3.1 A JUTA COMO FONTE PRINCIPAL DE RENDA DOS VARZEIROS DE SÃO MIGUEL.....	39
3.2 DA FARTURA À FALTA DO PEIXE	41
3.3 A GESTÃO DA PESCA NA ILHA DE SÃO MIGUEL: DA INSTAURAÇÃO DOS CONFLITOS A CONSTRUÇÃO DAS REGRAS LOCAIS	43
3.4 A ATIVIDADE DA PESCA NA ILHA DE SÃO MIGUEL NA ATUALIDADE.....	48
4 GESTÃO DA PESCA EM SÃO MIGUEL: CONTROLE SOCIAL SOB A AÇÃO DOS INDIVÍDUOS.....	51
4.1 DAS REGRAS DO JOGO: O CONTROLE SOCIAL DA PESCA EM SÃO MIGUEL 52	
5 ETNOGRAFIA: ENTENDENDO A GESTÃO DA PESCA LOCAL.....	60
5.1 AS VIAGENS DE CAMPO	60
5.2 A VIVÊNCIA DE CAMPO	70
5.2.1 As reuniões.....	70
5.2.2 A conversa com os pescadores.....	73
5.2.3 A visita aos lagos	75
5.2.3.1 O lago para a pesca de subsistência.....	75
5.2.3.2 O lago de captura do pirarucu	76
5.2.4 As vigilâncias do lago	83
5.2.5 A volta para Santarém.....	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	93
ANEXO.....	99
Anexo A – Acordo de Pesca da Comunidade Ilha de São Miguel.....	100

1 INTRODUÇÃO

A pesca é uma atividade presente na minha vida desde a infância que por ser filho de pescadores, acostumei-me a ver meus pais organizando os instrumentos de pesca e se deslocarem até o porto do bairro da Bela Vista na cidade de Alenquer, entrarem em suas embarcações (canoa¹/bote²/bajara³) e saírem pelo rio e lagos da várzea alenquerense em busca do sustento da família. Quando criança, ajudava meus pais a levar os instrumentos escolhidos para a pesca até o porto e a consertar as malhadeiras quando voltavam das pescarias. Essa era uma prática comum no bairro, pois, em toda casa de pescador sempre se via uma malhadeira estendida no quintal e os filhos ajudando os pais a desatrapalhar, consertar ou separá-las para a próxima pescaria.

Na medida que ajudava no processo de conserto ou de levar os apetrechos até o porto, sempre me questionava sobre o funcionamento do “universo da pesca”. Como os pescadores faziam para descobrir qual o melhor ponto para pescar? Qual era a estratégia adotada em cada viagem? Como sabiam que o local escolhido tinha o peixe que desejavam capturar? Assim como eu ia crescendo as dúvidas referentes a este universo aumentavam, principalmente quando meu pai, no ano de 1996, se tornou membro da diretoria da Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Alenquer (Z-28) e, em 1999, quando recebeu convite para participar como membro do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM) em Santarém. Embora as dúvidas tenham mudado de foco – não questionava mais sobre as artimanhas dos pescadores para capturar o pescado, mas na necessidade de representação para os pescadores, o porquê das reuniões e as diversas viagens que meu pai realizava para entender os percalços que a pesca vinha enfrentando em diversas regiões do Baixo Amazonas. Foi nessa fase de minha vida que comecei a ter contato com o termo acordo de pesca, pois, na maioria das reuniões que meu pai participava esse era um dos pontos de pautas e quando voltava das reuniões falava sobre as dificuldades que as comunidades enfrentavam para conseguirem pescar devido à escassez do peixe e os conflitos entre os pescadores locais com os pescadores de fora e que a única solução encontrada era um acordo de pesca.

¹ A canoa é um tipo de embarcação construída com tábuas de madeira, movida a remo, tendo por dimensão de 3,50 a 7 metros de comprimento e 1, 40 metros de largura. **Fonte:** pescador Luiz Vinhote Ferreira, 2017.

² O bote é uma embarcação construída com um único tronco de madeira, movida a remo, tendo por dimensão de 3 a 6 metros de comprimento e 1, 30 de largura. **Fonte:** pescador Luiz Vinhote Ferreira, 2017.

³ A bajara é um tipo de embarcação que utiliza um motor rabeta para se locomover, geralmente é feita de madeira e tem por dimensão 07 metros de comprimento por 1, 50 metros de largura. **Fonte:** pescador Luiz Vinhote Ferreira, 2017.

A dificuldade do peixe ficou clara nas poucas vezes que fui pescar com meu pai, onde não conseguíamos capturar uma grande quantidade, dando apenas para uma ou duas refeições. Lembro-me que já questionava no final daquela época (final dos anos 1990 e início dos anos 2000) como um acordo de pesca ia fazer voltar a ter peixe nos lagos? Qual o propósito desse tipo de acordo? A resposta veio através de uma cartilha que meu pai trouxe ao voltar de uma das suas viagens a qual explicava o objetivo, função e o passo a passo para se criar um acordo de pesca. Pude entender que o acordo de pesca não trazia o peixe de volta do nada, mas ele criava regras para que os pescadores voltassem a pescar de forma consciente e assim manter o estoque pesqueiro equilibrado.

Ainda, os questionamentos continuaram e ganharam novas proporções durante minha vivência acadêmica, no curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em que me deparei com alguns cenários relacionados à defesa do território das populações tradicionais na Amazônia. Nesses cenários, percebi as diferentes estratégias que esses grupos sociais faziam para defender e legitimar seus territórios, dentre esses cenários estavam as questões referentes à pesca. Foi nessa fase que decidi estudar o universo da pesca e todo o processo de luta dos pescadores, podendo, assim, buscar respostas aos meus questionamentos de criança na construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Nessa época decidi pesquisar sobre o gênero de vida da comunidade Ilha de São Miguel, localizada na microrregião do Aritaperá do município de Santarém enfatizando como a atividade da pesca se tornou o principal meio de vida dos comunitários (FERREIRA, 2014). A escolha desta comunidade se fez por dois motivos: a primeira foi por causa dos laços de familiaridade que possuo com a comunidade, uma vez que meu pai, avós, tios e primos são “filhos da Ilha⁴” e atuam para manter a gestão da pesca nos lagos locais; e o segundo motivo foi pelo fato da localidade possuir uma gestão da pesca centrada na conservação dos recursos pesqueiros desde a década de 1970, alicerçada no acordo de pesca local e no manejo do pirarucu.

Hoje com uma percepção mais madura, percebi que o tema gestão da pesca ficou restrito apenas a uma seção de meu trabalho final, fazendo-me buscar respostas a essa lacuna nessa atual fase de minha vida acadêmica. Para isso, resolvi estudar novamente os meus parentes tentando fazer o lado familiar virar algo conhecido como a discussão iniciada no trabalho de Gilberto Velho (1973) quando estuda um grupo social familiar em algo distante,

⁴ É uma designação que os moradores da Ilha de São Miguel dão àqueles que nasceram ou moram na comunidade.

logo, passível de estranhamento. Ainda, assim como o autor, pretendo nesse trabalho transformar minha proximidade com os pescadores da Ilha de São Miguel em algo estranho e distanciado para poder realizar uma análise reflexiva e não me deixar levar pré-noções já construídas pelo meu olhar, ouvidos e entendimento a respeito da gestão da pesca na Ilha de São Miguel.

Por conseguinte, ao estudar as dinâmicas sociais da pesca, busco apresentar como a ação coletiva⁵ dos moradores da várzea amazônica criou os acordos de pesca tornando-os determinantes para a organização social das comunidades varzeiras a partir da necessidade de proteger e preservar o recurso pesqueiro, seu principal meio de subsistência. Além disso, esse estudo possibilita compreensão da cotidianidade do varzeiro, seus saberes e práticas herdados e concretizados nas atividades de subsistência na tentativa de garantir sustento do grupo social que ali reside.

Não se trata apenas de teorizar sobre a pesca ou a luta dos pescadores pela defesa de seus territórios aquáticos, mas, sim, priorizar um debate sobre a questão socioambiental no contexto amazônico, sobretudo na região de várzea, a qual vem sendo palco dos conflitos entre os pescadores locais com os pescadores de fora desde a década de 1970. Silva e Ferreira (2018) estudando as construções dos acordos de pesca dos moradores da várzea do município de Santarém, no Estado do Pará, como tentativa de elaborar uma gestão de recursos pesqueiros comunitários apoiados por políticas públicas, percebem que as comunidades varzeiras criaram regras para controle, defesa e uso dos seus ambientes de pesca impedindo a entrada de pescadores de fora e delimitando *quem, onde e como* deve ser exercida a pesca nessas áreas. Ainda, os autores, ao analisarem 42 acordos de pesca entendem que o processo de autorregulação dos lagos nas microrregiões de pesca de Santarém criou um sistema de gestão da pesca a partir dos saberes locais e da convivência dos pescadores com os seus territórios aquáticos que busca manter tanto o estoque pesqueiro como a sustentação das famílias que ali residem.

Ademais, ao propor um trabalho sobre a gestão da pesca para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), opto por estudar as questões socioambientais dos pescadores da várzea produzindo conhecimento científico sobre um dos mais variados grupos humanos existentes no território amazônico, que,

⁵ Entendo ação coletiva a partir do estudo de Olson (1999) o qual aponta que indivíduos com intencionalidade comum vão agir coletivamente para o benefício de todo o grupo.

ao longo do seu processo histórico, estabeleceram intensas relações com os não-humanos⁶, construindo seus territórios, assim como os seus modos de vida.

Logo, estudar a pesca no contexto amazônico é buscar entendimento sobre uma atividade que é realizada de forma diversificada – seja pelos diferentes grupos que a exercem ou os tipos de pescaria que vem ocorrendo ao longo do tempo. Ruffino (2005) aponta que a atividade da pesca na Amazônia pode ser dividida em três fases distintas conforme o seu processo de desenvolvimento. Para o autor a primeira fase corresponde à pesca antes da década de 1960; a segunda entre as décadas 1960 à 1980; e a terceira de 1980 até os nossos dias.

O primeiro período corresponde à pesca destinada para a subsistência e fonte secundária de obtenção de renda dos grupos humanos. Para Veríssimo (1895) esta etapa ocorre desde o período pré-colombiano sendo realizada por grupos humanos sem ambição que viviam na calmaria da beira dos rios, pois os diversos corpos d'águas – rios, paranás, igarapés e lagos – ofereciam o meio mais fácil para conseguirem suprir suas necessidades de cada dia. Pantoja (2006) aponta que essa fase passa por diferentes etapas. Assim como Veríssimo (1895) este autor afirma que a fase começa no período pré-colombiano com as pescarias realizadas pelos povos aborígenes, passando pelo período colonial, até a surgimento de povoados caboclo-ribeirinhos, que se estabeleceram, principalmente em áreas de várzea. Ruffino (2005) e Pantoja (2006) apontam que essa fase termina com o declínio do ciclo da borracha e da juta, onde as comunidades varzeiras fazem da pesca sua principal fonte de obtenção de renda.

O segundo período, para Ruffino (2005), é marcado pelo desenvolvimento e modernização do setor pesqueiro e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Este órgão tinha por objetivo implantar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca – PNDP – e impulsionar um aumento na produção de recursos pesqueiros por meio dos incentivos fiscais, que forneciam auxílios técnico e financeiro ao setor pesqueiro, sobretudo na Amazônia com a incorporação de novas tecnologias de captura e armazenamento de pescado – motores a diesel, redes de emalhar de fibras de náilon e instalação de frigoríficos. Ainda, corroborando com Ruffino (2005), Batista *et al.* (2004) enfatizam que houve um aumento no uso de malhadeiras de náilon devido à facilidade de acesso que os pescadores tiveram para conseguirem o apetrecho fazendo deste o principal utensílio de pesca. Silva e Ferreira (2018) apontam que foi nesse período que houve um aumento na exploração

⁶ A interação entre humanos e não-humanos, segundo Descola (2006), ocorre de maneira que todos os envolvidos na relação – humanos, plantas, animais e encantados – se encontram no mesmo pé de igualdade. Este autor exemplifica sua assertiva relatando a dedicação que os indígenas amazônicos tinham ao tartar os animais, que mesmo sendo tatados como caça ou temidos predadores, eram considerados pessoas com que os humanos podem e devem interagir de acordo com regras sociais.

do recurso pesqueiro e ameaça para o exaurimento do estoque, agravando os conflitos entre pescadores locais e os pescadores de fora. Soma-se a isso o crescimento acelerado da população nos centros urbanos que permitia absolver o excedente de produção gerando com a exploração desordenada dos recursos pesqueiros (RUFFINO, 2005; FURTADO, 1997; SMITH, 1979; MCGRATH *et al.*, 1991). Ainda, o referido plano não levava em consideração o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas que tinham a pesca como principal fonte de dieta alimentar e renda (MELO, 1993; MCGRATH *et al.*, 1993; BATISTA *et al.*, 2004; CERDEIRA, 2009). McGrath *et al.* (1991) e Azevedo e Apel (2004) atestam que nesse período houve as primeiras tentativas de controle dos lagos pelas comunidades varzeiras a partir de implementação dos acordos de pesca comunitários, os quais designavam como deveria ser exercida a pesca nos lagos.

Ruffino (2005) atesta que a terceira fase é marcada pelo fim da Sudepe e criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. A criação desse órgão trouxe uma nova política para a pesca na Amazônia centrada no manejo e gestão dos recursos pesqueiros. É nesse período que ocorre a participação da sociedade para a tomada de decisões inicializando uma gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Para Oviedo *et al.* (2015) essa nova política assegurou a participação dos comunitários a respeito do uso e acesso dos recursos. Segundo Silva e Ferreira (2018) é nesse período que várias comunidades varzeiras juntamente com instituições organizacionais (Colônia de Pescadores Z- 20 e Ibama) do município de Santarém mobilizaram-se politicamente para transformar os acordos de pesca comunitários em regulamentos formais a partir do que regulamenta a Instrução Normativa (IN) nº 29, de 31 de dezembro de 2002. Essa normativa é considerada pelos autores como um marco normativo que serviu para regulamentar as atribuições institucionais e sociais na construção e manutenção dos acordos de pesca, uma vez que estes antes dessa normativa eram considerados informais que regulamentavam o acesso e uso dos recursos pesqueiros nos lagos sob a observação do IBAMA.

É com base nessa divisão temporal da pesca proposta por Ruffino (2005) que busco apresentar a gestão da pesca desenvolvida pelos moradores da comunidade Ilha de São Miguel uma vez que esta passou por todos os processos mencionados acima durante o seu processo de implementação e sua consolidação mesma atualmente, a qual vem mantendo os mesmos objetivos de 44 anos atrás, buscando problematizar como ocorre a mobilização política para a gestão da pesca em comunidades de várzea na Amazônia levando em consideração os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pelos moradores para garantir e manter em equilíbrio o estoque pesqueiro, bem como o sustento das famílias ali residentes.

Considerando o problema, tem-se as seguintes questões norteadoras:

- Quais fatores fizeram a comunidade Ilha de São Miguel criar uma gestão da pesca amparada em um acordo de pesca local e no manejo do Pirarucu?
- Quais desafios/conflitos que os moradores enfrentaram/enfrentam para assegurar o controle dos lagos?
- Qual a mobilização política adotada pelos filhos da Ilha para manter a gestão da pesca local?
- Como ocorre o controle das ações dos moradores da Ilha de São Miguel para que não infrinjam as regras impostas coletivamente?

Destarte, correspondente à problemática, assume-se como objetivo geral deste estudo compreender os processos de construção e consolidação da gestão da pesca a partir da mobilização política que os moradores da Ilha de São Miguel estabeleceram/estabelecem para garantir a gestão dos recursos pesqueiros. Para sua concretização, buscou-se: a) entender os fatores que levaram os moradores da Ilha criar um acordo de pesca comunitário visando a preservação dos estoques pesqueiros nos ambientes de pesca da comunidade; b) analisar o processo de mudança na atividade da pesca por meio de imposição de regras locais e os conflitos que foram se formando e/ou que se formam no território da Ilha; c) verificar a eficácia da ação coletiva para manutenção e controle do recurso pesqueiro nos lagos; d) identificar as estratégias adotadas pelos pescadores para manutenção da gestão da pesca local.

Este estudo está dividido em 06 (seis) seções:

A primeira seção corresponde à introdução do trabalho, onde aponto meus motivos para realização da pesquisa, a escolha do meu *locus* de estudo, bem como a problemática e os objetivos da pesquisa.

Na segunda seção, intitulada Aportes Teóricos e Metodológicos da Pesquisa, ocorre a descrição dos aportes metodológicos da pesquisa e busco desenvolver uma breve discussão acerca da temática conflitos de pesca e ações de uso e controle dos recursos pesqueiros na Amazônia apresentando as motivações para os conflitos de pesca nesse território assim como as iniciativas das comunidades varzeiras de proteger os seus lagos, sobretudo na mesorregião do Baixo Amazonas do Estado do Pará. Ainda, nesta seção é apresentado o locus da pesquisa mostrando a localização, o acesso e uma descrição sociodemográfica da comunidade.

A terceira seção trata do histórico da pesca na comunidade Ilha de São Miguel, mostrando todo o processo de desenvolvimento da pesca e as consequências sofridas pelos moradores durante esta transformação. Ainda nessa seção é apresentado de forma sucinta a atividade pesqueira na comunidade Ilha de São Miguel na atualidade.

A quarta seção mostra como a gestão da pesca controla a ação dos moradores da Ilha de São Miguel, que, tomando por método de análise os enunciados de Foucault, apresentando os mecanismos de domínio que a ANMISM utiliza para exercer o poder sobre seus associados.

A quinta seção traz os relatos da vivência de campo, durante minha estadia na comunidade, elencando minhas impressões, percepções e análises sobre a pesca em São Miguel. Traz ainda meu itinerário de viagem, buscando mostrar a partir dessa narrativa a percepção da paisagem que obtive durante as 06 viagens realizadas.

Por fim a sexta seção traz as considerações finais da pesquisa apresentada de forma sucinta como se dá o processo de mobilização política na efetivação da gestão da pesca na Ilha de São Miguel.

2 APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 CONFLITOS E GESTÃO DA PESCA NA VÁRZEA AMAZÔNICA BRASILEIRA: AÇÕES DE USO E CONTROLE DOS RECURSOS PESQUEIROS LOCAIS

Na Amazônia, a gestão da pesca é uma estratégia que as comunidades varzeiras utilizam para conservar os estoques pesqueiros de seus ambientes lacustres, bem como impedir a entrada de pescadores oriundos de outros lugares. Ao analisar a literatura disponível sobre essa temática (CASTRO e MCGRATH, 2001; MCGRATH *et al.*, 1991; HARTMANN 2001), percebe-se que a maioria das ações promovidas pelos pescadores da várzea visa o controle do lago a partir de regramento da atividade da pesca, impedindo que esta seja realizada com certos apetrechos e excluindo pescadores que não moram nas comunidades. Essa autorregulação dos lagos surge como uma possível solução à problemática da pesca enfrentadas pelos pescadores das comunidades da várzea a partir da década de 1970, pois com a expansão da pesca comercial, o pescado – sua principal fonte de renda – ficou cada vez mais “escasso”, dificultando a captura, inclusive para dieta alimentar, causando conflitos de interesses entre os pescadores locais e pescadores de fora.

Um dos primeiros conflitos de pesca registrado entre pescadores locais e pescadores de fora ocorreu no lago Janauacá ano de 1973, na região de Manaus, onde pescadores das comunidades Tilheiro e agricultores da comunidade Lago do Italiano entraram em conflito pelo direito ao acesso e uso dos recursos pesqueiros no lago Janauacá (SOARES, 2005). Para a autora, o objeto do conflito era uso de lagos e igarapés para a pesca feita com equipamentos proibidos pelas comunidades do entorno do lago, bem como a captura indiscriminada principalmente das espécies de tucunaré (*Cichla* spp.), curimatã (*Prochilodus nigricans*), pacu (*Myleus* sp.), jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*) e mapará (*Hypophthalmus* spp.). O descontentamento dos agricultores com a insistência dos pescadores em lançarem suas malhadeiras em área proibida causou o conflito, que ficou conhecido como a “Guerra do Peixe”. Castro e McGrath (2001) apontam que esse evento levou à destruição de equipamentos e barcos de pesca, agressões físicas, chegando até causar mortes entre os envolvidos.

Segundo McGrath *et al.* (1991), o aumento da competição por peixes levou as comunidades ribeirinhas a controlar os lagos locais, excluindo os pescadores de fora da

comunidade, ocasionando uma proliferação de conflitos entre pescadores locais e os pescadores comerciais de fora, ocasionando uma disputa pelo controle do território aquático.

Entende-se, nesse trabalho, o território como recorte espacial de manifestação do poder (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2010; SAQUET, 2010; HAESBAERT, 2004) construído e distribuído pelos atores sociais envolvidos e motivados por diferentes intencionalidades. Para Souza (2010; 2013) a construção do território seria semelhante a um campo de força, pois define o limite e diferença entre “nós” (o grupo, a “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os estranhos, “os de fora”, os *outsiders*). No caso em questão, o campo de força se dá entre os pescadores locais (os *insiders*) versus os barcos geleiros vindos de outras regiões e grupos de pescadores de comunidades circunvizinhas (os *outsiders*), os quais disputam pontos de pesca bem como domínio do estoque pesqueiro das comunidades. Saquet (2010) aponta algumas ações necessárias para a construção do território e legitimação da territorialidade dentre elas destaca-se: os atores sociais; as formas de apropriação; as técnicas e tecnologias; relação de poder e trabalho; e objetivos.

No caso em questão, pode-se inferir que os atores sociais que buscam o acesso, controle e uso do território pesqueiro das comunidades ribeirinhas são os pescadores locais e os de fora que almejam – por meio de sua forma de apropriação dos lagos – garantir acesso e exploração dos recursos pesqueiros nos lagos das comunidades (RUFFINO, 2005; CASTRO e MCGRATH, 2001; MCGRATH *et al.*, 1991; OVIEDO *et al.*, 2015). Esta exploração é realizada por meio do uso de técnicas e tecnologias de captura como: embarcações (bajaras, canoas e bote, barco-geleiras) e apetrechos de pesca (tarrafa, caniço, espinhel e malhadeira) que devido à quantidade de apetrechos ou embarcação utilizadas bem como a quantidade de espécies de peixes capturadas pelos forasteiros gera insatisfação por parte dos pescadores locais (BONATTO e OLIVEIRA, 1994, MCGRATH *et al.*, 1991). É justamente essa insatisfação que faz os pescadores locais buscarem restringir o acesso aos lagos das comunidades varzeiras impondo – por meio de elaboração de regras – como e quem deve pescar em seus territórios pesqueiros (CASTRO e MCGRATH, 2001; RUFFINO, 2005; MCGRATH *et al.*, 1991). Por conseguinte, a imposição de regras para se exercer a pesca nas comunidades varzeiras cria condição de firmação e legitimidade do território aquático aos pescadores locais que objetivam por meio de decisões e metas deliberadas coletivamente garantir a conservação do estoque pesqueiro, assim como a qualidade de vida de suas famílias (OVIEDO, *et al.*, 2015).

Diante dessa circunstância, ressalta-se que as disputas pelo domínio do território aquático entre esses atores resultaram em intensos conflitos nos lagos de usufruto das comunidades ribeirinhas, tendo como principal motivo de insatisfação o uso de apetrechos de

pesca – malhadeiras e rede de arrasto – de maior poder de captura pelos pescadores de fora gerando grande impacto no estoque pesqueiro local. Em face a essa conjuntura social, os comunitários da várzea amazônica mobilizaram-se no sentido de construir regras que assegurasse o domínio do território, assim como o usufruto dos recursos pesqueiros lacustres além da reprodução social, familiar e geração de renda. Essa elaboração de regras e consolidação das ações dos pescadores locais são entendidas como formas de domínio e defesa dos lagos e de todo o estoque pesqueiro.

Para Pantoja (2006) esse controle de lagos é fruto de dois motivos: o declínio da produção pesqueira e a falta de políticas governamentais para a regulamentação da pesca na região, causando os intensos conflitos de pesca que se multiplicaram rapidamente despertando preocupação com a proteção e a conservação dos ambientes de pesca e dos recursos pesqueiros por parte de várias comunidades ribeirinhas, que passaram a se organizar para implementar sistemas comunitários de manejo.

Azevedo e Apel (2004) apontam que a organização social das comunidades de várzea na década de 1970 contou com a ajuda da Igreja Católica – por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e do estabelecimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – a qual contribuiu para formar e capacitar lideranças locais, sobretudo de pescadores no Baixo e Médio Amazonas e na Amazônia Central. Castro e McGrath (2001) destacam essa contribuição como ferramenta fundamental para os ribeirinhos formularem os acordos de pesca em reuniões comunitárias, estabelecendo regras de acesso e uso dos lagos assim como dos recursos pesqueiros a partir do conhecimento local. Silva e Ferreira (2018) apontam que além da organização católica houve a participação de líderes de igrejas neopentecostais na construção de proposta de acordo de pesca no município de Santarém.

Para Touraine (1965) os movimentos sociais são capazes de conseguirem um relativo progresso social. Esse progresso, para o autor, é fruto de uma ação social estabelecida através de um movimento social que compartilhe uma identidade comunal. Na questão da construção dos acordos de pesca pelas comunidades varzeiras os interesses dos pescadores locais em proibir a entrada de pescadores de fora assim como o uso de determinados tipos de apetrechos de pesca, podem ser interpretados como um movimento social que busca proteger, controlar e ter direito de uso do território aquático varzeiro.

Na literatura sobre conflitos e gestão da pesca na região amazônica percebe-se como os pescadores locais se mobilizaram politicamente e construíram acordos comunitários de pesca, os quais proibiam os pescadores de fora de exercerem a atividade da pesca nos lagos, buscando manter em equilíbrio os estoques pesqueiros locais e a qualidade de vida dos

moradores (FURTADO, 1997; CASTRO e MCGRATH 2001; RUFFINO, 2004; RUFFINO 2005; ISAAC e CERDEIRA, 2004; CERDEIRA, 2009). Nesse sentido, os acordos de pesca foram criados como uma tentativa de defesa e legitimação do território por parte dos pescadores locais – pois a principal regra elaborada é o uso exclusivo dos recursos pesqueiros aos moradores das comunidades, construindo uma territorialidade voltada à conservação do estoque pesqueiro local – bem como a garantia da qualidade de vida.

Vários são os estudos que buscam entender os acordos de pesca como uma alternativa de gestão da pesca consolidada pelas comunidades varzeiras na Amazônia. Entre as pesquisas dessa temática destacam-se as que fazem referências às regiões de pesca dos estados do Amazonas e Pará, sendo possível encontrar artigos, dissertações e teses tendo como propósito entender o processo de consolidação e legitimação dos acordos de pesca.

Pantoja (2006), ao estudar o acordo de pesca como instrumento para a cogestão do uso dos recursos pesqueiros no município de Parintins – AM, busca compreender o processo de construção do acordo de pesca intercomunitário do Macuricanã e a adequação dos acordos de pesca das comunidades do Paraná de Parintins articulados pelo Grupo Ambiental Natureza Viva – GRANA V.

No primeiro caso, este autor destaca o processo de construção de um acordo de pesca intercomunitário construído a partir da diminuição do volume de pescado nos lagos das comunidades fazendo os pescadores se mobilizarem para defender os lagos e seus interesses locais. Contudo, o processo de elaboração desse acordo não se deu de forma isolada pelas comunidades, mas pela parceria com o ProVárzea⁷/Ibama que por meio de várias reuniões nas comunidades constroem um acordo de pesca intercomunitário regravando toda a prática da pesca nessa região.

No segundo, as comunidades percebem uma redução no estoque dos recursos pesqueiros nos lagos a partir do momento que houve a entrada de pescadores comerciais nômades, pois utilizavam barcos e apetrechos de pesca com alto poder de captura e armazenamento e após analisarem o ocorrido decidem se mobilizar para proibir a entrada desses forasteiros buscando proteger os lagos e os recursos pesqueiros neles contidos.

Para o autor, esse movimento popular de conservação dos lagos começa na década de 1970 de forma silenciosa e pontual, e somente na segunda metade da década de 1980 ganha força com as comunidades reivindicando a homologação dos acordos de pesca. Como não houve o atendimento das reivindicações por parte da SUDEPE, os comunitários, por conta

⁷ Pro Várzea corresponde a Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea.

própria, resolveram exercer o controle e fiscalização dos lagos. Essa atitude desencadeou conflitos entre os pescadores locais e os pescadores de fora, pois, as ações dos ribeirinhos compreendiam vigilância de lagos, apreensão de apetrechos e até mesmo expulsões de barcos pesqueiros, e eram consideradas ilegais pelo IBAMA.

Na tentativa de manter o controle dos lagos, as lideranças das comunidades envolvidas idealizam a criação de um grupo ambientalista para organizar e legitimar sua luta de proteção dos lagos. Assim no ano de 1992 foi criado o Grupo Ambiental Natureza Viva – GRANAV. Esse grupo conseguiu articular a celebração de um acordo de pesca no ano de 1993, embora algumas de suas regras e sanções – proibição de pescadores de fora, apreensão de apetrechos e expulsão de barcos pesqueiros – ainda tenham sido consideradas ilegais pelo IBAMA. Contudo, segundo os dados da pesquisa do autor, o GRANAV buscou reorganizar os acordos de pesca e adequá-los conforme à Instrução Normativa 29/2002 com a finalidade de manter o acordo de pesca local assim como legitimá-lo nos órgãos competentes.

Pantoja (2006) conclui seu trabalho alegando que a criação, a implementação e a manutenção de um acordo de pesca implicou custos organizacionais e operacionais, sendo necessário que seus beneficiários estejam dispostos a arcar com esses custos e a estabelecer critérios e mecanismos de distribuição de benefícios proporcionais ao nível de engajamento de cada usuário, visando solucionar os dilemas sociais decorrentes tanto do investimento quanto da repartição de benefícios.

Percebe-se no trabalho de Pantoja (2006) que a efetivação dos acordos de pesca no *locus* de sua pesquisa passa por um processo de estruturação organizacional das comunidades, pois, no primeiro caso, a iniciativa e todo o processo de elaboração do acordo foi de responsabilidade das comunidades determinando quem poderia pescar, onde e com qual instrumento de pesca. Contudo o não aceite dos termos do acordo por parte da SUDEPE e posteriormente do IBAMA, faz as comunidades readaptarem suas regras conforme a normatização do Ibama. O segundo caso mostra a construção de um acordo de pesca a partir da mobilização local em conjunto com a instituição responsável (ProVárzea/Ibama) no qual as regras são construídas por meio de reuniões com os atores sociais interessados.

Cerdeira (2009) ao estudar a eficácia do acordo de pesca como instrumento de gestão participativa na Amazônia faz uma abordagem sobre o processo de construção do acordo de pesca das comunidades de Boa Vista do Ramos – Região do Rio Urubu no Estado do Amazonas. A autora relata a construção do primeiro acordo de pesca dessa área de estudo bem como o conflito existente para implementação do mesmo por divergências de interesses entre as comunidades, pois uma comunidade possuía um acordo local e não queria abrir mão desse

para fazer um regional, sendo preciso haver quatro reuniões até as comunidades chegarem a um consenso. Para a autora, as regras estabelecidas no acordo de pesca mostram a intenção das comunidades de diminuir a pressão sobre o recurso pesqueiro, enfatizando que o manejo comunitário por meio do acordo de pesca mostrará um aumento na quantidade de espécies de peixes, enfatizando a importância dos estudos sobre a construção e consolidação dos acordos de pesca na região amazônica.

Ainda, em 2009 esse acordo analisado passou por um processo de reelaboração permitindo a autora participar das reuniões e verificar como as comunidades se articulavam para a reconstrução do acordo de pesca. Ainda durante a construção da sua dissertação, a autora percebeu que a reformulação do acordo de pesca passou por três etapas: as que são estabelecidas pelas comunidades; as medidas administrativas do órgão gestor; e o monitoramento do recurso pesqueiro e dos usuários. É com base nessas etapas que a autora percebe o novo acordo de pesca de seu *locus* de estudo, pois a construção deste passou pelas reuniões entre as comunidades e com os representantes dos órgãos competentes (IBAMA), estabelecendo regras e competências para cada parte envolvida.

O trabalho de Cerdeira mostra a construção de um acordo de pesca em duas etapas: na primeira ocorre o convencimento de uma comunidade a participar do acordo regional, e após a adesão criam regras para o exercício da pesca nesse espaço. Na segunda é realizada uma reformulação do acordo tendo o mesmo objetivo e regras, aumentando o período de conservação nos lagos. A iniciativa de revalidação dos acordos mostra um processo de avaliação das ações estabelecidas na elaboração e na sua consolidação onde o sucesso ou fracasso se torna a peça fundamental para a continuação ou não das regras estabelecidas coletivamente.

Costa (2010) ao fazer um estudo sobre a implementação do acordo de pesca na várzea do município de Gurupá – PA, relata que a pesca até a década de 1980 era de caráter de subsistência, voltada ao consumo local. Contudo, a partir da década de 1990 houve uma mudança nessa atividade passando a ser desenvolvida como atividade econômica e política criando conflito entre pescadores locais e as geleiras que adentram o território desse município na safra dos bagres (dourada, piramutaba e filhote) e do camarão regional, disputando os pontos de pesca com os pescadores locais. Contudo, autora tem como questão central do seu estudo a construção do acordo de pesca e manejo do camarão regional, pois os conflitos entre os “pescadores de camarão de Gurupá” e “camaroeiros de fora” perdurou anos nessa região acarretando na diminuição do estoque dessa espécie. Ao perceberem essa situação, os pescadores locais em parcerias com a ONG FASE Gurupá, financiada pelo ProVárzea/Ibama,

resolvem criar regras para a captura do camarão regional, chamado de Plano de Manejo e enquadrado pela autora na IN nº 29/2002, como um acordo de pesca, havendo assim um controle de toda a produção de camarão levando a ocorrer um período de defeso para essa espécie bem como a consolidação de outros acordos de pesca na região. Para a autora, o processo de criação do Manejo Comunitário do camarão mostra uma alternativa de acordo de pesca, pois as decisões são tomadas pelos pescadores locais, possibilitando vislumbrar o protagonismo das comunidades ribeirinhas para a conservação dos recursos pesqueiros por meio da organização social consolidada nas regras estabelecidas coletivamente.

Assim, no trabalho de Costa (2010) é possível perceber a consolidação de um manejo comunitário, que devido à instituição de regras que limitam a captura bem como quem pode pescar passa a ser entendido pela autora como um acordo de pesca. Ainda, a forma como as comunidades envolvidas tomam as decisões e autogerenciam o manejo mostra uma alternativa de gestão da pesca conservando a espécie alvo (o camarão regional) e gerando renda às famílias com todo processo de produção dessa atividade.

Oliveira (2014) busca estudar a efetividade dos acordos enquanto instrumento de gestão participativa para o desenvolvimento local nas comunidades de várzea no município de Santarém, tendo como *locus* de pesquisa as comunidades Pixuna e Jari do Socorro. Para este, o acordo de pesca é entendido como uma tentativa de racionalização da atividade pesqueira buscando garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental da própria comunidade. Avaliando a situação do acordo de pesca das comunidades, o autor percebe que na primeira (Pixuna) há um relativo sucesso na implementação e consolidação do acordo firmado pelo grupo apontando que os benefícios trazidos por este são maiores que os custos de manutenção do mesmo, mostrando a disposição da comunidade de continuar com o processo de gestão da pesca local.

Contudo, a segunda comunidade estudada (Jari do Socorro) mostra, segundo o autor, um problema para a efetivação do acordo de pesca local, pois os membros da comunidade compartilham os mesmos objetivos e anseios da comunidade, porém não se envolvem com a mesma intensidade para consolidação deste, devido alguns pescadores desrespeitarem as regras do acordo, assim como as constantes invasões de geleiras nas áreas de pesca da comunidade. Mesmo com essa problemática em uma das comunidades analisadas, Oliveira (2014) afirma que as regras estabelecidas pelos atores sociais dessas comunidades dificultam a pesca comercial nos lagos por pescadores de fora. Essa dificuldade cria condições de limitação e acesso aos lagos comunitários, visando possibilitar a reprodução dos peixes, como o pirarucu no Pixuna e outras espécies no Jari do Socorro.

Ademais, o autor conclui que os acordos de pesca estudados respeitam o conhecimento e a vontade dos usuários dos recursos (*os inserders*), definindo as formas de apropriação dos estoques pesqueiros em suas respectivas áreas e as penalidades para os que não cumprem as regras, tanto para os pescadores da própria comunidade, como os de “fora”.

Evidencia-se no trabalho de Oliveira que o sucesso ou fracasso do acordo de pesca depende das ações dos atores locais envolvidos, pois a não-colaboração de alguns membros cria condições para o enfraquecimento da ação coletiva implementada nas comunidades. Contudo, quando há um consenso na comunidade sobre o respeito às regras estabelecidas a chance de sucesso da gestão local aumenta.

Ao fazer uma análise dos quatro trabalhos aqui apresentados, percebe-se que os acordos de pesca surgem por meio de uma mobilização comunitária de cunho político buscando a conservação dos recursos pesqueiros e impedir a entrada de pescadores de fora em seus ambientes de pesca. Ainda, a organização social das comunidades foi um importante elemento para a consolidação de uma gestão da pesca visando a conservação das espécies e garantia de renda para as famílias. Essa organização tem início na década de 1970 com instalação de acordos de pesca de base comunitária, tendo como gestores desses acordos unicamente as comunidades que os elaboraram. Contudo, após o ano de 2002, alguns acordos comunitários passam por um processo de readaptação de suas regras, a partir da publicação da IN nº 29/2002.

Essa readaptação tornou-se uma alternativa das comunidades conseguirem apoio para a manutenção da gestão da pesca local. Todavia a readaptação pode fazer os comunitários retirarem as regras que eles consideram essenciais para a permanência da gestão local, como exclusividade da prática da pesca aos moradores da comunidade deixa de ser critério para a efetivação do acordo de pesca proposto, tendo como regras cabíveis apenas o controle dos instrumentos de pesca, bem como da época do ano e quantidade de captura e armazenamento permitidos.

Fazendo uma comparação dos quatro trabalhos aqui apresentados, com a realidade da gestão da pesca na Ilha de São Miguel, percebe-se que o movimento – o esgotamento do recurso em detrimento da entrada de pescadores de fora nos lagos locais – que faz os moradores da Ilha se mobilizarem politicamente em busca de defesa e uso exclusivo dos lagos locais são os mesmos que fizeram as comunidades pesquisadas por esses autores defenderem seus pontos de pesca. Contudo, diferentemente das outras comunidades, o acordo de pesca da Ilha de São Miguel não sofreu alteração com a promulgação da IN nº 29/2002 e nem com a criação do acordo de pesca da microrregião do Aritaperá IN nº 11/2004. Ressalta-se que, na época de construção desse acordo regional, os comunitários da Ilha se mobilizaram e conseguiram fazer

valer, neste documento, as regras que estabeleceram localmente. Essa mobilização política evidencia o que Olson (1999) chamam de ação coletiva, pois os moradores da Ilha ao agirem de forma coletiva procuram alcançar objetivos e metas que tendem a favorecer todos os moradores da comunidade aqui estudada. Esta ação coletiva evidencia uma ação social (TOURAINÉ, 1965) pois a busca das metas estabelecidas evidencia um movimento social pautado na identidade e na relação que moradores da Ilha possuem com o seu território aquático.

Diante disso, pode-se conceber que a readaptação ou firmação dos acordos de pesca passam por um processo de avaliação das estratégias estabelecidas pelo grupo na tentativa de mensurar o que vem dando certo e o que precisa ser melhorado. Porém, a efetividade ou não dos acordos depende da atuação dos atores sociais locais, pois somente com uma mobilização política coletivamente estável poderá levar a uma gestão da pesca e o desenvolvimento das comunidades locais.

2.2 ATIVIDADE PESQUEIRA NA MESORREGIÃO DO BAIXO AMAZONAS: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA ACESSO AOS RECURSOS PESQUEIROS

Os acordos de pesca elaborados pelas comunidades a partir da década de 1970 objetivava conservar o recurso pesqueiro, determinando as regras de como esta atividade deveria ser exercida nesses espaços. Contudo, Castro e McGrath (2001) esclarecem que a conservação dos recursos pesqueiros não é o único objetivo por trás da implementação dos acordos e que fatores ligados ao aumento do poder local, apropriação do sistema da várzea e limites de acesso aos recursos são camuflados em muitos acordos de pesca na região. Isso se torna evidente quando se analisa os acordos de pesca estabelecidos na mesorregião do Baixo Amazonas, pois muitos deles trazem não somente as regras de pesca, mas de quem pode pescar.

A partir da década de 1970, o declínio da atividade da juta faz as comunidades varzeiras do Baixo Amazonas buscarem na atividade da pesca a rentabilidade que conseguiam na comercialização da juta. Tal situação ocasiona uma exploração desordenada dos recursos pesqueiros nos lagos das comunidades ribeirinhas. Essas comunidades após sofrerem com a exploração desordenada e exaurimento de algumas espécies de peixe nos seus ambientes de pesca e na tentativa de controlar novamente os recursos pesqueiros passam a criar regras que controlam o uso e tipo de pescaria que pode ser realizado em seus ambientes lacustres.

Perrota (2014) aponta que desde a década de 1970 os ribeirinhos têm contribuído para a elaboração de políticas que visem a proteção de ambientes pesqueiros na Amazônia. Segundo Furtado (1997), no Baixo Amazonas, os acordos eram construídos em reuniões, por meio de

assembleia geral onde os moradores das comunidades discutiam e votavam as propostas de construção dos acordos de pesca que resultava em documentos assinados por todos os presentes, que passavam a ter caráter de lei local que, ao ser apresentado ao Ibama, os pescadores requeriam que fosse transformado em portaria ou outro tipo jurídico para garantir a proteção dos lagos. Situação essa confirmada no trabalho de Silva e Ferreira (2018) em que as comunidades das microrregiões de pesca do Município de Santarém criaram seus acordos de pesca por meio de reuniões comunitárias, delimitando regras para acesso e uso dos lagos que após serem aprovados pelos presentes, eram assinados e encaminhados à Colônia de Pescadores Z-20 ou ao Ibama para fins de validação jurídica. Convém mencionar que a construção e implementação dos acordos de pesca cria conflitos de interesses entre os atores sociais envolvidos. Esterci (2014) aponta que os embates entre os pescadores locais com os de fora foram resultados de distintas relações de racionalidade e em escalas desiguais para se obter os recursos naturais e os destinos sociais a eles conferidos, para a captura dos estoques pesqueiros.

Segundo Bonatto e Oliveira (1994) esse conflito se dá por divergências de interesses, pois os pescadores locais lutam pela defesa e conservação do pescado, enquanto os pescadores de fora buscam renda com a atividade da pesca, explorando os lagos “agressivamente”. Logo, os conflitos passam a ser constantes nessa região, como o que ocorreu no Lago Grande de Monte Alegre. Segundo a literatura (MCGRATH, *et al.*, 1991), a história do conflito no Lago Grande de Monte Alegre data do início dos anos de 1960, quando geleiros de Belém adentram no lago e realizam pesca considerada predatória pelos pescadores locais. A disputa entre ribeirinhos e geleiros por acesso ao peixe se transformou em violência no ano de 1966 quando 11 homens atacaram os geleiros no lago, confiscando 66 redes e destruindo dois barcos pesqueiros.

Hartmann (2001, 128-129) em seu estudo apresenta 22 ambientes de pesca (rios e lagos) no Baixo Amazonas que passam por um processo de conflito entre pescadores locais e os de fora. Desses incidentes, 22,74 % atestam o confronto direto entre os pescadores locais e pescadores de fora; 31,81% colocam a pesca predatória nos lagos como principal motivo do conflito; 27,28% o fechamento de lagos por parte dos comunitários é o causador dos embates entre os atores sociais envolvidos; 9,09 % a entrada de geleiras; e 9,09% a poluição dos rios pelas indústrias locais. Percebe-se que a grande maioria dos conflitos refletem sobre o exercício da pesca nos lagos. McGrath *et al.* (1991) demonstram que essa concentração de conflitos nos lagos se faz devido esse ambiente ser importante para a subsistência do varzeiro, o qual luta para garantir o seu sustento evitando o esgotamento das espécies de peixes nos lagos de suas comunidades.

Ainda, dessas 22 ocorrências citadas por Hartmann no Baixo Amazonas, 45,45% ocorrem no município de Santarém, fazendo desse município o principal palco de conflito entre pescadores locais e pescadores de fora dessa região. Entre os principais conflitos desse município estão a pesca predatória como: bombas caseiras e conflitos entre fazendeiros e/ou comunidades vizinhas e/ou com barcos geleiros. Segundo Oviedo *et al.* (2015) de 1987 a 1996, pelo menos 35 acordos de pesca informais⁸ foram registrados entre 72 comunidades em Santarém, sendo implementados no período de águas baixas, tendo como principal regra a proibição de pescadores de fora.

Esses 35 acordos de pesca de base comunitária mostram a ação coletiva estabelecida pelos pescadores das diferentes regiões de pesca neste município, uma vez que a implantação destes mostra a preocupação de conservação dos recursos pesqueiros bem como o impedimento de pescadores de fora atuarem nessas localidades. Atualmente das dez regiões de pesca (Tapajós, Arapiuns, Arapixuna, Lago Grande do Curuai, Aritapera, Urucurituba, Tapará, Ituqui, Maicá e Cidade) existentes em Santarém, sete possuem acordos de pesca formais⁹ que regulam a pesca nas respectivas regiões: Portaria 16/1999 Maicá; Portaria 20/1999 Ituqui; Portaria Nº 21/1999 Lago Grande; Portaria nº 03/2000 Urucurituba; Portaria 189/2001 Arapixuna; Instrução Normativa nº 11/2004 Aritapera; Instrução Normativa 13/2004 Tapará. A consolidação e reconhecimento desses acordos por parte do IBAMA tornaram-se possíveis devido à elaboração de acordos de pesca de base comunitária nessas regiões, sendo alguns estabelecidos por uma localidade, outros de maneira regional. Contudo, assim como foi mencionado no estudo de Pantoja (2006) esses acordos passaram por um processo de adaptação de suas regras conforme o que está estabelecido Instrução Normativa no 29/2002.

Segundo Castro e McGrath (2001), nos acordos de pesca comunitários a regra de acesso ao lago se dá através do critério de residência nas comunidades envolvidas e essa regra é rejeitada pelo IBAMA, o qual, segundo os autores, insiste no princípio de livre acesso baseado no Código das Águas. Contudo, o IBAMA permite regras que definem a maneira que a pessoa pode pescar no lago. É por esse motivo que a maioria dos acordos de pesca comunitários em Santarém passa por um processo de readaptação, estipulando apenas métodos, formas de armazenamento, épocas do ano para exercício das pescarias e quantidades de peixes que devem ser retirados dos lagos por pescador. Mesmo sem impedir a entrada de pescadores de fora, esses

⁸ Acordo de pesca informais são aqueles construídos e implantados pelas próprias comunidades varzeiras, trazendo como regras o uso exclusivo dos lagos pelos pescadores locais.

⁹ Acordos de pesca formais são aqueles construídas entre as comunidades e os órgãos competentes (Ibama) onde as regras estabelecidas estão de acordo com a Instrução Normativa nº 29/2002.

autores indicam que as regras adaptadas dificultam ou inviabilizam a pesca comercial nessas regiões, pois a implementação dos acordos normatizou o tamanho, quantidade e tipos de instrumentos de pesca que podem ser utilizados em determinados lagos.

Portanto, a instituição dos acordos de pesca na região oeste paraense mostra a mobilização das comunidades ribeirinhas para conservação de seu principal recurso (o peixe) bem como uma forma legítima de defesa de seus territórios pesqueiros. Percebe-se ainda que os primeiros acordos por proibirem a entrada de pescadores de outras regiões deram mais autonomia para as comunidades varzeiras, pois, nos acordos a pesca era estabelecida apenas às pessoas das comunidades. Assim, é inegável a contribuição dos acordos de pesca de base comunitária para o atual modelo de gestão da pesca na região oeste paraense. Contudo, ainda ocorrem diversas situações conflituosas entre os pescadores locais e embarcações vindas de outras regiões do Pará e Amazonas para capturar o recurso pesqueiro no oeste paraense, como em Aramaná (SILVA e SALGADO, 2016), Tapará e Arapixuna (OLIVEIRA, 2014) e outras localidades (BENATTI, MCGRATH, OLIVEIRA, 2003). O não respeito das regras estipuladas no acordo de pesca mostra uma ruptura no processo de gestão da pesca local, bem como a instauração de “novos” conflitos com os mesmos atores envolvidos tornando-se necessário a criação de estratégias mais eficientes que assegurem uma gestão da pesca, e o direito de usufruto dos recursos pesqueiros aos moradores locais.

2.3 APORTES METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois busca privilegiar e analisar os significados dos processos e práticas da realidade, bem como considera os dinamismos e riquezas dos significados sociais que segundo Minayo (2014) tenta compreender um problema na perspectiva dos sujeitos que o vivenciam, ou seja, levando em consideração o espaço pesquisado, contextos sociais, opiniões e sentimentos dos participantes da pesquisa. Essa abordagem está amparada na escrita etnográfica, uma vez que esta permite observar e descrever a cultura de determinada sociedade por meio do olhar, ouvir e escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) as práticas cotidianas percebidas durante a vivência de campo, além de criar laços de proximidade entre pesquisador e interlocutor (GONÇALVES, 2010b; BENEDICT, 2013; GEERTZ, 1989; 2001).

Para desenvolvimento deste estudo, obedeceu-se aos seguintes procedimentos de pesquisa: revisão bibliográfica e trabalho de campo. Nas pesquisas de revisão bibliográfica foram investigados os trabalhos já publicados e disponíveis a respeito da compreensão teórico-

conceitual sobre a gestão da pesca como uma ação coletiva tendo como aporte teórico principal: Castro e McGrath (2001); Ruffino (2004; 2005); Isaac e Cerdeira (2004); Cerdeira (2009); Olson (1999); e Ostrom (2011). Após essa etapa de construção de suporte teórico, foram desenvolvidas análises dos trabalhos relativos a questões sociais a partir do conceito de controle, poder, disciplinas e conflito tendo como referencial de análise (FOUCAULT 1987, 2008). A viabilização desta etapa foi de suma importância para conhecer e analisar os trabalhos já publicados nesta perspectiva e suas contribuições sobre a temática em debate.

No trabalho de campo foram realizados os seguintes procedimentos: pesquisa documental, na tentativa de conseguir nos documentos (atas de reuniões, estatuto da associação de moradores e o acordo de pesca) quais as regras estabelecidas pelos moradores para o uso e controle dos lagos da Ilha e as prováveis punições as infrações de regra que o grupo estabelece ao pescador infrator; 03 (três) entrevistas e diálogos semiestruturados com os pescadores objetivando levantar a caracterização sociodemográfica da comunidade e a atual situação da pesca a partir da percepção deles; 05 (cinco) diálogos e entrevistas semiestruturadas com os pescadores mais antigos, buscando perceber nas histórias orais as iniciativas criadas pelo grupo para construção da gestão da pesca atual; 05 (cinco) entrevistas semiestruturada com as lideranças atuais buscando perceber as estratégias e ações exercidas na atualidade para a manutenção da gestão da pesca local; e, registros fotográficos, visualizando as paisagens, processos e dinâmicas da cotidianidade no espaço vivido da comunidade.

Ainda, para concretização dessa etapa foram realizadas 07 (sete) viagens de campo com as seguintes finalidades:

- A primeira ocorreu durante os dias 07 a 10 do mês de julho de 2017 que tinha por finalidade realizar o primeiro contato com os moradores da Ilha de São Miguel, bem como uma reunião com o presidente da associação comunitária para solicitação de realização de pesquisa.

- A segunda aconteceu nos dias 04 a 07 de agosto, objetivando participar da reunião da associação comunitária com direito a fala para apresentar a proposta de pesquisa aos moradores da Ilha para fins de aprovação da comunidade.

- A terceira foi realizada de 15 a 18 de setembro, tendo por intuito aplicação de entrevistas semiestruturadas com alguns pescadores da comunidade para compreender o processo de gestão da pesca local e entrevistas com os pescadores mais antigos para obter relatos da construção e consolidação do acordo de pesca da Ilha de São Miguel.

- A quarta ocorreu de 06 a 09 de outubro, com a finalidade de participar como ouvinte da reunião da associação comunitária; realizar entrevistas semiestruturadas com alguns pescadores da comunidade para compreender o processo de gestão da pesca local.

- A quinta aconteceu de 27 a 30 de outubro objetivando conviver com os pescadores no lago da comunidade objetivando verificar as ações estabelecidas pelos pescadores para manutenção da gestão da pesca na localidade.

- A sexta realizou-se no período de 29 de novembro a 01 de dezembro, buscando acompanhar o final da atividade da pesca do pirarucu nos lagos da comunidade, bem como compreender quais as próximas etapas para controle dos lagos realizados pelos pescadores.

- A sétima ocorreu de 02 a 05 de fevereiro de 2018 com o objetivo de acompanhar a reunião da associação comunitária e entender quais as demandas que o grupo tem que realizar para manter a gestão da pesca local, após o período de captura do pirarucu.

2.4 O LOCUS DA PESQUISA

Antes mesmo da colonização da Amazônia, a construção de territórios próximos às margens dos rios já era estabelecida e organizada por povos indígenas, os quais utilizavam a natureza conforme as suas necessidades. Segundo Gonçalves (2010a), a chegada dos colonizadores portugueses no século XVII e suas interações com os povos locais, impõe uma nova organização espacial, identificado e nomeado por este autor como padrão de organização rio-várzea-floresta uma vez que a ocupação – com criação de povoados, núcleos, aldeias, vilas e cidades a fim de garantir o domínio e conquista do território, bem como exploração dos produtos ali existentes – se deram ao longo das calhas dos principais rios da região.

Segundo Adams, Murrieta e Sanches (2005) a várzea amazônica tem sido ocupada nos últimos 300 anos por populações, conhecidas popularmente por caboclos-ribeirinhos, oriundas da mestiçagem entre os povos indígenas destribalizados, europeus e descendentes de escravos africanos.

Ao falar de várzea, estarei fazendo referência a uma planície aluvial resultante de processos contínuos de erosão, transporte e deposição de sedimentos que, periodicamente, sofre o processo parcial ou total de inundação modificando a paisagem constantemente (SIOLI 1985; PEREIRA 2007; CANTO 2007). Este ambiente é resultado de processos de evolução geológica da Amazônia mais amplo que, segundo Aziz Nacib Ab'Sáber(2004, p. 31) a várzea é parte “(...) *dos terrenos cristalinos rebaixados pela pediplanação neogênica e reentalhados pela evolução geomorfológica complexa do Quaternário*”.

Ao fazer um estudo na região amazônica, Sioli (1985) percebeu que as margens do rio Amazonas – o qual denomina de rio de águas brancas – eram planas e que, anualmente, sofriam os processos de inundação devido à subida do nível das águas e que, nesse evento, os

sedimentos transportados pelo rio eram decantados nessa planície renovando os nutrientes do solo anualmente. Ademais, o autor relata que mesmo esse ambiente passando por esse processo de subida e descida do nível das águas anualmente à ocupação humana é possível através de construção de palhoças em áreas consideradas estáveis e sem risco de erosão marginal.

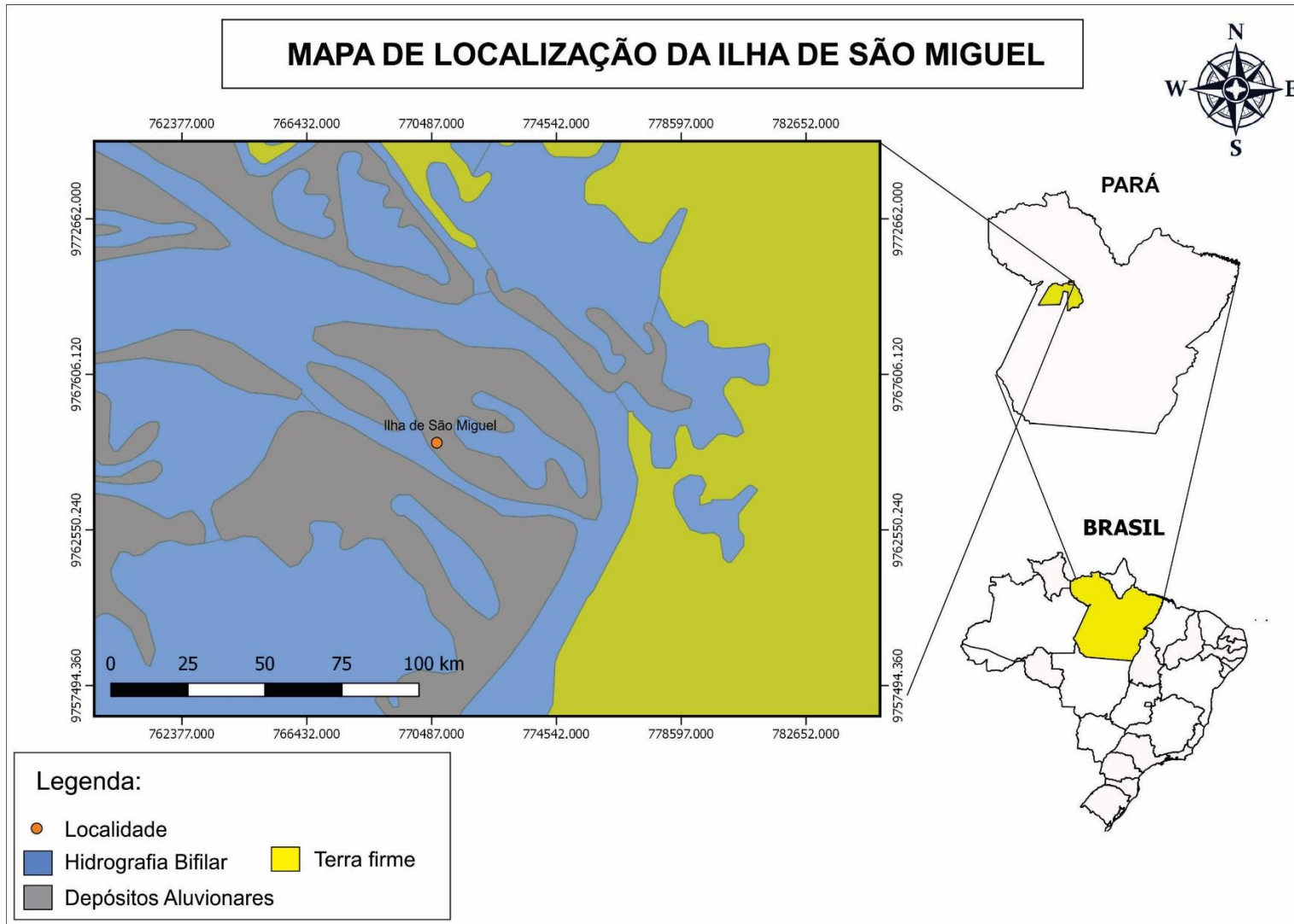
Pereira (2007), estudando a dinâmica das paisagens socioambientais das várzeas do Rio Solimões – Amazonas faz uma descrição sobre como as comunidades ribeirinhas foram se adaptando a esse ambiente, apontando que a vida na várzea sofre influência da dinâmica da natureza, principalmente da dinâmica dos rios, sendo esta a principal indutora ao desenvolvimento das técnicas a fim de garantir a adaptação do homem nesse ambiente.

Este autor nos faz entender que a adaptação do homem ao ambiente de várzea requer conhecimento das sazonalidades temporais e espaciais da várzea. Essa sazonalidade provoca o que o autor identifica anualmente como as “*quatro estações*” amazônicas – a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas) que fazem a população ribeirinha criar estratégias distintas para cada uma destas a fim de garantir tanto a existência do grupo como a perenidade dos recursos ali presentes.

Pode-se inferir que a vida na várzea requer domínio e conhecimento não somente de técnicas e atividades produtivas a serem desenvolvidas nesse ambiente, mas de todo o processo natural – subida e descida do nível do rio – que ali ocorre fazendo os ribeirinhos possuírem um modo de vida baseado na relação direta com o rio, pois é deste que as populações retiram grande parte dos peixe capturado para a dieta alimentar, além de ser o rio o principal meio de circulação tanto de pessoas como de produtos.

É com base nessas características e definições do ambiente varzeiro que busco apresentar a comunidade Ilha de São Miguel(Figura 01), *locus* desta pesquisa, que por estar situada nas proximidades da margem esquerda do Rio Amazonas, faz parte do ambiente de várzea da microrregião do Aritapera do município de Santarém, mesorregião do Baixo Amazonas, Estado do Pará, distanciando-se aproximadamente 56,79 Km da sede do municipal.

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade Ilha de São Miguel.



Fonte: Roberth Ferreira, 2018.

Por estar localizada neste ambiente, esta localidade tem na história de produção de seu espaço aspectos que vão ao encontro do processo de movimentação de massas (terras caídas e terras crescidas) exercida pelo rio Amazonas no decorrer do tempo, pois sua formação se deu a partir da deposição de sedimentos em um dado período de tempo, o qual foi aglomerando formando primeiramente um banco de areia passando por diferentes processos ora erodindo suas margens ora decantando e que com o passar do tempo veio a formar o que hoje se conhece como comunidade Ilha de São Miguel.

Segundo relatos dos moradores mais antigos a ocupação da Ilha de São Miguel inicia quando uma certa pessoa – viajante ou pescador não se sabe ao certo – viajava por essa região e sua canoa acabou encalhando nesse espaço, devido ser uma área baixa e após o ocorrido emergiu um banco de areia no dia 29 de setembro, dia de São Miguel, e, devido o ocorrido e a religiosidade do indivíduo, este denominou o banco de areia como Ilha de São Miguel.

Até meados da década de 1960 a comunidade fazia uso de uma variedade de recursos naturais no território da Ilha. Nos relatos dos moradores, a produção era baseada no cultivo da juta, criação de gado, plantação de roça¹⁰ e roçado¹¹ e a pesca. Esta última, até aquele período, foi uma atividade utilizada somente para subsistência. Contudo, a partir de 1970, fatores de ordem externa provocam declínio da produção de juta na localidade e em toda região, fazendo da atividade da pesca, a principal fonte de obtenção de renda.

Logo, o fim do cultivo da juta e a introdução de novos apetrechos de pesca tornaram a atividade da pesca o centro da reprodução de existência dos moradores das áreas ribeirinhas na região amazônica. Ainda, a Ilha de São Miguel ao passar por esse processo de transição do cultivo da juta para atividade extrativa da pesca gerou maior pressão sobre os recursos pesqueiros dos lagos, pois os comunitários exerciam a pesca na tentativa de garantir renda e bem-estar familiar.

Na tentativa de recuperar o estoque pesqueiro, os comunitários da Ilha de São Miguel mobilizaram-se politicamente criando estratégias que limitaram/proibiram o uso e exploração do recurso pesqueiro nos espaços de pesca da comunidade. Essas estratégias se transformaram em acordo de usufruto no ano de 1974, posteriormente, em um acordo de pesca firmado entre

¹⁰ Segundo as informações dos moradores da Ilha de São Miguel a **roça** compreende à plantação e cultivo exclusivo da mandioca para a produção da farinha e produtos derivados (tucupí, tapioca, farinha de tapioca, entre outros).

¹¹ Para os moradores da Ilha o **roçado** corresponde à plantação de outros produtos que são cultivados na várzea (milho, feijão, melancia, hortas, jerimum e etc.)

os moradores no ano de 1983, sendo este homologado na Comarca de Santarém no ano de 1985 e consolidado nos dias atuais

Ainda, os moradores da Ilha de São Miguel possuem um modo de vida adaptado ao regime hídrico dos rios da região em um processo de subida e descida dos níveis da água, no decorrer no ano. Atualmente 44 famílias usam e controlam o território da comunidade de aproximadamente 3.500 hectares apresentando uma cotidianidade, centrada na atividade da pesca do pirarucu, que por meio de regras, instituídas coletivamente, para o processo de captura, armazenamento e comercialização dessa espécie criam possibilidades de obtenção de renda para as famílias ao mesmo tempo de garantir a sustentabilidade desse recurso pesqueiro.

Atualmente, possui uma escola de Ensino Fundamental, onde também funciona o Ensino Médio Modular; para os momentos de lazer e acolhimento espiritual, os comunitários têm um clube de futebol e duas igrejas, uma católica e outra de matriz evangélica. Ainda, a energia elétrica é gerada e distribuída por meio do motor de luz da própria comunidade ficando ligado das 19 as 22 horas; com relação à rede de telefonia móvel, em certos pontos da comunidade há sinal de transmissão de algumas empresas telefônicas. O acesso à cidade dá-se, exclusivamente, por via fluvial. Para isso, os comunitários utilizam embarcações de porte médio, chamado de “barco de linha”, que transportam os moradores e produtos extrativos e agrícolas da comunidade até Santarém. As viagens de barco de linha acontecem três vezes por semana perfazendo o percurso comunidade-sede do município, em aproximadamente quatro horas.

3 A PESCA EM SÃO MIGUEL: DA SUBSISTÊNCIA À GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS LOCAIS

Nesta seção será apresentado o desenvolvimento da atividade pesqueira realizada pelos moradores da Ilha de São Miguel e como este desenvolvimento transforma a vida dos moradores no decorrer do tempo, ora causando prejuízos a estes por meio do esgotamento do recurso pesqueiro nos lagos da comunidade, ora trazendo benefícios com a restituição do estoque pesqueiro local.

Os moradores da comunidade Ilha de São Miguel têm na história de construção do seu território e do seu modo de vida, a utilização dos recursos naturais, por meio da relação homem – natureza a partir de necessidades orgânicas ou para fins econômicos. Esta relação passa por um processo de transformação modificando a forma dos humanos se relacionarem com a natureza conforme a necessidade encontrada no decorrer do tempo, pois os comunitários utilizavam apenas o essencial para a manutenção de seu sustento. Durante minha vivência de campo no ano de 2017, 05 (cinco) moradores mais antigos relataram que até início da década de 1950 se vivia de atividades extrativas como: a pesca comercial do pirarucu e a captura de animais para a comercialização do couro e da carne.

Na época eles vendiam também a carne da capivara e vendiam o couro da capivara, vendiam jacaré, a carne do jacaré e o couro do jacaré, vendiam o couro do camaleão, não vendiam a carne. Aí tinha um mercado pro camaleão, pro couro dele, pro couro do sucuriçu, pro couro da jiboia, pro couro do jacuruxi e pro couro do jacuraru. Era essa a renda e era com essa renda que eles se sustentavam e sustentavam a famílias, mas isso era muito fraquinho... isso já foi da época do meu pai para criar os filhos deles, isso na época foi para todo mundo e o pecador ficava no pirarucu, surubim e o peixe liso de modo geral, menos tambaqui, acari esses peixes não tinha mercado ainda pra eles. (Interlocutor 01, Fonte: Trabalho de Campo de 2017).

A fala deste interlocutor mostra como os primeiros moradores da comunidade faziam uso dos recursos da natureza para garantir o sustento de suas famílias sem causar grandes perdas à natureza, isto fica evidente no relato quando o interlocutor menciona a expressão “muito fraquinho”. Ainda é notório que a pesca, enquanto atividade produtiva, sempre esteve presente no cotidiano dos moradores. No início o peixe capturado servia para sustento das famílias ali residentes, sendo que apenas algumas espécies possuíam valor de mercado.

Diante disso, percebe-se que a extração desses produtos garantiu a sustento das famílias que viviam na localidade naquela época. Contudo, o baixo valor desses produtos no mercado e a introdução da juta na várzea amazônica a partir de meados da década de 1950 fazem os

moradores da Ilha aplicar seus esforços para obtenção de renda a partir do cultivo da juta, uma vez que esse produto na época tinha um valor comercial melhor que os extraídos da natureza.

3.1 A JUTA COMO FONTE PRINCIPAL DE RENDA DOS VARZEIROS DE SÃO MIGUEL

Devido à comercialização do pescado ser apenas de algumas espécies e no estado de seco-salgado¹² esta atividade ficou como fonte secundária de renda dos moradores da Ilha de São Miguel na década de 1960, tendo a produção da juta como atividade principal para fins de obtenção de renda demandando os esforços dos moradores para a sua produção. Convém mencionar que o cultivo da juta no Brasil foi introduzido pelos japoneses no ano de 1902, no estado de São Paulo, objetivando atender a grande demanda de sacarias utilizadas para a exportação do café brasileiro e pela existência de parques de aniagem dependente da importação da juta indiana (CRUZ, 2007).

Cruz (2007) ressalta que no primeiro momento o cultivo da juta não deu certo, sendo a produção abandonada. Porém, durante a Primeira Guerra Mundial, houve estímulos com iniciativas do governo brasileiro para a produção dessa cultura no país, fazendo os japoneses se interessarem em desenvolver o cultivo da juta no estado do Amazonas.

Sobre a produção da juta na Amazônia, Pantoja (2005) faz um estudo abordando que a introdução e aceitação do cultivo desta cultura no solo da região amazônica, em especial o solo de várzea, se fez em função da renovação sazonal dos nutrientes nesse ecossistema. A autora destaca que o cultivo e produção da juta na região amazônica tem seu início, na década de 1930, com a chegada de migrantes japoneses inicialmente no município de Parintins e ali fizeram os primeiros testes de plantio no ano de 1931 e, em 1937, foi produzida a primeira safra comercial.

Para Canto (2007) na Amazônia, a juta encontrou condições favoráveis para o seu cultivo. Segundo este autor, o clima quente e úmido e o regime pluviométrico fizeram que o crescimento da juta fosse feito com grande desenvoltura. Destaca, também, que o cultivo na região era feito da espécie *Corchorus capsularis* por apresentar resistências às intempéries impostas pela natureza. Ressalta, ainda, haver quatro variedades dessa espécie cultivadas na região: a *Solimões*, *branca (verde ou Oyama)*, *roxa e lisa* (CANTO, 2007, 115).

¹² O estado seco-salgado era feito pelas famílias varzeiras como um método de conservar o peixe para alimentação e venda. Segundo os moradores mais antigos da Ilha de São Miguel, esse processo era realizado no ato de tratar o peixe, onde se colocava uma determinada quantidade de sal e pendurava em um varal no sol para secar.

No final da década de 1930 e início de 1940 o cultivo da juta se expande por toda a região da várzea amazônica. No contexto local da comunidade Ilha de São Miguel, o cultivo da juta surgiu como possibilidade de obtenção de renda fazendo as muitas famílias da comunidade a aplicar-se inteiramente ao cultivo dessa cultura.

O plantio da juta começou muitos antes ainda de eu ser gente. Foi um trabalho introduzido na região pelos japoneses. Né? E que foi abraçado pela população ribeirinha das comunidades e a Ilha de São Miguel foi uma das comunidades que se dedicou muito na atividade da juta. Então, a partir dos anos 50, começou o trabalho da juta na região inclusive na comunidade Ilha de São Miguel. Na época, a Ilha de São Miguel tinha muita gente, eu acredito que entre cinquenta (50), sessenta (60) famílias tinham na comunidade e todo mundo plantava juta, era o carro chefe, a principal fonte de renda era a juta na comunidade (Interlocutor 02, trabalho de campo de 2017).

O relato deste interlocutor mostra que as famílias da Ilha passaram a canalizar toda mão-de-obra para plantação e cultivo da juta, porque proporcionava naqueles momentos maiores e melhores possibilidades de reprodução da unidade familiar. Ainda, devido o foco das famílias estarem voltados para o cultivo dessa cultura a atividade da pesca na comunidade era destinada a conseguir suprir a dieta alimentar dos moradores de forma que os locais de pesca possuíam grandes quantidades do estoque de peixe.

A Ilha de São Miguel era uma comunidade muito populosa né, tinha bastante gente naquele período. Né? E, só que a sobrevivência da pesca era muito pouca, a maior parte trabalhava na agricultura. Né? A juta era uma produção do auge naquele tempo, era da onde se ganhava dinheiro era da produção da juta, e, a população que trabalhava na juta ela não pescava a não ser só pra sua alimentação, pra subsistência” (Interlocutor 03, trabalho de campo de 2017).

Ferreira (2014) mostra que o plantio da juta na Ilha de São Miguel era realizado em dois períodos do ano: o primeiro era feito logo que a água ia descendo, denominado pelos moradores como o plantio da vazante; e o segundo período ocorria a partir de setembro a novembro chamado de período normal. Essa atividade produtiva possibilitou condições de existência durante um longo período às famílias da Ilha, pois foi esta economia da juta que garantiu aos grupos familiares obtenção de renda.

Contudo, nos relatos dos moradores a juta não gerava uma renda alta aos moradores que para compensar o baixo preço plantavam grandes áreas e produziam grandes quantidade de fibra para ser vendido às empresas financiadoras. Para os moradores, o preço da juta era comparado ao preço do açúcar, pois quando o valor do quilo da juta chegava ao patamar do

quilo do açúcar os comunitários falaram que a juta estava com um preço bom para ser comercializado.

A produção da juta era trabalhada muito a fabricação de sacos de lona e papel o papel que se chamava pra embrulhar mercadoria que não tinha sacola naquele período. Com a chegada da matéria-prima que forneceu a sacola pra colocar a mercadoria e outros produtos que foram criados. A saca perdeu a validade, o papel perdeu a validade aí não teve cotação mais pro preço da juta. Aí se desfez o mercado, as grandes empresas faliram e não teve cotação mais de mercado do produto (Interlocutor 02, trabalho de campo 2017)

Em acordo com a fala do interlocutor, no que tange ao declínio da produção de fibra da juta, estão os trabalhos de Cruz (2007), Pantoja (2005) e Canto (2007) todos apontando a introdução da fibra sintética asiática no mercado internacional como principal elemento explicativo no processo de barateamento do preço da juta brasileira. É nesse contexto de finitude da juta que os moradores da Ilha intensificam a atividade da pesca que não seria voltada apenas para a alimentação das famílias, mas também para ser comercializada na tentativa de conseguirem capital suficiente para comprar mercadorias obtidas na ida à cidade.

3.2 DA FARTURA À FALTA DO PEIXE

Devido ao declínio do cultivo da juta na região na década de 1970, essa atividade tornou-se inviável na promoção e garantia de renda local. O grande estoque pesqueiro e a variedade de espécies presentes nos lagos da comunidade foram determinantes nas mudanças sociais ocorridas na atividade econômica da Ilha de São Miguel, tornando a pesca lacustre o principal meio de obtenção e geração de renda.

Olha quando a juta parou de vender que os compradores não compraram ficou meio apertado. A solução era a juta aí ficou sem condição. Aí o que aconteceu? Apareceu essa venda do pirarucu e o pessoal tudo começaram a vender pirarucu. Olhe só quem começou a pescar o peixe foi o seu Zezinho ele que inventou a malhadeira do lago é por isso que hoje tem esse acordo. Ele pegava o peixe aí no lago, ele até comprou um barquinho - chamava Edson Sousa. A gente não tinha conhecimento com o arreo com a malhadeira. Aí eles metiam o barco no lago e ele ganhava o dinheiro dele. (Interlocutor 04, Trabalho de Campo de 2017).

E ainda,

Nós acompanhamos o Zezinho de um certo tempo, foi um atrás do outro. Nós já era todos pescando só desse jeito, com malhadeira [...] nós vimos que estava rendendo bem pra ele, dava dinheiro, nós também acompanhamos. Porque ele tava ganhando o dinheiro dele e eu tava só olhando e não tinha, filho chorando de fome, falta de leite

e nós fomos um atrás do outro porque tava rendendo bem (Interlocutor 01, trabalho de campo, 2017)

Vê-se nas narrativas desses interlocutores que no espaço da Ilha, a pesca tornou-se a alternativa encontrada pelos moradores para garantir e gerar condições de sobrevivência para as famílias. A malhadeira, nova tecnologia de pescar na época (RUFFINO, 2005; BATISTA *et al* 2004) garantia a captura do peixe e assim o sustento dos moradores. O fato do recurso pesqueiro se tornar o principal produto a ser explorado dentro da comunidade se deu pela facilidade que os moradores encontravam para capturar grandes quantidades de peixes.

Aí todo mundo se dedicou a ser pescador porque em cada comunidade tinha um, dois atravessadores que incentivavam o cidadão a pescar. Então tinha uma disputa por preço né? cada um queria pagar melhor e incentivava o cidadão a ter um auxílio alternativo a ir pescar, e pescar de uma forma desordenada que, se ele encontrasse facilidade de pegar cem quilos ele pegava se ele pegasse facilidade pra pegar mil quilos ele pegava, não tinha um controle. (Interlocutor 02, Trabalho de campo de 2017).

Essa facilidade de captura nos lagos da comunidade relatada pelo interlocutor ocasiona uma grande concentração de pescadores nos lagos e todos objetivando conseguir o pescado para vender em Santarém. Ressalta-se que nessa época os pescadores não eram unicamente moradores da Ilha de São Miguel, mas de toda a região próxima à localidade. Essa concentração de pescadores cria uma grande pressão nos lagos ocasionando o exaurimento do recurso pesqueiro, fazendo os moradores da Ilha ficarem sem conseguir ter o pescado para o seu sustento.

Porque era nós e os de fora, ninguém pode proibir. Então se era pros de fora ficar se protegendo com o peixe dos nossos lagos, vamos acabar juntos. Tudo nós agora e era todo mundo. Vinha os de fora e nós daqui. Só que quando não tava mais pegando quase nada os de fora vão embora, o que iam ficar fazendo? e nós ficamos sofrendo [...] nós ficava pescando, não pegava mais nada, a malhadeira ficava “limenta” e nada, e assim foi fracassando. (Interlocutor 01, Trabalho de campo de 2017)

E ainda,

Deixa eu contar uma coisa pra você... quando matava um pirarucu aqui na comunidade eu tava com nove anos, esse pessoal da minha idade – eu tô com 52 anos – era tudo garoto. Aí olha, quando não era o João Toró, era o Satuca e era o Gote que matava o pirarucu. Eles custavam a cuidar pra gente ver o pirarucu, porque não tinha mais, nenhum peixe para alimentação não tinha mais (Interlocutor 05, Trabalho de Campo de 2017)

Essa atitude acarretou, em curto período, a falta do pescado às mesas dos comunitários, fazendo a comunidade passar por dificuldades, inclusive por falta de um dos principais produtos

da dieta alimentar, antes abundantes. A pressão sobre o recurso nos lagos da comunidade, feita pelos próprios moradores e das comunidades circunvizinhas, fez os recursos pesqueiros se diminuir rapidamente, segundo relatos de moradores locais. E neste cenário de falta do pescado que os moradores da Ilha resolvem criar medidas que objetivassem a volta do peixe e o sustento dos moradores. Ferreira (2014) e Ferreira e Silva (2017) apontam que as primeiras decisões e mobilizações políticas surgem na tentativa de restringir o acesso e uso dos lagos da comunidade por meio de um acordo de pesca comunitário, o qual objetivava equilibrar as demandas dos grupos familiares com os recursos pesqueiros disponíveis.

3.3 A GESTÃO DA PESCA NA ILHA DE SÃO MIGUEL: DA INSTAURAÇÃO DOS CONFLITOS A CONSTRUÇÃO DAS REGRAS LOCAIS

Na tentativa de recuperar o estoque pesqueiro nos lagos da Ilha, os comunitários resolvem por meio de reuniões firmar um acordo comunitário para regulamentar a pesca nos lagos locais, no ano de 1974. Posteriormente, esse acordo firmado na reunião se transformaria em um acordo de pesca elaborado pelos moradores no ano de 1983, sendo este homologado na comarca de Santarém no ano de 1985. Ressalta-se que as regras estabelecidas desde a primeira reunião limitavam ou proibiam o uso e exploração do recurso pesqueiro nos espaços de pesca da comunidade. Segundo os relatos dos moradores a principal regra do acordo era a proibição do uso de malhadeiras nos lagos da comunidade, arreio esse considerado pelo grupo, como o principal devastador do estoque pesqueiro na comunidade devido à quantidade que captura sem seleção de espécies nem tão pouco tamanho do peixe capturado.

Aí nós vimo que o peixe tava se acabando, ficando velhaco os peixes. Aí nós resolvemos... Aí o seu Zezinho, ele resolveu chamar o pessoar pra saber se mesmo, realmente se era a malhadeira que tava destruindo o peixe daqui que nós pegava com facilidade com caniço, flecha, hástia. Aí nós reunimo, a comunidade reuniu e foi quando surgiu esse acordo que tá dando resultado, tá dando certo (Interlocutor 04, trabalho de campo 2017).

É evidente na fala do interlocutor que a falta do pescado às mesas das famílias da Ilha faz um dos pescadores reunir os comunitários para acharem uma solução a dificuldade que estavam enfrentando naquele contexto. Todavia, esse pescador foi apoiado, inicialmente, por mais dois membros da comunidade, e tentaram convencer as famílias a aceitarem ir para a reunião e discutirem a possibilidade ou não de um acordo. Ressalta-se que esses dois membros juntamente com o idealista do acordo formavam a representação da comunidade na época, pois

eles eram o catequista, o monitor¹³ e o agente de polícia da Ilha. Contudo, a aceitação do acordo pelas famílias Ilha não se deu de forma unânime, pois alguns membros da comunidade não aceitavam a suspensão da malhadeira, uma vez que a pessoa que criou a proposta do acordo, na visão deles, era o causador da dificuldade enfrentada.

Pra nós poder parar com a pescaria de malhadeira foi uma novela, foi difícil porque ele mesmo, o Zezinho, que começou¹⁴ ... Aí ele me convocou pra convidar o pessoal, mas o pessoal custou a aceitar isso, custou muito a aceitar porque ele tava convidando pra parar e o culpado de ter esvaziado foi ele porque foi ele a origem [...] quando ele começou a pensar que nós devia parar o pessoal não aceita, se ele foi a origem agora nós vamos sofrer junto, ninguém para (Interlocutor 01, trabalho de campo, 2017).

Os descontentamentos com a ação, no passado, do idealizador do acordo fazem os comunitários não aceitarem, em primeira instância, a suspensão da malhadeira e conseqüentemente a elaboração do acordo. Coube a um dos três representantes da comunidade convencer os moradores a aceitarem a proposta do acordo. Este, devido sua função na comunidade, tenta por meio de sua atuação e respeito que possuía na comunidade fazer as famílias aceitarem a suspensão da malhadeira

Foi trabalho pra mim conquistar, quando chegava na igreja, eu escolhia uma leitura que tocasse um pouco no nosso jeito como nós tava, no nosso jeito como nós ia criar nossos filhos e tal e tal tinha uns que iam maneirando, foram maneirando [...] porque eu era o catequista então era a pessoa indicado pra conquistar as pessoa e tirava um tempo pra nós conversar também (Interlocutor 01, trabalho de campo 2017).

Após várias conversas entre o catequista e as famílias discordantes da proposta do acordo, estas – após serem convencidas que seria o melhor para todos – resolvem aceitar a suspensão da malhadeira e durante uma reunião no ano de 1974 os comunitários resolvem parar de pescar com malhadeira nos lagos da Ilha. Em outros trabalhos (FERREIRA, 2014; FERREIRA E SILVA, 2017) é apresentada essa ação como um acordo de usufruto entre os moradores que após suspender a malhadeiras nos lagos percebem um crescimento significativo dos estoques dos recursos pesqueiros nos lagos e igarapés da comunidade em um curto período de tempo. Esta ação faz os moradores perceberem que esta seria a solução para a dificuldade

¹³ Segundo relatos dos moradores o monitor era o responsável por cuidar dos alunos durante as aulas radiofônicas. Este funcionava como uma espécie de professor existente auxiliando os alunos durante as atividades proposta pelo rádio.

¹⁴ A expressão *que começou* faz referência ao início das pescarias com malhadeira na Ilha de São Miguel, considerada a origem do prejuízo no estoque pesqueiro dos lagos locais.

enfrentada por todos e resolvem proibir definitivamente o uso de malhadeiras no espaço da comunidade.

Ressalta-se que no início dos acordos pescadores das comunidades circunvizinhas à Ilha de São Miguel podiam pescar nos lagos da comunidade, desde que cumprisse as regras de acesso e uso dos recursos nos lagos da Ilha.

Eles teriam direito como pescador de pescar junto com nós, mas de acordo com o modo que nós ia usar os arreios pra pescar, menos: malhadeira eles não poderiam usar porque nós não ia usar, lanterna de carbureto não poderiam usar, porque nós não ia usar, batição eles não poderiam usar porque nós também não ia usar. Essas pescarias predatória que chamam, ninguém ia fazer mais. Então nós suspendemos malhadeira, essas coisa toda. Então os nossos vizinhos como Costa do Aritapera, Mato Alto, Barreira e Correio podiam pescar junto, não tinha nenhum problema, desde que cumprisse as regras que nós ia cumprir. Cada um recebeu um documento, uma carta escrita dizendo as regras quais eram [...] só que eles desobedeceram, não cumpriram. (Interlocutor 01, trabalho de campo 2017).

O descumprimento das regras, pelos pescadores de fora, mobiliza os moradores da comunidade a criarem estratégias de vigilâncias dos lagos para verificar se iam cumprir ou não a forma da pescaria.

Aí nós passamos a montar um esquema de vigilância pra ver se eles cumprir junto com nós se eles não iam pescar de malhadeira na primeira saída foi encontrado o pessoal da Costa do Aritapera deu uma discussão [...] foi o tempo que nós começemos a agir com mais rigidez com eles também. Não tavam obedecendo de maneira nenhuma teve momento que existiu uma discussão e até uns tapas pelo meio (Interlocutor 01, trabalho de campo 2017).

E ainda

A gente ia, chegava lá sentava assim, assim como estamos sentados aqui. As vezes eles já estavam lá dentro pescando no lago. Aí pega, a gente chamava eles, chegavam e dizíamos: olha, tá pescando aqui, de agora em diante nós não queremos mais essa pescaria. Tá, ninguém não sabia eles diziam, era só assim, ninguém não sabia. Iam saindo e iam embora. Quando era na outra noite, tava o mesmo pescando, tava o mesmo pescando aí nos começemos a ficar meio brabo (Interlocutor 04, trabalho de campo 2017).

Percebe-se nas falas dos interlocutores que a atitude dos pescadores de fora de não cumprirem as regras impostas localmente cria os primeiros conflitos externos a Ilha, pois os pescadores locais, descontentes com a ação dos pescadores de fora, sentiam-se prejudicados e tentavam controlar o uso dos lagos. O descontentamento dos pescadores da Ilha se faz devido considerarem a ação dos pescadores de fora como aproveitadores da manutenção e controle dos lagos na Ilha.

Ainda, essas tensões existentes entre os pescadores locais e pescadores de fora faz os moradores da ilha se reunirem e elaborarem novas regras para o acordo de pesca, que após ser

discutido e aprovado em reunião criam o documento que só entra em vigor no ano de 1985, após ser homologado pela Comarca de Santarém, firmando definitivamente o acordo de pesca na comunidade

Visando a preservação das espécies de peixes que muito servem para manter nossas famílias [...] decidimos em reunião realizada no dia 24. 08. 85, conforme o acordo vigente desde 1983, manter para todos os lagos, baixas e outros locais de pescarias situado dentro da nossa localidade, o seguinte: Proibir em caráter permanente o uso de: 1 – Rede de pesca (malhadeira, bubuias, etc...), rede de arrasto, bombas e lanternas de carbureto; 2 – Espinhel em baixo de árvores frutíferas próprias para alimentação dos peixes; 3 – Pesca de pirarucu no período de 01 de outubro a 31 de março, conforme a Lei Federal; 4 - Tarrafá no Lago denominado “LAGUINHO”, durante o período em que haja acesso para os peixes aos demais lagos, e 5 – Pesca com finalidade única e exclusiva para vender (Fonte: ACORDO DE PESCA, 1985, s/p, concedido pela associação comunitária da comunidade Ilha de São Miguel e que se encontra disponível no anexo deste trabalho).

A redação do acordo mostra as iniciativas dos comunitários da Ilha de São Miguel em preservar as espécies de pescado naquele espaço a partir da restrição tanto do uso dos territórios de pesca, das espécies capturadas no decorrer do ano, como também dos apetrechos de pesca, uma vez que este documento impende o acesso e uso dos lagos pelos pescadores de fora que visavam apenas obtenção de renda. Ainda, a elaboração deste documento e sua homologação pela justiça faz os pescadores da Ilha possuírem, por meio dessas cinco regras, o controle de acesso e uso exclusivo dos lagos da comunidade.

Não obstante, mesmo com a elaboração e firmação do acordo de pesca local, as invasões dos lagos pelos pescadores de fora continuam acontecendo, obrigando o grupo a continuar se mobilizando politicamente para legitimação de suas decisões. Convém lembrar que a mobilização política adotada pelo grupo busca manter a gestão da pesca na localidade, bem como a qualidade de vida dos moradores da Ilha. Dentre essas mobilizações destacam-se:

- a) A continuidade das vigilâncias nos lagos pelos pescadores locais na busca de impedir a entrada de pescadores de fora;
- b) A entrega de cópias do Acordo de Pesca local para as comunidades circunvizinhas na tentativa de todas ficarem cientes que na Ilha há um acordo de pesca local;
- c) A criação da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel – ANMISM – no ano de 1989, a qual, na atualidade, é responsável pela comercialização do pescado da comunidade;
- d) O manejo do pirarucu com o intuito de controlar a comercialização dessa espécie e de garantir o equilíbrio da quantidade de pescado nos lagos da comunidade;

- e) As reuniões mensais da associação comunitária, onde são deliberadas as tomadas de decisão de forma coletiva sobre a vida na Ilha de São Miguel.

Soma-se a esses fatores o fato da principal regra do acordo local da Ilha – proibição do uso de malhadeiras nos lagos – ser incorporado no acordo de pesca da região do Aritapera (IN nº 11 de 14 de outubro de 2004) e, a partir de 2008, o Plano de Utilização (PU) dos recursos naturais referente ao Projeto de Assentamento Agroextrativista da região do Aritapera (PAE ARITAPERÁ), tornado legal pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), restringe a pesca e os recursos bióticos dos lagos apenas ao uso, acesso e usufrutos dos mesmos aos moradores da Ilha de São Miguel.

Ressalta-se que o pescado voltou a ser a principal fonte de obtenção de renda dos filhos da Ilha, fazendo entender como o acordo de pesca local foi um relevante instrumento de normatização dos recursos pesqueiros e sua consequente gestão na atualidade.

Quero dizer pra você que deu muito certo esse trabalho, dá muito certo. E pirarucu hoje, pra nós, ele é a fonte de renda da comunidade. Então, aquilo que quando eu era com nove anos a gente corria pra ver pirarucu, hoje até a minha esposa mata pirarucu, todas as mulher matam pirarucu aqui na comunidade, porque é só pegar uma isca, colocar no anzol, jogar lá e amarrar numa vara lá que quando é de manhã ele tá lá com o anzol engatado na boca (Interlocutor 05, trabalho de campo 2017)

Tais fatos evidenciam que a gestão da pesca na Ilha de São Miguel é fruto de uma ação coletiva desenvolvida pelos comunitários desde a década de 1970 que nos dias atuais garantem o sustento das famílias, bem como o estoque pesqueiro equilibrado e a qualidade de vida aos moradores desses territórios. Esta ação coletiva é entendida a partir da teoria de Mancur Olson (1999) que afirma que um número considerado de indivíduos quando compartilham de um objetivo ou interesse comum ou coletivo mobilizam-se para alcançar a promoção dos interesses assim como os benefícios coletivos e extensível a todos.

Ostrom (2011) aponta que por meio da ação coletiva determinado grupo conseguirá fazer um gerenciamento da exploração dos recursos, considerados como de uso comum. Esse gerenciamento levará a uma conservação dos recursos e existência dos membros do grupo a partir de uma cogestão proporcionando uma equidade entre o nível de exploração e a demanda desejada pelo grupo. Em sua obra, a autora mostra como os grupos criam estratégias de uso dos recursos em seus territórios desenvolvendo uma mobilização política, entendida por ela como “*cogestão*” coletiva da exploração dos recursos.

No caso em questão, o interesse coletivo dos moradores da Ilha de São Miguel desperta uma mobilização política em defesa do seu território aquático, bem como o controle e uso de seu recurso extrativo principal – o peixe – que por meio de elaboração de regras – estabelecidas coletivamente – permitiu um gerenciamento desse recurso, assim como a qualidade de vida dos moradores da Ilha.

3.4 A ATIVIDADE DA PESCA NA ILHA DE SÃO MIGUEL NA ATUALIDADE

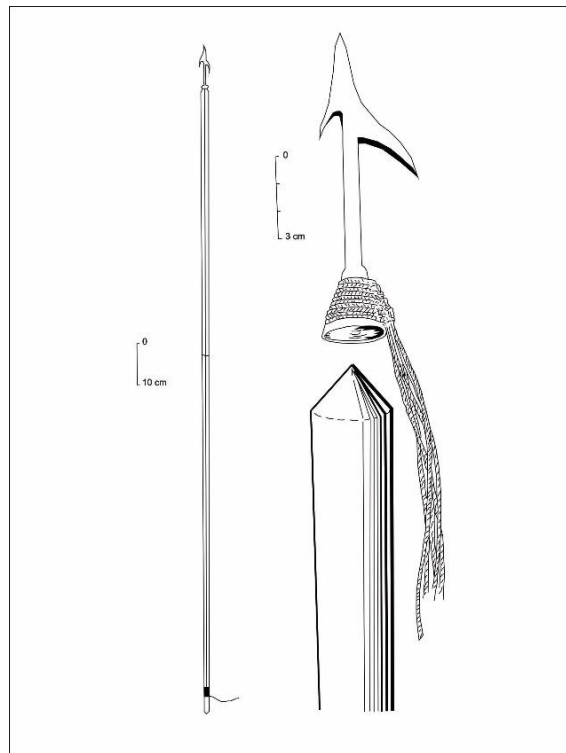
A pesca enquanto atividade produtiva sempre esteve presente no cotidiano da comunidade Ilha de São Miguel. A utilização desse recurso tem como prioridade o sustento das famílias, tendo no manejo do Pirarucu a garantia de renda da comunidade para compra de materiais necessários à existência das famílias.

O acordo de pesca da Ilha é de caráter local e impede a entrada de pescadores de outras localidades, criando assim uma exclusividade de acesso aos recursos pesqueiros aos seus moradores (FERREIRA, 2014). A partir dessa afirmativa fica evidente que o acordo da Ilha tem ainda o formato dos primeiros acordos de pesca da região amazônica, devido os pescadores locais não abrirem mão da exclusividade que tem sobre seu território aquático. Ainda, a atividade da pesca na comunidade São Miguel é fruto de um processo de gestão dos recursos pesqueiros firmada há 44 anos e consolidada nos dias atuais, onde os pescadores dessa localidade através de ações coletivas buscam manter tanto os recursos pesqueiros locais como os seus interesses econômicos. Para isso, uma série de regras deve ser cumprida pelos moradores para estarem aptos a exercer as pescarias, desde uma simples limpeza de estrada até a vigilância dos lagos contam como critério para poder ter acesso aos recursos pesqueiros da comunidade.

Outro fator importante para a gestão da pesca na comunidade é evidenciado na forma como ocorre a pesca na comunidade, pois apenas alguns apetrechos de pesca são permitidos pela coletividade. No território da Ilha é extremamente proibido pescar com malhadeira, de modo que os comunitários utilizam haste e arpão (Figura 02) e rapazinho¹⁵ para capturar o pirarucu e caniço e tarrafa para apanharem o pescado para a alimentação.

¹⁵ É uma linha que varia de 05 a 07 metros com um anzol em um dos extremos.

Figura 2 - O arpão é um dos principais apetrechos de pesca utilizado pelos pescadores da Ilha de São Miguel para capturar o pirarucu.



Fonte: Fernando Filho, 2018, adaptado de SMITH, 1979.

A exclusão da malhadeira se faz devido os moradores considerarem um apetrecho de pesca predatório de alto poder de captura o que, na visão deles, dificulta a manutenção do estoque pesqueiro nos lagos. Ademais, os pescadores da comunidade realizam a pesca através de parcerias ou sozinhos, geralmente as parcerias são montadas conforme o grau de parentesco (filho, esposa, cunhado, primo e etc.) ou de proximidade (vizinhos e compadres)

Diante disso, a atividade da pesca em São Miguel é realizada buscando a equidade entre conservação do recursos e garantia de renda às famílias, as quais respeitam e mantêm as regras de pesca estabelecidas pelos seus antepassados. Esse processo de controle da pesca por meio do acordo comunitário mostra como a mobilização política exercida por esses atores sociais se configuram em formas legítimas de gestão coletiva dos recursos pesqueiro nos lagos, pois, o controle de todo o processo de produção do pescado na Ilha, torna-se importante medida política do grupo, haja vista que o peixe constitui um recurso fundamental para geração de renda e dieta alimentar das famílias. Essa mobilização política dos moradores de São Miguel para a proteção do meio ambiente lacustre defende claramente sua forma tradicional de ocupação e uso do ambiente da várzea (PERROTA, 2014).

Contudo, mesmo havendo um controle da pesca e de quem pode pescar na comunidade, há constantes invasões de pescadores oriundos de comunidades varzeiras que buscam ter acesso ao principal recurso da comunidade, o peixe. Convém mencionar que as invasões realizadas pelos pescadores de fora ocorrem desde o início do processo de gestão da pesca local, que dependendo do momento diminui ou aumenta a intensidade desses atos, criando conflitos cada vez mais intensos nesse espaço. Convém mencionar que na tentativa de evitar essas invasões os pescadores fazem o processo de vigilância dos lagos que, todos os dias percorrem toda a extensão da comunidade procurando evitar possíveis invasões nos lagos da comunidade.

Desta forma as ações exercidas na Ilha de São Miguel com a criação do acordo de pesca e o manejo do Pirarucu evidenciam uma gestão da pesca alicerçada na ação coletiva que deliberando regras para pescar nos lagos da comunidade proporciona uma “sustentabilidade local”, evidenciada no uso racional dos recursos pesqueiros, além de assegurar a qualidade de vida a todos os moradores da Ilha.

4 GESTÃO DA PESCA EM SÃO MIGUEL: CONTROLE SOCIAL SOB A AÇÃO DOS INDIVÍDUOS

Em São Miguel, além das regras de pesca que impendem a entrada de pescadores de fora, há normas para os moradores da Ilha com a finalidade de possuir um melhor controle da gestão da pesca e evitar que certas pessoas da comunidade se beneficiassem dos resultados sem participar dos trabalhos desenvolvidos coletivamente. Ademais, a imposição dessas regras tem evitado conflitos internos à manutenção da gestão da pesca, pois, para o sócio da ANMISM ter direito de usufruir dos resultados alcançados pelo grupo deve cumprir as normas da associação.

Olson (1999) apresenta a não-participação de algumas pessoas nas ações desenvolvidas coletivamente como um dos principais entraves à manutenção da ação coletiva, pois para o autor os que contribuem com os trabalhos deixarão de participar devido não quererem que os aproveitadores (*free-rider*) se beneficiem do resultado sem contribuir. No caso da Ilha, a imposição de regras aos moradores é entendido como uma mobilização política criada para evitar rupturas na ação coletiva de manutenção da gestão da pesca local, pois se não existissem regras locais poderia ocorrer divergências nos interesses e nas ações dos pescadores assim como levar certas pessoas do grupo a aproveitarem-se dos resultados sem contribuir no processo de construção dos mesmos.

Para Durkheim (1999) o sucesso de uma ação social ocorre quando todos os indivíduos cooperam harmonicamente com a ação. Contudo, essa cooperação não pode se limitar somente na relação que possuem, é preciso estabelecer as condições de cooperação (*o contrato*), sobretudo, os direitos e deveres de cada um. Partindo desse princípio, os moradores de São Miguel ao designarem regras locais para o exercício da pesca nos lagos das comunidades estabelecem as condições de cooperação que os pescadores devem cumprir para poderem possuir o direito de usufruir dos resultados obtidos coletivamente.

Ainda, esta imposição de regras pode ser entendida como uma manifestação de poder entre a ANMISM e seus associados. Essa manifestação de poder vai ao encontro dos enunciados de Foucault (2007; 1999) o qual afirma que o poder é um método que permite o controle minucioso da operação do corpo, tornando-o em um corpo dócil e útil, impondo limitações, proibições ou obrigações.

Tomando por base a teoria de Foucault (2007; 1999), apresentarei, neste capítulo, como os moradores, por meio da ANMISM, realizam o controle dos pescadores da Ilha conseguindo manter a gestão da pesca local.

4.1 DAS REGRAS DO JOGO: O CONTROLE SOCIAL DA PESCA EM SÃO MIGUEL

Durante minha vivência de campo, percebi que as regras estabelecidas no território da Ilha controlam quem pode pescar, quais são os benefícios alcançados por aqueles que cumprem, e qual a punição para os infratores. Ainda, observei que a imposição controla tanto a pesca na Ilha como os próprios pescadores da comunidade que precisam respeitar e cumprir todas as exigências para poderem exercer a atividade da pesca na comunidade. Oviedo (2006) aponta que para haver sucesso na gestão dos recursos comuns é preciso que as normas de uso sejam seguidas, caso alguém não cumpra todas as exigências, este será punido. Em São Miguel esse controle tem garantido um resultado positivo na gestão da pesca, pois além de assegurar a conservação dos lagos e o manejo do pirarucu, tem impedido que algum pescador não colabore ou atue de maneira individualista, caso isso ocorra o mesmo sofrerá punição deliberada pela coletividade nas reuniões.

Ressalta-se que no passado recente, mesmo com o acordo vigente no território aquático da comunidade, não havia regramento na quantia de apetrechos de pesca para os moradores, contudo, devido à grande quantidade de anzóis colocados nos lagos, o grupo considerou viável criar limites para esse tipo de pescaria.

Não era estipulado uma quantia de anzol, aí tinha aquele que colocava além, entendeu? Então agora foi estipulado, por exemplo, dois tem que botar 27 e um bota 20. Então daí se transpassar a pessoa vai ser chamada, tem que ir mesmo pescar na regra... aí quando fecha a pescaria tem que arrancar todas as 27 varas, não fica no lago, é assim (Interlocutora 06, Fonte: Trabalho de Campo de 2017).

O relato dessa interlocutora exemplifica como ocorreu a organização da pesca por meio do regras que designaram uma quantidade de apetrecho (o anzol) em São Miguel, percebe-se que no passado, devido não possuir uma limitação, alguns pescadores colocavam quantidades maiores a estipulada na atualidade, criando uma maior pressão nos lagos e conseqüentemente um desequilíbrio na ação coletiva bem como instauração de possíveis conflitos entre pescadores por determinados pontos de pesca. Begossi (2004) aponta que quanto menos móvel for uma tecnologia de pesca, maior a possibilidade de encontrar regras de uso, principalmente quando necessitam de espaços delimitados de uso. No caso da Ilha, a regra estipulada serviu para controlar esses pescadores e trazer igualdade na forma de captura por esse apetrecho, bem como diminuir os pontos de pesca e conseqüentemente a pressão nos lagos.

Além desta regra, para terem direito de pescar nos lagos da Ilha, os associados da ANMISM deverão:

- a) Cumprir 24 vigilâncias nos lagos da comunidade durante o período de fechamento dos lagos para a pesca do pirarucu (Dezembro a Maio);
- b) Deixar de pescar pirarucu no período de 01 de Dezembro a 31 de maio;
- c) Pescar utilizando apenas os apetrechos permitidos pela ANMISM;
- d) Participar de todas as reuniões comunitárias, tanto as ordinárias como as extras;
- e) Participar de todos os trabalhos comunitários estabelecidos pela ANMISM;
- f) Estar em dia com as taxas sociais da comunidade (energia, água e mensalidade da ANMISM)

Esta imposição de regras permite a ANMISM controlar a ação de todos os seus associados, que para não serem punidos buscam cumprir todas exigências impostas. Furtado (1997) aponta que o estabelecimento de regras na atividade da pesca pelas comunidades do Baixo Amazonas leva em consideração critérios ecológicos como: a sazonalidade do rio (nível das águas), as espécies de pescado, os tamanhos de captura, os instrumentos de pesca e a categoria de pescadores. Ainda, corroborando com esse pensamento, Castro e McGrath (2001) destacam que a elaboração das regras na pesca tem levado em consideração o conhecimento ecológico que os pescadores possuem e o monitoramento é relacionado com a ética social local. Oviedo (2006) expõe uma variedade de regras operacionais que podem ser identificados nos acordos de pesca como: a região que é permitido pescar; qual a prática de pesca é permitida aos pescadores, que tipo de pescado pode ser capturado, quais procedimentos devem seguir na tomada de decisões que envolvam indivíduos, qual gratificação ou penalidade pode ser designada para determinada ação ou resultado.

Fazendo uma análise desses trabalhos com o caso da Ilha de São Miguel, pode-se inferir que a elaboração de regras para os pescadores locais materializa o pensamento desses autores, uma vez que nas regras impostas percebe-se um conhecimento ecológico local por meio de: restrição de apetrechos de pesca a serem utilizados nas pescarias (alínea c); suspensão da pesca do pirarucu no seu período reprodutivo¹⁶ (alínea b); e a ação social que os pescadores devem realizar para serem considerados aptos a pescar nos lagos locais (alíneas, a, d, e, f).

Segundo os pescadores locais, todos sabem o que podem ou não fazer para terem direito de pescar nos lagos e caso alguém descumpra uma regra este receberá uma punição discutida e deliberada em reunião da ANMISM.

¹⁶ Ressalta-se que essa ação de respeito cumpre o que designa a Instrução Normativa nº 034 de 18 de junho de 2004 que regulamenta o período de captura e comercialização do Pirarucu na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas.

A gente sabe se alguém tem mais né? Por exemplo eu tenho direito de colocar 27 anzol eu tenho que afincar então 27 vara, eu não posso afincar 30 vara porque a regra é 27 se eu pescar e colocar mais de 27 vara, vou pra uma assembleia, vão me chamar lá e já vou ser punida. (Interlocutora 06. Fonte: Trabalho de Campo de 2017).

E ainda

Aí o pessoal chega lá não tem dúvida, já acostumou, não, é 27. O cara tem medo de ele ser flagrado, vamos dizer, pela uma vara ele ser flagrado e perder um mês de pescaria. Aí o que acontece a gente chama ele, entendeu? E pergunta o que foi que aconteceu? E a assembleia vai dizer se vai ter uma punição porque o que ele fez foi abuso, entendeu? Diz lá no estatuto que a primeira vez chama, sabe? Chama, orienta o cara, ta entendendo? Mas muitas vezes o cara tá sabendo é o mesmo que tu tiver com dois cartão¹⁷, ta entendendo? Aí o cara vai direto pra punição. Assim, que é o negócio (Interlocutor, 07. Fonte: Trabalho de campo de 2017)

Vislumbra-se nas falas desses dois interlocutores o tratamento que a ANMISM aplica aqueles que infringem alguma regra estabelecida – chama o pescador infrator, orienta ele do erro, leva a questão para a reunião e a assembleia decide se deverá ou não ser punido. Ademais, fica perceptível que sendo conhecedores das regras e as possíveis consequências quando são infringidas os pescadores buscam não as quebrar com receio de serem flagrados e punidos por conta dos seus atos.

Foucault (1999) no seu livro “Vigiar e Punir” aponta que a punição sai do campo da percepção e entra no da consciência abstrata, onde o medo de ser punido leva a pessoa a seguir a lei e não cometer crime. Analisando o caso da Ilha sob a luz do pensamento foucaultiano pode-se inferir que o medo de ficar sem pescar faz os pescadores cumprirem todas as regras que lhes são impostas. Contudo para verificar se todos os associados irão cumprir de fato as regras em todos os aspectos, a ANMISM juntamente com seus associados criou um conselho fiscal que tem por finalidade monitorar constantemente as ações dos associados da entidade.

A construção de regras e o vigiar constante por parte do conselho fiscal e da ANMISM cria a figura caracterizada por Foucault (1999, 2007) de “*corpo docificado*”, pois as ações desses dois atores coletivos – ANMISM e Conselho Fiscal – e a consciência abstrata de punição por parte dos pescadores podem ser entendidas como métodos de controle das operações do corpo, assegurando a sujeição dos sócios à entidade por meio de uma relação de docilidade-utilidade, caracterizadas na “disciplina” de suas ações.

¹⁷ O interlocutor utiliza a expressão dois cartões fazendo referência ao jogo de futebol que segundo a regra desse esporte, quando um jogador que está com dois cartões amarelos acumulados comete uma falta grave recebe mais um cartão e fica de fora do próximo jogo, no caso da Ilha o “terceiro cartão” pode levar à perda do exercício da pesca por um tempo determinado pela assembleia (o juiz do jogo).

Era uma corvadia, se eu não fizesse nenhum trabalho comunitário, nenhuma comida eu não tinha coragem de colocar nenhum anzol no lago, porque eu acho uma injustiça, né? [...] porque quando é toda quarta¹⁸, eu digo, bom vocês tão sabendo, é pra todo mundo tá lá, entendeu? (Interlocutora 06. Fonte: Trabalho de Campo de 2017)

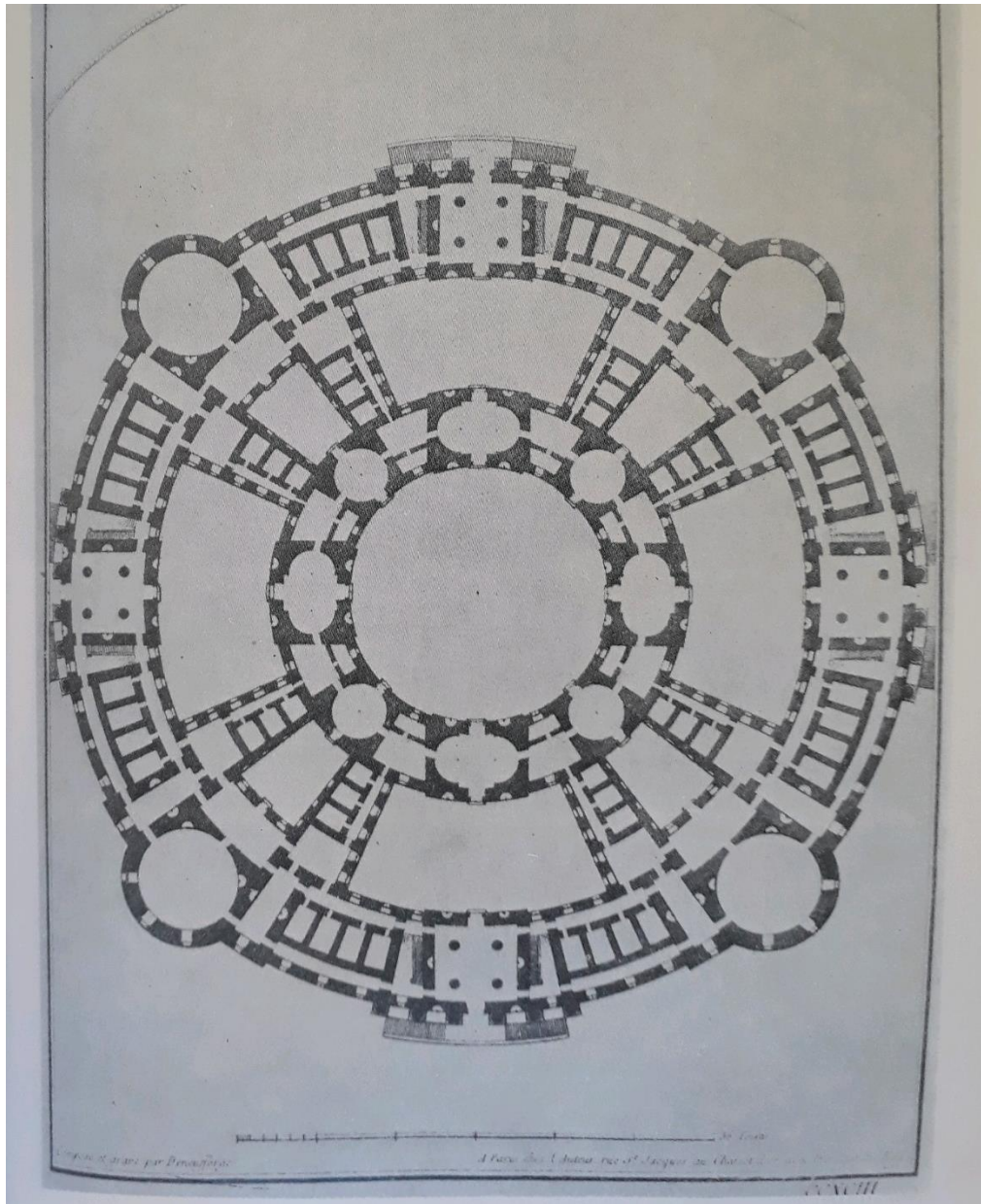
A fala da interlocutora caracteriza a docilidade do corpo por meio da consciência abstrata, uma vez que não participar do trabalho comunitário ou não cozinhar para os pescadores, nesse dia, ser considerado uma injustiça por não estar ajudando nas ações determinadas pela ANMISM. Por conseguinte, o fato de saberem que determinado dia ocorrerá o trabalho comunitário na Ilha, os moradores se organizam para que no dia marcado estejam presentes e, assim, ajudar e não ser punido pela ausência na ação.

Ademais, o controle da ANMISM sobre seus associados vai ser mantido através de uma relação de poder assegurado constantemente nas disciplinas das ações desenvolvidas na comunidade, seja por meio de imposição de regras – limpeza da estrada, do igarapé, dos patrimônios da comunidade (igrejas, associação, escola, campo de futebol), pagamento das taxas (energia, água e mensalidade da associação) e vigilâncias dos lagos – que levará à criação, do que Foucault (1999) chama, de uma “*sociedade disciplinar*”.

Essa sociedade disciplinar vai ser vigiada constantemente, onde os menores movimentos são controlados, e registrados por quem exerce o poder. Foucault (1999) apresenta o exemplo do Panóptico de Bentham para explicar como funciona as vigilâncias constantes. Este autor descreve o panóptico como uma figura arquitetural onde na periferia ficam celas, salas ou quartos e no centro a torre de vigilância ao qual induz ao detento, doente, operário ou escolar um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.

¹⁸ O termo **quarta** relatado pela interlocutora representa o dia da realização dos trabalhos comunitários na Ilha que acontecem geralmente nas quartas-feiras.

Figura 3 - Planta do Panóptico de Bentham.



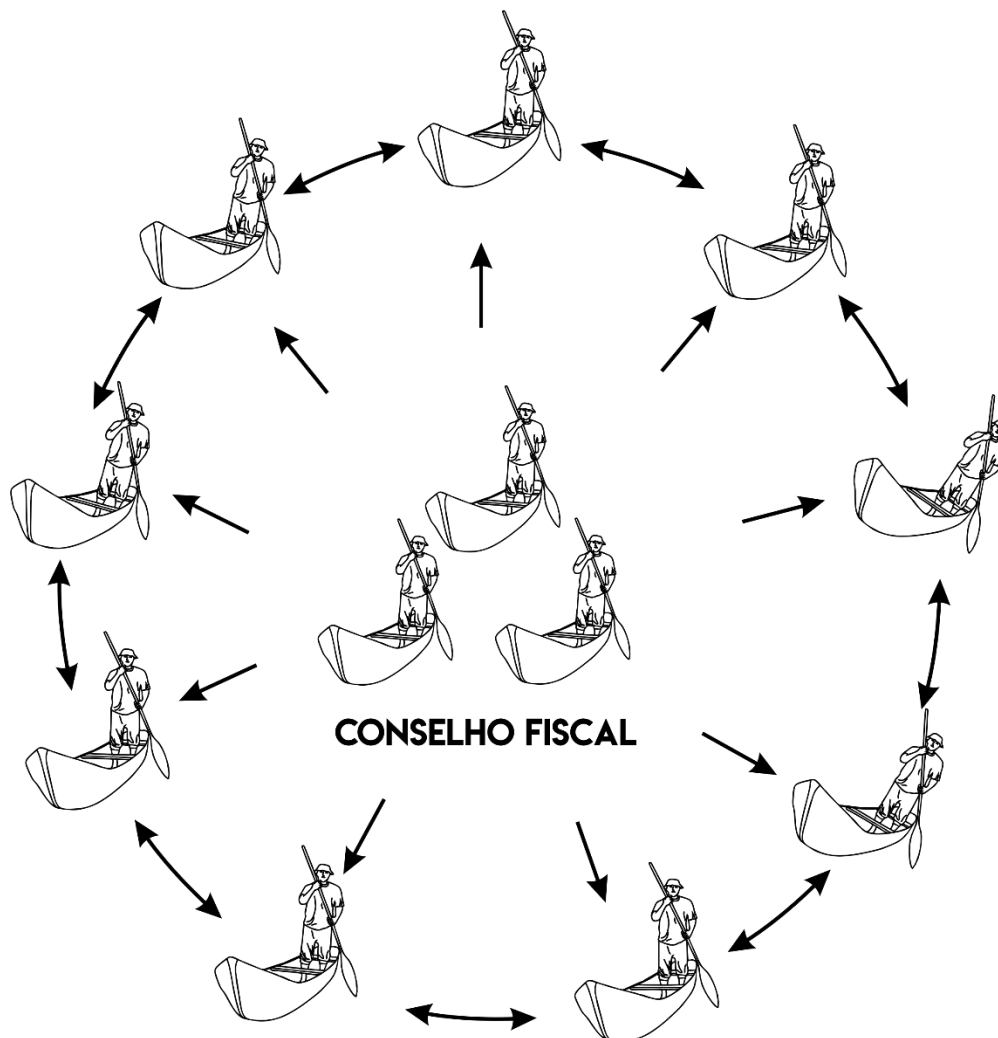
Fonte: Foucault, 1999.

Para o autor a arquitetura benthamiana induz as pessoas a um estado permanente de vigilância, pois o formato de distribuição do panóptico induzirá a uma vigilância eterna de todos por meio do princípio de *poder visível e inverificável*, onde o detento ao olhar em direção ao centro vai sentir-se vigiado pela torre central, embora não tendo total certeza de estar sendo vigiado, tem certeza que quase sempre pode ser. Logo, por meio da dissociação do método do *ver-se visto*, o detento se sentirá vigiado a todo momento fazendo com que se submeta ao poder do vigilante, pois o vigilante consegue ver tudo e todos e o detento não consegue ter outra visão se não a torre central com o vigilante ou seu companheiro de cela. Tal fato tende a fazer cada

um, de acordo com seu lugar, ser vigiado por todos ou por alguns outros através de uma sucessão ininterrupta de olhares fazendo todos sentirem-se ameaçados (FOUCAULT, 2007).

Fazendo uma comparação da vigilância constante no panóptico de Bentham com a gestão da pesca na Ilha de São Miguel, pode-se deduzir que o território da Ilha se torna o próprio panóptico quando as ações de todos os moradores da comunidade são vigiadas pelo conselho fiscal (o vigilante da torre). Diante disso, a presença do conselho fiscal intimida os moradores a não quebrarem nenhuma regra imposta a eles, pelo fato de se sentirem vigiados a todo momento, mantendo a relação de poder da ANMISM sobre seus associados por meio da permeação visível e inverificável, onde cada morador é constantemente localizado (onde está na comunidade) e examinado (o que está fazendo) proporcionando o controle minucioso do corpo, além de impor a relação de docilidade-utilidade (Figura 04).

Figura 4 – Esquema representativo da vigilância interna na Ilha de São Miguel.



Fonte: Roberth Ferreira, Adaptado de Foucault, 1999.

Fazendo a descrição da figura 04 pode-se vislumbrar no território da Ilha de São Miguel o conselho fiscal atuando como vigilante da torre central e os associados como os membros que ficariam na periferia observados por esses vigilantes e qualquer ação diferente das impostas a estes membros acarretará em punição. Ainda, assim como exemplo do panóptico de Foucault (1999, 2007) cada associado da ANMISM é ao mesmo tempo vigilante e vigiado de outro associado, fazendo todos se sentirem julgados e obrigados a desempenhar as tarefas designadas pela associação bem como viver ou morrer em função do poder que ali é estabelecido (Foucault, 2007).

Berkes *et al.* (2006) aponta a vigilância como um processo de autofiscalização que pode ocorrer de duas formas: na primeira os pescadores têm função de monitorar seus pares e relatar as infrações percebidas às autoridades, apontando como exemplo as fiscalizações dos pescadores de ouriço-do-mar em Barbados. Já na segunda forma, os pescadores são designados como fiscais dos pontos de pesca, que tem por função, monitorar e prender indivíduos pela infração cometida, citando por exemplo o sistema de fiscalização da Ilha de São Salvador.

Comparando os modelos de autofiscalização de Berkes *et al.* (2006) com a forma de vigilância na Ilha, percebe-se que há um predomínio da segunda forma de fiscalização, pois os pescadores da Ilha são designados como vigilantes (fiscais) que buscam monitorar e prender os apetrechos de pesca dos que infringem as regras locais, bem como apresentar ao grupo o infrator para que julguem o ato e deliberem uma punição pela infração quebrada.

Diante disso, o exercício de poder da ANMISM sobre seus associados em relação a manutenção da gestão da pesca na localidade pode ser compreendido como a dominação legal burocrática caracterizada por Weber (2012). Segundo esse autor a dominação legal baseia-se na instituição de direito, mediante pacto ou imposição de modo racional, aos membros da associação como também de regras sobre realização de ações sociais declaradas relevantes para a associação. Weber (2012) aponta que essas ações podem ser entendidas como exercícios contínuos vinculados as regras (os serviços obrigatórios) gerando uma autoridade institucional. No caso da Ilha, a dominação legal burocrática se caracteriza na elaboração do acordo de pesca (o pacto de uso racional dos recursos pesqueiros) bem como com a imposição de trabalhos comunitários.

Outro fator que Weber (2012) aponta como característica desse tipo de dominação está no princípio de documentação, em que mesmo com as discussões orais sejam a regra ou consta no regulamento, todas as decisões, disposição e ordenação estão fixadas por escrito. Analisando a característica da documentação ao processo de gestão da Ilha percebe-se que a redação e homologação do acordo de pesca, sua distribuição as comunidades circunvizinhas, além do

registro em atas das decisões tomadas em todas as reuniões da ANMISM justifica e consolida a imposição de regras tanto aos pescadores de fora como aos pescadores de São Miguel.

Não obstante, entende-se que o exercício do poder de vigilância na Ilha de São Miguel não se restringe ao conselho fiscal, ou a diretoria da ANMISM, mas permeia entre os membros da associação, mostrando que este poder é exercido de forma coletiva em prol de uma qualidade de vida comum. Ainda, caso algum membro do grupo quebra uma regra e seja percebido pelo grupo, a questão da regra quebrada é levada para a reunião e a comunidade decide que tipo de punição será designada ao sócio-infrator. Entende-se esse processo de punição como uma forma de disciplinamento para o membro-infrator, pois geralmente as punições estabelecidas pelo grupo são destinadas à impossibilidade do exercício das pescarias por um determinado período. Esse tempo, segundo os moradores, servirá para o pescador refletir sobre o seu ato e não mais cometê-lo para, assim, voltar a ter direito de exercer a pesca no território da Ilha.

5 ETNOGRAFIA: ENTENDENDO A GESTÃO DA PESCA LOCAL

5.1 AS VIAGENS DE CAMPO

Antes de planejar a logística das viagens sempre certificava que as lideranças locais, assim como os demais comunitários estariam cientes de cada uma das viagens que realizaria e, para obter esta informação, entrava em contato com algum membro da comunidade (geralmente meus tios ou primo) que durante uma ligação telefônica confirmavam que poderia ir. Como estratégias de viagem, escolhi os dias de final de semana devido três motivos: o primeiro se deu pelo fato de ocorrer no primeiro final de semana de cada mês as reuniões da associação comunitária; o segundo por ser o dia que haveria barcos viajando para a comunidade; e o terceiro por eu ainda estar em período letivo para obtenção de crédito no mestrado. Ainda, durante os preparativos, estabelecia o que deveria ser levado em cada viagem, não seria muita coisa, por conta do tempo de estadia, precisaria levar alguns mantimentos, roupas, rede de dormir e material básico de higiene.

O deslocamento até a Ilha foi realizado através de barco de linha, utilizando na primeira viagem o que vai para as comunidades próximas a São Miguel em dia de sábado, devido ir apenas para falar com o presidente, nas quatro viagens o que se desloca no dia de sexta-feira, para poder participar das reuniões e poder entrevistar e conversar com os comunitários, a sexta viagem ocorreu em uma quarta-feira para poder acompanhar o fim da pescaria do pirarucu do ano de 2017. Ademais, no dia programado de cada viagem, organizava minha mochila, comprava os mantimentos e os colocava em uma sacola e no isopor com gelo os perecíveis para conservá-los durante a minha permanência na Ilha, esperava chegar próximo ao horário de saída do barco para dirigir-me até ele e assim poder ir para a comunidade.

A primeira viagem ocorreu durante os dias 07 a 10 do mês de julho que tinha por finalidade realizar o primeiro contato com os moradores da Ilha de São Miguel, bem como uma reunião com o presidente da associação comunitária para solicitação de realização de pesquisa. Quando me direcionava ao barco percebi que o tempo estava mudando ameaçando cair uma chuva, refleti, durante o caminho, que viajar com chuva em um barco pequeno não seria muito agradável, mas era o que ia acontecer. É rotineiro na Amazônia ver barcos de pequeno e médio porte viajando em direção as comunidades varzeiras mesmo em períodos de chuva. Ao chegar no barco, quase em cima da hora, vi que todos ficaram me olhando, achei que ia passar despercebido, não sei porque considerei essa hipótese, eu era o estranho em um barco que sempre transporta as mesmas pessoas, logo não teria como não ser notado, não conhecia quase

ninguém ali, mas eles sabiam quem eu era e o que ia fazer - esse fato me fez lembrar da situação de campo vivida por Clifford Geertz, quando buscava compreender as relações sociais existentes na briga de galo em Bali (1989), pois os balineses sabiam quem ele era e o motivo de estar ali sem ao menos entrarem em contato com ele.

Olhando o movimento do rio e preocupado com o balanço do barco ainda atracado no porto, reconheci um senhor da Ilha que ia viajar e resolvi falar com ele, após os cumprimentos perguntei sobre a comunidade, como estava a rotina dos comunitários, se a água já tinha descido o suficiente para a terra aparecer entre outras coisas. A conversa seguia bem até outro comunitário se aproximar de nós e cumprimentar a pessoa com quem eu estava falando e logo em seguida me acenou com a cabeça. Depois disso, o senhor com quem eu estava conversando, disse à essa pessoa que acabara de se aproximar de nós, de quem eu era filho e neto, percebi que foi um meio prático de apresentação, ao reconhecer os meus parentes o senhor desta vez me cumprimentou com um aperto de mão, disse seu nome e de quem era filho e neto também, fiquei imaginando se a forma de apresentação seria uma formalidade dessas pessoas, mas diferente dele, eu não sabia quem eram os seus parentes, ele continuou falando de histórias de meu avô e pai e perguntou o que eu ia fazer na Ilha, pois ainda não tinha me visto por lá nesses últimos anos. Disse que ia falar com o presidente para autorizar uma pesquisa que pretendia realizar na comunidade e com uns pescadores, isso se desse sorte de encontrá-los, ficamos falando um pouco e então o barco começou a viagem. Como balançava muito voltamos para a parte central do barco e cada um se agasalhou como pode.

A paisagem do caminho não diferenciava muito das outras comunidades da várzea amazônica, como a viagem se deu no final do período da cheia, percebeu-se que a água não chegou a cobrir todas as áreas das comunidades, pois somente as restingas¹⁹ mais baixas estavam submersas.

Em São Miguel observei que o igarapé que dá acesso à comunidade estava com uma profundidade alta, suas margens ainda não estavam aparecendo, fazendo o barco não ter problemas para se deslocar até a localidade como se verifica na figura 05 a seguir

¹⁹ A restinga corresponde o solo de várzea, segundo os moradores da várzea ela é dividida em duas partes a restinga baixa, a qual sofre um período de inundação de 4 a 6 meses e a restinga alta sofrendo um período de inundação de 2 a 4 meses.

Figura 5 – Vista do Igarapé que dá acesso à Ilha de São Miguel durante a cheia.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, julho de 2017.

Outra observação feita foi em relação às casas da comunidade (figura 6), estas estão mais altas em relação à última vez que fui à Ilha, acredito que esse cenário se deve às últimas grandes cheias que vem ocorrendo na região desde o ano de 2009.

Figura 6 – Casa na Ilha de São Miguel com o solo submerso pela água



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, julho de 2017.

Após isso, voltei a analisar a paisagem, percebi que ainda não iniciaram o processo de plantio da roça e do roçado, devido à quantidade de água que ainda havia na comunidade. Ao chegar na comunidade, após quatro horas de viagem, direcionei-me ao porto da casa de meu tio, o qual já estava me aguardando, após os cumprimentos entramos na casa, conversamos sobre minha pesquisa e percepção da paisagem que vinha analisando durante a viagem, pensei que estaria com mais água, visto que quando estive na Ilha neste mesmo período, a terra não estava aparecendo, mas pelo visto a água está descendo rápido, muito embora ainda não seja possível andar por toda a comunidade, pois para se ter acesso a algumas áreas da Ilha se faz necessário o uso de canoas a remo.

A segunda viagem se deu no mês de agosto e diferente da anterior havia um maior número de conhecidos no barco que se dirigiam à Ilha para participarem da reunião da Associação, entre eles alguns parentes, o que me deixou menos apreensivo. Ao falar com eles, me explicaram como se dá o andamento das reuniões, o que é discutido, e quais decisões são tomadas. Ainda conversávamos quando um dos moradores chegou conosco e perguntou se eu estava indo para me associar na ANMISM. Respondi que não era esse o propósito de minha viagem, que no momento estava indo para participar da reunião e pedi permissão aos associados para realização de minha pesquisa. Após esclarecer sobre minha intenção de pesquisa, o mesmo achou interessante e voltou ao seu lugar no barco.

A viagem se deu de forma tranquila, não havia sinais de chuva no céu, deixando-me aliviado pois o barco era menor que o da viagem anterior. Ao analisar a paisagem da várzea percebi que começava a haver uma mudança na composição da mesma. A água começava a descer deixando os solos da várzea expostos como se verifica na figura 07, sendo possível os comunitários caminharem sem dificuldades pelas comunidades.

Figura 7 – Caminho na Ilha de São Miguel utilizado para se locomover pelos espaços da comunidade



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, agosto de 2017.

Ao chegar no igarapé que dá acesso a comunidade, percebi que a profundidade ainda daria condições para a passagem do barco, muito embora o comandante tenha falado que no próximo mês não seria mais possível, perguntei o motivo da afirmação dele, me informando que geralmente no mês de setembro a água desce muito rápido fazendo a Ilha não ter acesso via rio com as comunidades do entorno. Verifiquei ainda que em São Miguel o solo já estava todo exposto, facilitando o acesso por todos os espaços da comunidade e que algumas famílias já haviam realizado o plantio da roça e do roçado fazendo cercas ao redor das áreas plantadas para prevenir a entrada de animais que venham a prejudicar a plantação.

A terceira viagem se deu no mês de setembro, utilizando o mesmo barco de linha da segunda viagem, contudo com pouca gente, contando apenas seis passageiros comigo, sendo quatro de outra comunidade e apenas um de São Miguel (o presidente da associação). A viagem se deu de forma tranquila, o presidente falou comigo e explicou como estavam as coisas na comunidade e que não dava mais para chegar de barco até a comunidade, confirmando o que o comandante tinha me falado na viagem anterior, e que seria preciso uma bajara vir buscar os passageiros na comunidade Costa do Aritapera, aproveitei e pedi carona a ele o qual falou que me levaria até a comunidade. Verificando a paisagem, percebi uma grande diferença em relação às duas viagens anteriores, a água desceu bastante rápido e os primeiros produtos do roçado começaram a aparecer nas margens do Amazonas.

Em algumas partes do percurso da viagem é possível ver plantações e colheitas de produtos do roçado (melancia) plantado no início da vazante nas margens do rio Amazonas (figura 08),

as populações varzeiras utilizam espécies que possuem ciclo rápido (03 a 04 meses) de cultivo, a utilização dessas culturas se faz devido ao solo desse ambiente ficar inundado de seis em seis meses.

Figura 8 – Melancias à venda nas margens do rio Amazonas para serem vendidas.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, setembro de 2017.

Ao chegarmos na comunidade Costa do Aritapera, localidade onde o barco ficaria parado, a esposa do presidente já estava esperando a chegada do barco para seguirmos até a Ilha. Ao olhar rapidamente para a paisagem do entorno do lugar é possível verificar que o igarapé que dá acesso à Ilha está muito baixo (figura 09) podendo até não ser permitido passar por ele de bajara em pouco tempo.

Figura 9 – Vista do Igarapé que dá acesso à Ilha de São Miguel durante a vazante.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, setembro de 2017.

Ao chegar à comunidade, por volta das dezessete horas fui falar com o tio, sobre a questão da descida do nível da água no igarapé de acesso, o mesmo me confirmou que ficaria difícil, em pouco tempo, se deslocar até Santarém, pois se a água continuar descendo nesse ritmo será preciso fazer uma parte do percurso a pé e pegar outra bajara no outro lado para poder chegar até o barco de linha.

A quarta viagem ocorreu no mês de outubro, utilizando o mesmo barco de linha da segunda e terceira viagem, nesse dia também viajaram poucas pessoas apenas 05 comigo, sendo um da Costa do Aritapera, um de Santarém que ia visitar amigos e mais duas pesquisadoras que iam para a reunião na Ilha falar sobre a pesquisa que estavam realizando na região do Aritapera. A viagem foi um pouco movimentada, pois durante uma parte do percurso o rio estava muito agitado, fazendo o barco balançar e deixar-me um pouco aflito. Após um certo tempo, o rio se acalmou e a viagem passou a ser mais agradável. Ao fazer uma análise da paisagem verifiquei que esta sofreu pequenas alterações, com relação à última viagem, sendo perceptível apenas que o nível da água estava parando de descer, mostrando a chegada da seca na região da várzea santarena. Percebi ainda que há um aumento na quantidade de produtos (melancia) colhidos nas margens do rio Amazonas.

Ao chegarmos a localidade onde o barco pararia, pedi para um senhor que estava de bajara para atravessar as duas pesquisadoras e eu para a outra margem da comunidade, pois seria possível o deslocamento via praia até as proximidades da Ilha, o mesmo se dispôs a nos

atravessar, mas que deveríamos fazer uma parte do trajeto a pé devido a bajara não passar com peso pelo igarapé como se confirma na figura 10 a seguir.

Figura 10 – Vista do Igarapé que dá acesso à Ilha de São Miguel durante a seca.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, outubro de 2017.

O caminho até a chegada no igarapé não é fácil, é preciso atravessar algumas baixas e a possibilidade de haver arraias escondidas é grande. O medo de atravessá-las estava presente, pois caso uma me ferrasse a viagem estaria perdida e ficaria impossibilitado de continuar a pesquisa por um tempo uma vez que teria que tratar dessa eventualidade por 40 dias.

Ao chegarmos próximo ao igarapé meu primo nos esperava para nos conduzir até a Ilha, me falando que o canal estava muito baixo e sua bajara não teve condições de atravessar e que somente algumas conseguem atravessar sendo que seus donos devem empurrar para poder chegar na parte mais funda, caso esse que veio a ocorrer com a do senhor que tinha se prontificado a nos ajudar como se vislumbra na figura 11.

Figura 11 – Jovens empurrando a bajara para poder ter acesso a Ilha de São Miguel.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, outubro de 2017.

Fazendo uma análise da paisagem da várzea amazônica percebe-se que nem sempre solo exposto é sinônimo de época mais fácil para os comunitários de São Miguel que mesmo tendo onde plantar e por onde andar pela comunidade, eles possuem dificuldade de acesso para as outras localidades, sobretudo para conseguirem chegar no barco da linha que viaja até Santarém, além de atrapalhar o escoamento de sua produção (seja do pirarucu, ou de produtos agrícolas).

Após andar por cima do barranco conseguimos chegar até a bajara de meu primo e dar prosseguimento a viagem até a casa de meu tio, ao chegar falei com ele da dificuldade de chegar até a comunidade, o mesmo me disse que todo ano isso acontece e que ficaria pior no próximo mês, pois nem bajara seria possível arrastar pelo canal fazendo os moradores irem e virem andando uma parte do caminho com as suas bagagens nas costas.

A quinta viagem ocorreu ainda no final do mês de outubro, contudo, diferentemente da viagem anterior o destino dessa seria o lago Poção, local onde os pescadores montam acampamento e ficam durante a pesca do pirarucu. A viagem ocorreu tranquilamente, fui

juntamente com o meu orientador²⁰ e uma pesquisadora de uma Organização não-Governamental (ONG) de Santarém que ia aplicar questionário com alguns pescadores da Ilha. O barco escolhido não foi o mesmo das viagens anteriores, pois precisaríamos parar na margem do rio Amazonas atrás da comunidade, logo viajamos no barco que vai para a localidade Curicaca no município de Alenquer, porém o mesmo faz paradas nas comunidades localizadas pelo percurso que o barco faz.

O barco saiu de Santarém por volta das 11 horas, antes de chegar no local que parariamos, o barco fez quatro paradas em quatro comunidades para deixar e pegar passageiros. As pessoas que saíam do barco levavam as despesas básicas para passar o mês e gelo. Em uma das paradas havia um caminhão esperando os passageiros para leva-los até a vila, pois o barco parou na margem do Amazonas e a comunidade fica na outra extremidade da restinga

Por volta do horário das 15:30 da tarde chegamos no local que parariamos, já tinha um pescador nos esperando na margem do rio para ajudar no transporte de nossa bagagem. Ao saímos do barco falamos com o pescador que nos falou que seu bote estava perto e que levaria as coisas nele e nós íamos andando pela margem que chegaríamos até o acampamento.

Fizemos o percurso até o bote e deixamos nossas bagagens mais pesadas (bolsas e caixa térmica com gelo) e seguimos andando conforme o combinado. Durante o caminho foi possível observar a paisagem natural com uma área de campo e floresta e o lago sendo possível ver alguns jacarés na margem que iam se afastando para o meio do lago assim que nos aproximávamos deles e gado bovino andando pelo campo, passando por eles chegamos ao acampamento.

A sexta realizou-se no período de 29 de novembro a 01 de dezembro, buscando acompanhar o final da atividade da pesca do pirarucu nos lagos da comunidade, bem como compreender quais as próximas etapas para controle dos lagos realizados pelos pescadores. O deslocamento até a comunidade foi feito utilizando o mesmo barco da quinta viagem, a utilização desse transporte se fez devido o mesmo passar pelas margens próximas ao lago onde os pescadores capturam o pirarucu. A saída de Santarém foi às 11 horas da manhã, fazendo o mesmo percurso da viagem anterior, o barco chegou por volta das 15:30 horas. Ao desembarcar na margem já havia um pescador me esperando para me conduzir até o acampamento. Dessa vez o percurso não foi feito caminhando pelas margens do lago, mas sim através de uma lancha-voadeira. Entretanto, o pescador informou que não poderia ligar o motor da lancha para não

²⁰ A ida de meu orientador nessa viagem teve por objetivo conhecer o território da Ilha, bem como os atores sociais aqui pesquisados, buscando a partir da percepção do campo entendermos como ocorre a mobilização política que regulamenta o acesso, uso e controle dos recursos pesqueiros na Ilha de São Miguel.

afugentar os pirarucus no lago e também por ser norma da associação e que para chegarmos até o acampamento precisaríamos ir a remo e assim foi realizado. Durante o percurso foi possível ver dois pescadores no lago a procura do momento certo para lançar sua haste com arpão para capturar o pirarucu, questionei ao pescador que me conduzia o porquê de haver poucos pescadores no final da pescaria no Lago Poção, o mesmo me respondeu que a maioria estava em outro lago devido ser menor que esse e muitos pirarucus estarem lá, com relação aos que ficaram o mesmo informou já estão acostumado a pescar no poção e ficaram também para fazer a vigilância do local, após se passar uns 30 minutos chegamos ao acampamento onde já havia pescadores descansando.

A sétima viagem ocorreu de 02 a 05 de fevereiro de 2018 tendo por objetivo acompanhar a reunião da ANMISM e entender as demandas que os pescadores locais possuem para manter a gestão da pesca na atualidade.

O barco saiu por volta das 12 horas devido passar por uma inspeção na capitania dos portos de Santarém, por ser o período chuvoso na região é comum ver os agentes da capitania fiscalizando as embarcações para verificar o nível de segurança, a capacidade de lotação da embarcação para poder permitir que esta siga seu destino. A viagem se deu de forma tranquila, embora tenha chovido em uma parte do caminho. Diferentemente das últimas viagens, o barco estava cheio e a conversa no caminho tinha como ponto central a subida da água. Os comunitários me relataram que nessa época o gado sai da várzea e vai para os campos de terra firme, olhando a paisagem perto da comunidade pude verificar e confirmar a informação de meus companheiros de viagem, pois já é perceptível ver a água inundando as restingas mais baixas. Nessa viagem o barco já conseguiu adentrar no igarapé da comunidade, facilitando o acesso até a casa de meu tio, pois seria possível desembarcar no porto da casa dele.

Chegando na casa de meu tio, pude perceber que a água ainda não alagou o solo da comunidade, facilitando a locomoção dos moradores pela comunidade exceto em períodos de chuva devido o solo ficar escorregadio.

5.2 A VIVÊNCIA DE CAMPO

5.2.1 As reuniões

Antes de participar das reuniões comunitárias fui a comunidade no mês de julho de 2017 para conversar com o presidente da ANMISM e solicitar permissão para realização de minha pesquisa como havíamos combinados uns meses atrás, o presidente falou que estava me

aguardando todo esse tempo, expliquei que por motivos do calendário de aulas não tive condições de ir antes. Em seguida expliquei o objetivo de minha pesquisa e que gostaria de ter uma fala na próxima reunião da associação e, assim, ficou acordado.

Comecei a participar das reuniões comunitárias a partir do mês de agosto, quando me apresentei aos comunitários explicando o motivo de estar ali e apresentei minha posposta de pesquisa que passado por votação foi aceita pela maioria dos presentes. A partir disso, pude avaliar como o grupo toma as decisões para resolver os problemas que vem enfrentado.

Ao voltar na comunidade no mês de agosto fui convidado a participar da reunião da diretoria. Nessa reunião o presidente me apresentou aos demais membros explicando que o motivo de minha presença na reunião era solicitar permissão para fazer uma pesquisa na comunidade e que ele não via problema nisso, mas eu precisaria passar pela aprovação da assembleia e todos concordaram.

As reuniões da diretoria da ANMISM ocorrem um dia antes da reunião comunitária o objetivo dessa reunião é preparar os pontos de pauta de cada reunião. É nessa preparação que são discutidos que assuntos deverão ser votados por todos os associados e quais precisam apenas ser esclarecidos durante a reuniões.

Nessa reunião pude perceber como a diretoria age para resolver os problemas da comunidade e manter o controle da gestão da pesca local, pois um dos pontos discutidos foi a realização da pesca nos lagos da comunidade. Esse assunto surgiu devido o não cumprimento de uma regra (o pagamento das taxas comunitárias) por parte de alguns pescadores causando pequenos conflitos (discussões e descontentamento) dentro do grupo. A primeira medida estabelecida foi apresentar a situação aos associados e esclarecer o que se deve fazer para poder pescar na comunidade. Ainda, outra situação que levantou discussão foi a situação do preço do pirarucu, pois houve uma redução no valor e isso precisaria ser exposto aos pescadores para decidirem que solução tomar para esse assunto.

Um dos pontos que me chamou a atenção foi a mudança do local que o barco da associação ficaria para receber o peixe sem passar por uma reunião sendo vista pelos comunitários como uma quebra da ordem estabelecida, pois tinha sido decidido em reunião que o barco ficaria no porto da escola da comunidade. O fato do barco mudar de lugar sem autorização do grupo cria um descontentamento com o responsável por comprar o pescado para a ANMISM, pois os pescadores acreditam que este infringiu uma regra estabelecida coletivamente.

As reuniões comunitárias (figura 12) ocorrem no primeiro sábado de cada mês para discutir e deliberar assuntos ocorridos durante o intervalo de cada reunião e planejar ações para

o mês vigente. Além disso, são apresentadas as prestações de conta da ANMISM (mensalidade da associação e taxa de energia) e da venda do pirarucu.

Figura 12 – Reunião da associação de moradores da Ilha de São Miguel



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, outubro de 2017.

Na reunião da diretoria é discutido o problema, sua causa e intensidade, na reunião dos moradores busca-se possíveis soluções para o mesmo. Um fato que merece destaque e que venho acompanhando é a questão da comercialização do pirarucu, pois a cada reunião aparece uma situação para ser resolvida, como o valor vem caindo no mercado de Santarém, ou a questão do comprador da cidade que vem colocando dificuldades para receber o pescado da comunidade. As soluções para esses percalços sempre passam por votações nas reuniões, sendo que a alternativa encontrada é aquela apreciada pela maioria dos presentes.

Outra questão percebida durante as reuniões é o cumprimento das regras para realização de pesca na comunidade, pois para os pescadores que realizar essa atividade, objetivando renda, é preciso cumprir uma série de regras estabelecidas pelos próprios pescadores, caso não cumpra uma das regras, este passará pelo sistema de punição estabelecida durante a reunião. Até o presente momento não houve uma punição a pescadores, muito embora na reunião é sempre lembrado que todos devem cumprir as regras comunitárias.

Há ainda situações de discordância de opiniões referentes à pesca como o período que é permitido jogar tarrafa nos lagos da comunidade, em uma das reuniões houve uma discussão em relação a esse ponto, pois uma das famílias fez uso desse apetrecho em época que não era permitido. A diretoria falou na reunião o ocorrido e criou um pequeno conflito, pois um dos membros da família disse que não sabia que ainda não estava permitido jogar tarrafa, e como moram distantes das outras casas não tinham como se informar sobre essa situação. Após uma pequena discussão chegaram a um consenso de não punir a família, mas a diretoria ficou de conversar com os familiares para esclarecer todo o problema e disponibilizar uma cópia do estatuto para que todos tenham conhecimento de seus direitos e deveres enquanto associados da ANMISM.

Ainda, na minha última viagem de campo e participação das reuniões, pude verificar que as equipes de vigilância tem um espaço para relatarem se houve algum problema durante a realização da vigilância no lago, é nesse momento que a comunidade fica sabendo se algum pescador não está vigiando os lagos, se houve apreensão de apetrecho de pesca irregular, se houve algum tipo de conflito, seja de ordem externa (se viram algum forasteiro tentando pescar na comunidade) ou interna (pescador não cumprindo a ronda dos lagos). Diante disso, cada líder de equipe faz um relato das ações da equipe, notei ainda que cada um tinha um caderno de anotação na mão. Este caderno é usado para anotar todas as ocorrências vividas durante a vigilância, isso me fez lembrar sobre a teoria de vigilância de Foucault (1999, 2007) onde cada vigilante anota tudo ocorre com os seus vigiados.

5.2.2 A conversa com os pescadores

A conversa com os pescadores da Ilha se deram desde meu primeiro contato com a comunidade, isso se fez devido minha familiaridade com os membros da comunidade e do acesso que os mesmos possuem à casa de meu tio (meu local de estadia de campo) que devido ser agente comunitário de saúde sua residência é sempre visitada pelos moradores tanto para indicações de tratamento de saúde quanto para assistir televisão. Durante as conversas, os pescadores sempre perguntavam até quando eu ficaria na comunidade e o objetivo de eu estar ali naquele momento, após minha resposta, o diálogo seguia para a pesca do pirarucu, sempre perguntava as estratégias que eles usam para capturar este peixe. Sobre essas pergunta percebi que as respostas iam mudando a cada ida minha a campo, durante as duas primeiras viagens (julho e agosto) a principal resposta foi o uso do rapazinho, pois, segundo os pescadores nesse período o nível da água ainda não desceu o suficiente para se dedicarem exclusivamente à

pesca de haste com arpão – todavia, sempre havia pescadores utilizando esse apetrecho para capturar pirarucu e com sucesso de captura – pois o pirarucu ainda consegue migrar entre os lagos da comunidade. A partir da terceira viagem (setembro) a haste com arpão ganha evidência devido o nível da água do rio estar baixo e o pirarucu não poder se locomover entre os lagos facilitando o processo de perseguição e captura pelos pescadores.

Além deste, alguns momentos das conversas merecem destaque. Durante minha segunda viagem um pescador me relatou que prefere ficar nas partes mais complicadas, não fica no seu bote atrás do pirarucu como a maioria dos pescadores da comunidade fazem, e sim observa o local – entre as árvores – que o pirarucu vai boiar, para isso sobe na árvore para arpoar o peixe quando este vir à superfície para respirar. Na visão deste pescador a pesca do pirarucu é um jogo de paciência, pois tem que esperar o melhor momento para jogar seu arpão. Ainda, mesmo conhecendo toda a artimanha da pescaria desse peixe, falou que ainda não teve sorte, e que precisaria tomar um banho de sal grosso, pois estava muito “*panema*²¹”, até cair da árvore ele já tinha caído e espantado os peixes por causa disso, mas sabia que quando começasse a pegar tudo mudaria.

Outro ponto que merece destaque ocorreu na terceira viagem na qual foi possível, através de uma roda de conversa, compreender sobre as regras estabelecidas pelos moradores para o processo de pesca do pirarucu. Essa roda de conversa ocorreu enquanto esperávamos (os pescadores e eu) para cortar o cabelo na casa de um dos pescadores. Durante a espera conversamos sobre as regras da pesca da comunidade, os pescadores relataram que, dependendo da infração à regra estabelecida, o grupo demanda um tipo de punição para o pescador-infrator na reunião da associação. Nas falas dos comunitários fica evidente que o estabelecimento das regras é a principal ação para o sucesso da gestão da pesca na Ilha bem como para manter o trabalho coletivo. Ainda, alguns pescadores (entre eles o presidente) relatou a preocupação com o tamanho do peixe que está sendo capturado, falando que tem muito pirarucu na Ilha, mas que no momento estavam apenas capturando o de porte médio e esperavam que nos próximos meses capturem os maiores.

Perguntei ainda a eles sobre os conflitos na comunidade, alguns até riram e responderam que continuam existindo, mas em menor quantidade e que todo ano há pescadores de fora invadindo os lagos. Entre o grupo os pequenos conflitos, como eles chamaram, ocorrem quando um dos pescadores descumpra alguma regra, pelo que pude perceber um pescador é vigia de

²¹ Panema significa incapacidade ou inaptidão, e não apenas má sorte. Segundo Smith (1979) este é um conceito arraigado do povo rural e concerne aos caçadores e pescadores. Este autor afirma que os pescadores de pirarucu são propensos a pegar panema.

outro e quando alguém quebra uma regra este é impedido de pescar e todos ficam monitorando-o para que cumpra a punição estabelecida pelo grupo.

Outro fato a mencionar ocorreu durante as conversas no lago de captura do pirarucu quando estava conversando com um pescador experiente sobre o processo que fazem para arpoarem o peixe. Durante o diálogo o pescador mencionou que o peixe sabe que os pescadores estão atrás dele, que mesmo não falando o peixe dá sinal que está sabendo que tem pescador na superfície. Para o pescador, o fato do pirarucu não passar por um determinado ponto em que outro pirarucu foi capturado no anzol é sinal que ele sabe que naquele local tem algo que pode capturá-lo, ou ainda, pela simples forma dele boiar na superfície para respirar é um sinal que ele dá ao pescador que não quer ser arpoado.

Conversando ainda com mais dois pescadores experientes sobre o processo de captura do pirarucu, durante a minha última ida a campo, pude perguntar algumas curiosidades que tive ao acompanhar a pescaria deles no lago Poção. Relatando sobre o processo da pesca, os dois pescadores falaram que quando entram no lago percebem o pirarucu “boiando manso”, contudo quando o peixe sente a canoa, começa a “boiar brabo” fazendo os outros pirarucus perceberem que alguma coisa aconteceu e variam a sua boiada de um lado para outro. Segundo um dos pescadores o pirarucu consegue enxergar a canoa e muda automaticamente sua postura no lago avisando os demais que há pescadores no recinto. Questionando-os sobre a postura que possuem no lago, se o fato de levarem o bote de um lado para o outro era sinal de estavam perseguindo algum pirarucu específico, os pescadores informaram que não, que isso é na sorte, uma verdadeira aventura, pois o pescador escolhe uma direção e vai seguindo esperando que algum pirarucu boie na sua frente, contudo pode ocorrer que a direção escolhida não boie nenhum pirarucu e o pescador perca tempo.

5.2.3 A visita aos lagos

5.2.3.1 O lago para a pesca de subsistência

Na minha quarta ida a comunidade fui convidado a conhecer o lago que os moradores utilizam para garantir a dieta alimentar, pescando de tarrafa, caniço e haste e arpão. Este lago está localizado na restinga do meio da comunidade, é um dos principais lagos da Ilha e, geralmente, os pescadores pescam nesse lago diariamente, coletando somente o necessário para a alimentação, contudo, nessa época do ano aparece uma variedade de pequenos lagos perenes, chamados de poços pelos pescadores, usados para conseguir o alimento.

A caminhada até o lago dura em torno de 40 minutos, meu primo ia me contando que existe vários caminhos que levam até o lago, mas usaríamos aquele que os moradores tinham limpado, por achar que seria mais fácil chegar até o lago, e que por ser dia de sábado encontraríamos pescadores no local, pois é nesse dia que os pescadores se concentram para capturar o alimento e poder descansar no domingo.

Ao chegar no lago foi possível ver pescadores em duas canoas jogando tarrafa no lago (figura 13), acreditava que encontraria mais pescadores, alguns foram para outro ponto ou vieram em outro horário.

Figura 13 - Pescador jogando tarrafa no lago da Ilha.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, outubro de 2017.

Após a pescaria conversei um pouco com os pescadores, o qual me falaram que sempre pescam nesse lago, objetivando conseguir alimentação para as suas famílias e que antes desse dia pescavam de caniço, haste e arpão, pois a tarrafa foi permitida na reunião de outubro e estes resolveram aproveitar para capturar com este apetrecho, por considerarem ser mais eficiente que o caniço.

5.2.3.2 O lago de captura do pirarucu

Como mencionado no item 3.2.5 minha viagem tinha por destino um dos lagos que os pescadores tentam capturar o pirarucu, ao andar pela margem do lago em direção ao acampamento foi possível ver pirarucus boiando em partes do trajeto e pescadores tentando capturá-los, cada pescador estava em um bote tendo em uma das mãos a haste com arpão e na outra o remo movimentando-o lentamente para conduzir seu bote esperando o pirarucu boiar o mais próximo possível e assim poder jogar a haste com arpão na tentativa de capturá-lo.

Ao chegarmos no acampamento havia três pescadores jovens conversando no porto de atracação dos botes e vinha chegando o pescador que estava trazendo nossas bagagens, dois desses pescadores estavam tratando pirarucus para serem levados ao barco-geleiro da associação. O processo de tratamento fica evidente na figura 14 consistindo na retirada das escamas (que eles chamam de couro), da cabeça e da estrutura óssea (conhecida como espinhaço) ficando apenas a carne (chamada por eles de manta).

Figura 14 – Pescadores tratando pirarucu em São Miguel.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, outubro de 2017

Após terminarem o tratamento se despediram e foram para suas casas. Após isso os demais pescadores que estavam no lago pararam de pescar e foram embora para as suas casas ficando apenas quatro pescadores no acampamento para passar a noite e montarem a equipe de vigilância. Ficamos também no acampamento como planejado íamos passar a noite com os

pescadores da equipe de vigilância. Um dos pescadores contou-nos como faz para capturar o peixe e que instrumento de pesca usa, no momento está usando haste e arpão, mas a partir de novembro iria trabalhar também com anzóis²².

Após uma longa conversa os pescadores foram preparar a janta, nesse dia comemos cabeça de pirarucu assada na brasa. Enquanto preparava a janta um dos pescadores falou comigo que desde minha última ida lá com eles a pesca dele tinha melhorado muito conseguiu capturar bem pirarucu e isso o deixou otimista para o final da pescaria. A janta ficou pronta e outros pescadores nos chamaram para comer, como no acampamento não tinha estrutura os pescadores cortaram uma espécie de capim que chamaram de “*muri*” para colocar as cabeças assadas e servir de mesa, cada um de nós sentou ao redor desse capim e pegávamos partes do peixe com a mão para comer.

Após a janta, fomos fazer uma caminhada ao redor do lago, pelo caminho encontramos quelônios e alguns pássaros. Fomos adiante e vimos uma quantidade relevante de jacarés, um dos pescadores que nos acompanhava imitou o barulho deles e alguns responderam, resolvemos voltar para o acampamento, no meio do caminho paramos para ouvir os pirarucus boiando no lago por cerca de dez minutos, segundo o pescador seis pirarucus boiaram nesse intervalo de tempo.

Chegamos ao acampamento (figura 15) e fomos nos deitar nas redes para dormir, dois pescadores saíram para colocar anzol e fazer a ronda nos lagos e dois ficaram no acampamento conosco. A vigilância no lago ocorre diariamente nesse período, quando termina a pescaria um grupo de pescadores fica para dormir no acampamento, geralmente os pescadores aproveitam o momento de colocar os anzóis no lago para fazer a ronda, não tendo um horário definido, pois cada equipe escolhe seu horário de início e fim de ronda nos lagos.

²² os anzóis citados pelo interlocutor fazem referência a um apetrecho de pesca que os pescadores conhecem como rapazinho.

Figura 15 – Acampamento dos pescadores no Lago Poção.



Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, novembro de 2017

Na manhã seguinte fiquei no acampamento observando a pesca e conversando com alguns pescadores que tinham colocado anzol, um dos pescadores me falou que uma pescadora tinha capturado um pirarucu no anzol que pesava em torno de 25 kg. Em seguida fui observar a pesca no lago, percebi um grupo de pescadores reunido na margem do lago, fui até eles e sentei as margens do lago para ouvir a conversa, entre os assuntos estava a dificuldade de jogar a haste com arpão por causa do vento, segundo eles o vento atrapalha o arremesso da haste fazendo-a não chegar até o peixe.

Figura 16 – Pescadores conversando após a pescaria nas margens do lago Poção



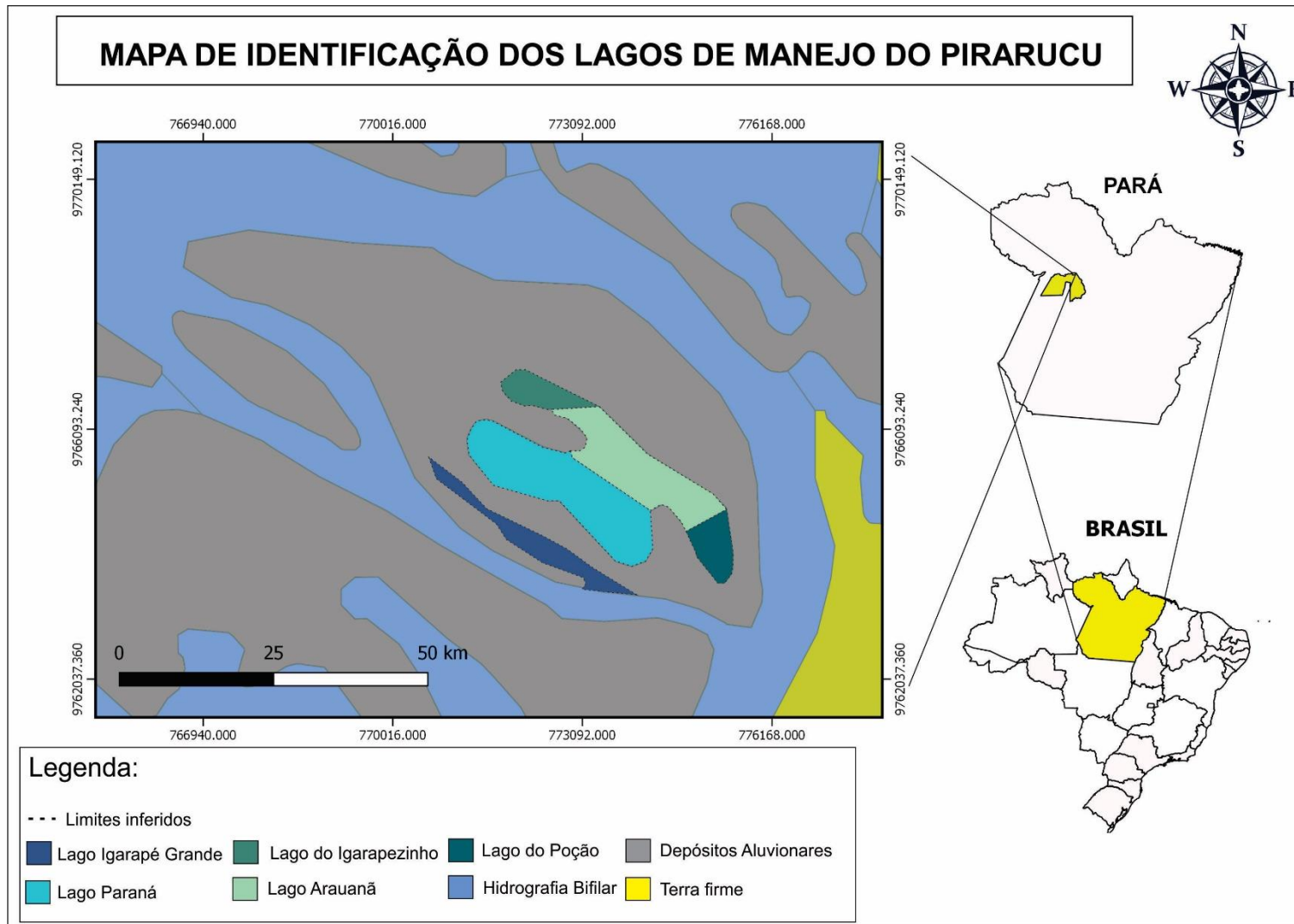
Fonte: Roberth Ferreira, Trabalho de campo, outubro de 2017

Além desse assunto, falaram que colocando anzol a noite é certeza de captura, pois o pirarucu vai atrás de comida e morde a isca sendo fígado, a desvantagem segundo eles está que diferentemente da haste com arpão não dá de escolher o tamanho do peixe que vai cair no anzol, isso depende do qual chegar primeiro no local da isca. Por isso, preferem usar os dois apetrechos de pesca, durante o dia usam a haste com arpão e a noite os anzóis buscando ter maior êxito na captura o peixe, após a conversa seguiram em várias direções do lago em busca dos pirarucus.

Voltei ao acampamento preparamos o almoço, enquanto almoçávamos os pescadores chegaram ao acampamento, fizeram uma pausa para almoçarem enquanto esperavam o vento ficar mais calmo para voltarem ao lago, conversei com dois nesse intervalo sobre a pesca e como funciona as regras da comunidade. Após conversar com eles, fui para a vila com um pescador e meu orientador, fizemos uma caminhada de aproximadamente duas horas passando pelo conjunto de lagos da comunidade encontrando pelo caminho algumas espécies de aves e gado correndo solto no campo.

Ao chegarmos na casa de meu tio, falei para ele da dificuldade de se chegar do lago até a vila, devido o caminho ser longo. Este me disse que todo dia os pescadores fazem esse percurso para poderem pescar no lago ou para vigiá-lo e já estão acostumados com a distância.

Figura 17 - Mapa de identificação dos lagos de manejo de Pirarucu na Ilha de São Miguel.



Fonte: Roberth Ferreira, 2018.

Ademais, pude voltar nesse lago nos últimos dias de pesca de pirarucu que os pescadores poderiam fazer. Essa é a época que os pescadores preferem ficar no lago o dia todo buscando capturar o maior número possível de pirarucu.

Após minha chegada ao acampamento, os pescadores que estavam descansando voltaram para o lago em busca do pirarucu fiquei no acampamento observando a pesca, ao cair a noite os pescadores saíram do lago, alguns ficaram no acampamento, dois resolveram ir para a comunidade e deram a pesca do pirarucu por encerrada, pois o vento não estava colaborando com a pescaria. Além do mais no outro dia (30 de novembro) seria o último que a pesca do pirarucu era permitida na Ilha, pois os comunitários respeitam a Instrução Normativa Nº 34 de 2004 do Ibama a qual faz referência sobre o processo de captura, armazenamento e transporte do pirarucu.

Os pescadores que ficaram no acampamento falaram que no outro dia dariam tudo de si para capturar o pirarucu e após um descanso foram providenciar a janta, os pescadores falaram que seria uma Piracaia a base de tucunaré, curimatã, pescada e carauaçu e um frango. Os pescadores fizeram o fogo e trataram o peixe e o colocaram para ser assado. Após ficar pronto fomos convidados a comer. A conversa durante a janta foi sobre as pescarias na comunidade, onde um ex-morador que estava no lago acompanhando a pesca relatou sobre a época que pescava (década de 1960), que os moradores só iam atrás do pirarucu e peixe-boi e complementavam a renda com a venda do couro de jacaré e de sicuriçu, passando pela fase da juta e finalmente da pesca como principal fonte de renda na Ilha. Após esse relato, os pescadores mudaram o assunto para assombrações relatando histórias que ocorreram na vila e no lago que estávamos, após esses relatos fomos dormir e dois pescadores foram iscar anzóis para tentar capturar pirarucu.

Na manhã seguinte os pescadores entraram cedo no lago para verificar os anzóis que tinham iscado a noite e retirar as varas como foi determinado na reunião. Enquanto tomava meu café, os pescadores que tinham ido para a vila chegaram ao acampamento falando que iam tentar mais uma vez. Após tomar o café, um dos pescadores mais jovens disse que onde houvesse uma boiada ia jogar sua haste com arpão e todos riram e falaram que iam fazer o mesmo. Fui ao lago observar a pesca, enquanto caminhava já foi possível ver pescadoras saindo dos lagos mudando seus botes para a vila acusando o fim da pescaria. Foram as mulheres as primeiras a pararem de pescar o pirarucu, como elas não pescam com haste e arpão retiraram seus anzóis e varas do lago e vão se dedicar a pesca das outras espécies para obterem renda. Ao chegar na margem do lago percebi que os pescadores não estavam no bote como de costume e

sim no barranco esperando o pirarucu boiar. Ao voltar ao acampamento perguntei aos pescadores que lá estavam sobre o fato, eles falaram que é devido o vento, fiquei imaginando que seria melhor devido não terem que equilibrar o corpo no bote quando arremessarem a haste com arpão como fazem quando estão no bote, após isso fomos cuidar do almoço. Durante o almoço, a conversa foi sobre as regras de fechamento do lago, os pescadores relataram que respeitam a norma devido anos anteriores capturarem pirarucus com filhos pequenos e isso prejudicar o estoque, pois quando capturavam nesse período o pirarucu, perdiam todos os filhos, pois eles ficam na boca do peixe adulto, geralmente na do macho, trazendo dificuldade para manutenção da espécie. Todos concordaram que parando de pescar o pirarucu nesse período, o peixe se reproduz tranquilamente devido não haver perseguição por parte dos pescadores que começam a buscar outras espécies para obterem renda e para dieta alimentar de sua família.

Após o período permitido para eles pescarem terminar fui para a vila para poder voltar no dia seguinte. Antes de ir, os pescadores me ofereceram carona no barco-geleiro da comunidade que ia levar o peixe para Santarém para ser vendido aceitei a carona e após acertar o horário de saída me dirigi a comunidade.

5.2.4 As vigilâncias do lago

Durante a minha vivência de campo os comunitários relataram o processo de vigilância dos lagos da Ilha. Segundo os moradores as vigilâncias ocorrem constantemente na comunidade, todo dia tem gente exercendo essa função seja durante o período do dia como da noite. No período do dia, esta é realizada em conjunto com a atividade da pesca, pois a presença dos pescadores nos lagos inibe os pescadores de fora de tentarem usufruir dos recursos pesqueiros da Ilha.

Após o término das pescarias diárias um grupo de pescadores vai para a casa descansar e outro fica no lago para fazer a vigilância noturna e firmar o controle do território aquático local. Segundo os moradores, a prática de vigilâncias dos lagos restringiu definitivamente o uso dos recursos pesqueiro da Ilha aos seus moradores devido impedir entrada de pescadores de outras localidades mantendo o estoque pesqueiro constante. Ainda mesmo quando não estão pescando, há uma equipe de pescadores rondando pelo lago com a finalidade de impedir a entrada de pescadores de fora.

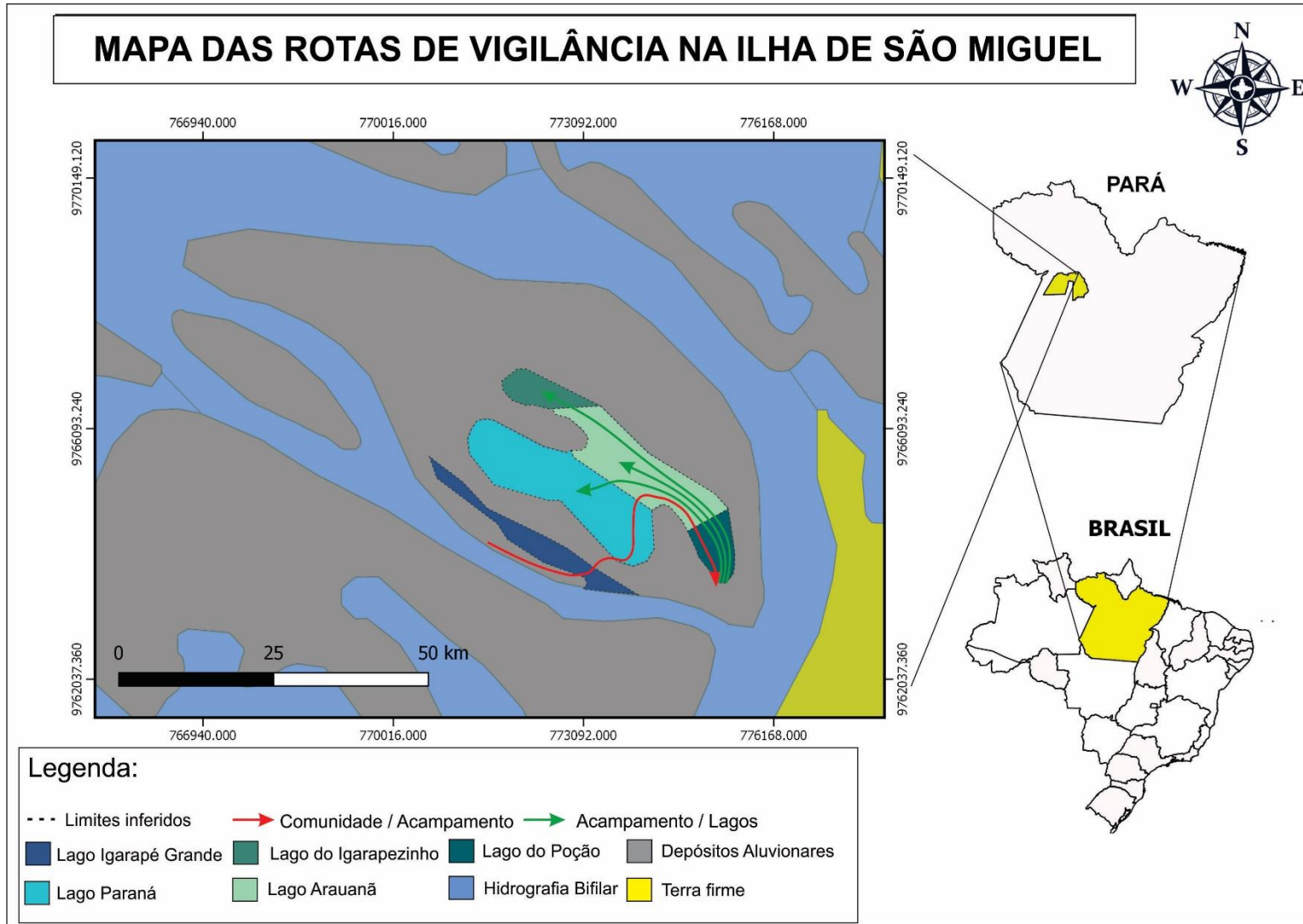
Figura 18 - Pescadores se deslocando para as suas residências evidenciando a primeira rodada de vigilância dos lagos.



Fonte: Roberth Ferreira. Trabalho de campo, outubro de 2017.

Atualmente, seis equipes de pescadores fazem a fiscalização no território da Ilha. Cada equipe possui um líder que determina os horários e o sentido (casas - lago ou lago- casas) que ocorrerá as rodadas de vigilância. Ressalta-se que as equipes de vigilâncias são formadas durante as reuniões e quando um membro da equipe não pode ir no seu dia comunica ao líder da sua equipe ou a diretoria da ANMISM e é substituído por outro pescador. Esse processo de substituição é conhecido na comunidade como a troca do dia, pois o pescador que não pode fazer a vigilância no seu dia terá que ir no dia daquele que o substituiu. Ressalta-se que as equipes de vigilância se deslocam antes do anoitecer para os lagos e só voltam para casa ao amanhecer do outro dia, pois é nesse período que os pescadores que não estavam vigiando se deslocam ao lago para realizarem suas pescarias e firmarem a posse do território aquático na comunidade.

Figura 19 - Mapa das rotas de vigilâncias na Ilha de São Miguel.



Fonte: Roberth Ferreira, 2018.

Ademais, cada equipe delimita o horário e a rota de vigilâncias nos lagos da comunidade durante a noite e nenhuma equipe sabe o itinerário e horário que a outra está fazendo a ronda. Essa medida, segundo os pescadores, é realizada para que nenhum pescador da Ilha tente infringir as regras seja pescando em horário proibido pelo grupo ou usando apetrechos considerados irregulares na comunidade.

Ainda, nenhuma equipe sabe o itinerário e o horário de vigilância da outra, pois cada líder de equipe juntamente com seus comandados, montam a logística da vigilância para cada dia que precisam estar no lago, entre as principais medidas de vigilâncias de cada equipe estão: onde vai ser o ponto de encontro, que horário vai ocorrer as rondas, qual as rotas cada membro deverá seguir, quem vai ficar acordado nos horários determinados e quem vai descansar e que horas deixarão o lago e voltarão para casa. O fato de não avisarem o horário de suas rondas para os demais moradores da Ilha pode ser interpretado como a forma que encontram para deixarem todos submetidos a condição de que estão sendo vigiados também e, por isso, devem se continuar com a “docilidade” de seus atos.

5.2.5 A volta para Santarém

As viagens de voltas foram feitas utilizando o barco de linha que faz sua viagem no dia de segunda-feira, a única diferença estava na forma de ter acesso ao barco, enquanto nas duas primeiras viagens o barco passava pela Ilha, a partir da terceira tive que ir até a comunidade Costa do Aritapera para poder viajar nele, sendo que uma vez fui de bajara até o barco e as duas últimas fui andando uma parte do caminho. A partir do mês de setembro alguns comunitários começaram a levar suas produções de melancias para serem vendidas em Santarém. O percurso da volta é o mesmo que o barco faz quando viaja de Santarém para as comunidades. Na primeira viagem de volta uma coisa me chamou a atenção assim que o barco ia parando nas comunidades de seus percursos os varzeiros que entravam colocavam a bagagem em local diferente dos moradores da Ilha e amarravam suas redes também em local diferente, perguntei a um dos moradores sobre a divisão do barco, ele falou que era normal, que os comunitários não se misturavam e não conversavam entre eles, perguntei o motivo desse fato, ele não soube me explicar. Fiquei analisando a história das comunidades que já tinha ouvido, levantei uma hipótese, os conflitos antigos entre as comunidades com a Ilha, devido a elaboração e firmação do acordo de pesca, pode ser o motivo da divisão territorial do barco, e uma forma da Ilha se defender é ficar todos unidos na mesma parte do barco. Além disso, percebi que as conversas

no barco se davam entre as os membros das comunidades, menos com os da Ilha, os quais conversam apenas entre si. Esse fato marcou a volta para Santarém, pois evidenciou como os conflitos de pesca originados na década de 1980 das comunidades circunvizinhas com a Ilha ainda permeiam na atualidade, fazendo as comunidades dividirem o espaço do barco.

Na minha penúltima viagem de volta utilizei o barco-geleiro da comunidade que transportava os últimos pirarucus capturado no fechamento do lago. Saímos de madrugada da vila – fomos de carona com motoqueiro que prestavam serviço de transporte aos moradores da comunidade – por volta das 2 horas e 30 minutos da manhã em direção ao barco que estava atracado na comunidade Costa do Aritapera. Ao chegarmos no local já havia uma bajara nos esperando para nos conduzir até o barco. Antes de viajar o encarregado da compra verifica o nível de gelo que há nas caixas geleiras do barco para poder ver quanto tempo devem fazer a viagem para não estragar nenhum peixe. A viagem foi tranquila, a saída do porto foi por volta das 3 e 25 da manhã. Geralmente a embarcação tem por objetivo levar apenas o peixe para a cidade, contudo, é disponibilizado 4 vagas aos moradores que queiram ir a Santarém sendo pago uma taxa mínima, para ajudar no custeio da viagem. Chegamos em Santarém por volta das 8 horas da manhã. O comprador já estava esperando pelo barco para comprar o pescado. Durante essa viagem foi possível perceber o cuidado que o encarregado tem para manter o pescado fresco-gelado para ser entregue ao comprador em boas condições e assim não trazer prejuízos aos pescadores, mostrando que o processo de gestão da Ilha passa por um processo de regramento que consiste deste a forma de captura até a comercialização do pirarucu em Santarém.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando comecei este trabalho tinha a finalidade de compreender as mobilizações políticas que os “Filhos da Ilha” exerciam/exercem para manter a gestão da pesca local. Fiz desse objetivo o fio condutor de todo o processo de minha pesquisa, desde minhas leituras teóricas, passando por minha vivência de campo e pairando na construção dessa dissertação. Para tanto, durante minha estadia na comunidade tive que mudar minha visão e ação de convivência com os pescadores de São Miguel, não podia estar ali como o Roberth filho do Lulu e neto do seu Luís Batista, tinha que ser o Roberth pesquisador de temas relacionados à gestão da pesca. Baseando-se na obra de Gilberto Velho (1973) e em outros autores discutidos nas aulas de Etnografia e textos etnográficos fornecidos gentilmente pelo meu orientador consegui fazer o meu lado familiar virar um objeto de estudo.

Diante disso, o que apresento aqui são minhas percepções etnográficas sobre o processo da gestão da pesca na Ilha de São Miguel, percepções essas alicerçadas no processo de ver, ouvir e escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) todo o comportamento e modo de vidas dos moradores da comunidade, não com uma visão de membro do grupo, mas de um estranho que durante sete viagens acompanhou como funciona a gestão da pesca na Ilha de São Miguel.

Assim, por meio de um conjunto de situações vivenciadas durante as minhas viagens de campo, pude compreender que a pesca na Ilha de São Miguel sempre esteve presente na vida dos moradores que por residirem no ambiente de várzea praticam essa atividade desde o início da formação da vila para fins de alimentação e fonte de renda. Consoante a caracterização da pesca proposta por Ruffino (2005) a pesca nessa localidade passou por três processos de desenvolvimento (pesca de subsistência – pesca comercial com o aumento na exploração do recurso pesqueiro, exaurimento do recurso e as iniciativas de controle do lago – consolidação do controle de uso e acesso aos lagos por meio do acordo de pesca e o manejo do Pirarucu). Ciente desses procedimentos, este estudo concentrou as análises nos processos que ocorreram durante a segunda e terceira fase, devido estas responderem à mobilização política que os moradores dessa comunidade realizaram para consolidarem sua gestão da pesca.

Assim, com o fim do ciclo da juta, a introdução de novas tecnologias de captura e armazenagem do pescado fazem os filhos da Ilha centrarem seus esforços na atividade da pesca buscando conseguir, além da alimentação, fonte de renda que garantisse a existência dos grupos familiares, bem como o bem estar individual. Esta ação exercida pelos pescadores locais com os pescadores circunvizinhos proporciona uma forte pressão nos lagos que, em curto período

de tempo, faz o recurso pesqueiro chegar próximo ao esgotamento. Tendo por base os estudos de Hardin (1968) em uma pesquisa anterior (FERREIRA 2014) aponto o raciocínio individualista como a principal causa que fez as famílias de São Miguel passarem por momento de necessidades alimentares. Somando-se a isso, tem-se a inovação tecnológica de captura de peixe, a introdução da malhadeira contribuiu para que os pescadores tanto internos e externos a Ilha conseguissem apanhar grandes quantidades de pescado sem levar em consideração o tamanho das espécies ou o estoque pesqueiro local.

Ademais, sob a luz de Catton e Dunlap (1993) Hannigan (2009) destaca a função competidora pelo meio ambiente como uma das explicações para a destruição ambiental. Na visão dos autores, a competição levará ao uso abusivo dos recursos acarretando em escassez. Esse processo se faz presente nos lagos da Ilha quando os pescadores locais e de fora buscam capturar grandes quantidade de pescado sem dar importância a reposição do estoque pesqueiro levando a destruição do mesmo gerando escassez e falta do peixe as mesas dos filhos da Ilha.

A escassez do pescado faz os moradores refletirem sobre a sua atuação nos lagos e buscarem implementar ações que visem restaurar o estoque pesqueiro antes abundante. Entende-se reflexão por meio da obra de Giddens (1991) quando este a destaca por meio da monitoração reflexiva da ação em que há constantemente um exame e reformulação das práticas sociais conforme a informação renovada sobre essas mesmas práticas (LENZI, 2006). Essa reflexão faz um dos membros da comunidade propor a suspensão da malhadeira nos lagos da Ilha por considerar ser este instrumento o causador do prejuízo no estoque pesqueiro local.

Para tanto, era preciso convencer as famílias da Ilha a pararem de utilizar esse apetrecho quando fossem pescar. Para isso, o idealizador do acordo e agente de polícia, na época, convoca os outros dois representantes – o monitor e catequista – para juntos reunirem os comunitários para analisarem o problema – a falta de peixe – que estavam passando e verificar se aceitavam e aprovavam a suspensão da malhadeira – reformulação da prática social.

O processo de convencimento das famílias para aceitarem o acordo de pesca não ocorreu de forma rápida, pois, no primeiro momento, os moradores não acordaram com a suspensão das malhadeiras alegando que o idealizador da proposta era responsável pela falta do peixe nos lagos, devido ser o primeiro membro do grupo a usar a malhadeira para pescar na Ilha. Ainda, a discordância da criação do acordo de pesca cria uma divergência de interesses pelos membros do grupo residente na Ilha de São Miguel, pois as famílias ficaram divididas entre: as que queriam o acordo de pesca e as que eram contra o acordo de pesca.

Esta divergência de opiniões cria uma ruptura na comunicação e interesse dos moradores enquanto grupo. E, para que o acordo de pesca fosse firmado era preciso que todos

ou a maioria tivessem o interesse de cooperar para alcançar o que Olson (1999) e Ostrom (2011) afirmam ser o bem estar coletivo. Nesse sentido, o catequista da comunidade busca – através de sua atuação na Ilha e em diálogos com os chefes das famílias – convencer os relutantes à suspensão da malhadeira que o acordo de pesca poderia trazer benefícios a todos os membros do grupo, pois traria o controle do território aquático local, bem como o uso racional do recurso pesqueiro o que poderia levar a renovação do recurso pesqueiro nos lagos locais.

Após longas conversas, o catequista conseguiu convencer as famílias a suspenderem as malhadeiras. Posterior a etapa de convencimento, houve a reunião da comunidade que após um momento de debate entre o grupo, os moradores acordam em suspender a malhadeira por um período. Ao perceberem a volta do estoque pesqueiro no período de suspensão da malhadeira os comunitários decidem proibir definitivamente esse apetrecho nos lagos da comunidade. Ainda, entende-se, nesse trabalho, que assim como nos estudos de Olson (1999) e Ostrom (2011) a ação coletiva dos moradores da Ilha conseguiu alcançar o objetivo pensado para o bem estar do grupo – a volta do pescador. Logo, o sucesso do acordo é concebido como o benefício que o grupo conseguiu alcançar através da mobilização política e da ação coletiva de suspender a malhadeira nos lagos locais.

Contudo, essa mobilização política causa conflitos entre pescadores locais e os de fora criando uma disputa pelo território aquático da Ilha. Ressalta-se que no início do controle do lago, tanto os pescadores locais (os *insiders*) como os de fora (os *outsiders*) poderiam exercer a atividade da pesca nos lagos da Ilha, contudo o exercício do “poder” de pescar era controlado pelos pescadores locais e manifestado através da designação de quais as tecnologias de pesca eram permitidas e quais eram proibidas. Contudo, a infração das regras por parte dos pescadores de fora fazem os pescadores locais exercerem o seu poder de domínio sobre o território da comunidade proibindo o acesso ao lago aos forasteiros da Ilha que a partir da definição de novas regras (acordo de pesca de 1983, homologado em 1985 e mobilização política na atualidade) controlam o acesso e uso do lagos da comunidade, deliberando quem pode pescar e em quais condições.

Ademais, o controle da pesca por meio do acordo comunitário mostra como a mobilização política exercida por esse grupo social se torna uma forma legítima de gestão coletiva dos recursos pesqueiro gerando equidade entre o grupo e a demanda de recursos existente no território da Ilha. Essa equidade entre recurso e a demanda do grupo gera uma qualidade de vida aos moradores da comunidade, pois, segundo Alencar (1997) quando um grupo combina desenvolvimento econômico com renovação dos recursos naturais estará desenvolvendo estratégias que combinam a qualidade de vida do grupo com a conservação

ambiental. No caso de São Miguel a gestão das pesca, centrada no acordo de pesca local e no manejo do Pirarucu, faz os moradores explorarem o recurso pesqueiro evitando, desperdício e a exploração desordenada do pescado favorecendo a renovação desse recurso e a sustentabilidade para os filhos da Ilha.

Esse controle na gestão da pesca nessa localidade não se limita apenas a elaborar e implementar regras que excluam a presença dos pescadores de fora da comunidade (*os outsiders*). No território da Ilha os moradores, através da ANMISM, criaram regras para os pescadores da própria. Estas regras têm por finalidade controlar a pesca e o modo de vida na localidade em prol da permanência e o sucesso da gestão da pesca local, garantindo “renda” a todos os membros do grupo social ali existente. Tal ação evita a ocorrência dos “aproveitadores” da ação coletiva citados por Olson (1999), haja vista que, a imposição de regras obriga todos os moradores da Ilha a participarem das ações determinadas pela ANMISM, pois caso alguém não participe da ação sofre uma punição que dependendo da gravidade ou da recorrência pode perder o direito de pescar nos lagos locais.

Todavia, convém mencionar ainda, que as invasões realizadas pelos pescadores de fora ocorrem desde o início do processo de gestão da pesca local, que dependendo do momento diminui ou aumenta a intensidade desses atos, criando conflitos cada vez mais intensos nesse espaço. Ainda, o “sucesso” ou “fracasso” das ações estabelecidas para o controle da pesca pelos atores sociais são determinadas nas reuniões e assembleias conduzidas pela associação dos moradores da Ilha.

Além disso, para verificar se todos cumprirão as regras, o grupo escolhe um conselho fiscal que fica responsável por monitorar todas as ações dos moradores da Ilha. Analisando a função do conselho com a do vigilante do Panórtico de Bentham de Foucault (1999, 2007) pode-se inferir que este atua na função de fazer todos se sentirem vigiados a todo momento e, por causa da consciência abstrata, seguem todas “as regras do jogo”, criando um disciplinamento e controle das ações do corpo, pois o medo de ser punido é maior que a vontade de infringir uma regra.

Diante disso, a função de vigilância na Ilha não fica sob total responsabilidade do conselho fiscal ou da ANMISM o poder de vigilância permeia por todos os membros da comunidade, pois cada pescador é vigia ou vigiado de outro, o que faz todos sentirem-se observados e obrigados a cumprir as regras locais. Todavia, quando alguém infringe uma regra o mesmo passa por um processo de julgamento por parte do grupo que poderá levar a punição. Tal punição serve para que o mesmo se discipline, tome consciência de seu erro e volte para o “jogo da pesca” na Ilha. Este processo de punição- conscientização serve tanto para o pescador-

infrator como para os que cumprem “docilmente” as regras do jogo, pois ao ver que um erro leva a exclusão dos benefícios alcançados pelo grupo, os pescadores locais sentirão medo de serem pegos infringindo e perderem a sua “renda”.

Por conseguinte, o exercício do poder da ANMISM sobre seus associados pode ser entendido como uma dominação burocrática do estudo de Weber (2012) uma vez que a redação de documentos (acordo de pesca, atas de reuniões estatuto da ANMISM) determinou um modo racional de uso dos recursos pesqueiros nos lagos da comunidade, impedindo que a atividade da pesca ocorra de forma desordenada e predatória. Ainda, convém mencionar aqui que a gestão da pesca da comunidade ocorre de forma democrática devido ao fato da escolha da diretoria da ANMISM ocorrer por intermédio de eleição, onde a cada dois anos os comunitários escolhem por meio do voto quais os moradores que conduzirão as atividades da ANMISM por um período de 02 anos. A escolha dos representantes da comunidade cria um nivelamento na gestão da pesca, pois os pescadores ao escolherem seus líderes criam um “poder” administrativo que mesmo sendo controlador busca garantir a equidade do grupo social que ali reside.

Para mais, entende-se que a gestão da pesca realizada pelos moradores da Ilha de São Miguel é fruto de uma ação coletiva onde os comunitários mobilizados politicamente decidiram como deve ocorrer a pescaria no território aquático da localidade. Essa ação coletiva cria, o que Perrota (2014) denomina de “*consciência ecológica*” pois ao delimitarem regras para controle e uso dos recursos pesqueiros locais estão lutando para a conservação dos lagos que por meio do manejo sustentável dos recursos pesqueiros locais, sobretudo do Pirarucu garantem uma equidade entre demanda e recurso no território aquático da Ilha. Assim como no entendimento de Lenzi (2006) pode-se aferir que a sustentabilidade dos recursos pesqueiros na Ilha é resultado de um processo democrático e de extremo controle das ações dos moradores que tem resultado em procedimentos de governança de acesso e uso dos recursos pesqueiros nos lagos locais.

Por fim, pode-se inferir que no início da gestão da pesca na Ilha de São Miguel houve uma dominação tradicional tendo como principal característica o controle apenas dos tipos de apetrechos de pesca a ser utilizado nos lagos e o livre acesso aos pescadores de fora. Todavia, a quebra do pacto pelos pescadores de fora motiva os moradores da Ilha a se mobilizarem politicamente para proibir o acesso aos recursos pesqueiro aos forasteiros. Essa mobilização, vigora por meio da constituição de documentos que “burocratizam” a gestão da pesca na Ilha, determinando quem, como e onde pode pescar dando controle ao acesso e uso dos recursos pesqueiros locais.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia: do discurso a práxis**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- ADAMS, Cristina.; MURRIETA, Rui Sérgio S.; SANCHES, Rosely Alves. Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas da várzea do Amazonas: novas perspectivas. *In: Ambiente e Sociedade* – vol. VIII, nº 01 jan/jun, 2005. p- 1-23. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/asoc/v8n1/a05v08n1.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2017.
- ALENCAR, Edna F. Trabalho feminino e as participação política como instrumento para a manutenção e renovação da qualidade de vida. In: Furtado, Lourdes Gonçalves. (org.) **Amazônia: desenvolvimento, sociobiodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA-NUMA, 1997, p. 102 – 133.
- ANMISM. Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel. **Acordo de Pesca da Comunidade Ilha de São Miguel**. Santarém – PA, 1985.
- AZEVEDO, Cleidimar Ribeiro de e APEL, Marcelo. **Co-gestão: Um processo em construção na várzea Amazônia**. Manaus: ProVárzea/IBAMA, 2004.
- BATISTA, Vandik; *et al.* Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. *In: RUFFINO, Mauro Luis. (Coord.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2004. p. 63-151.
- BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. *In: BEGOSSI, Alpina (Org.). Ecologia dos pescadores da Mata atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/ USP: Fapesp, 2004. p. 223-254.
- BENATTI, José Heder; MCGRATH, David; OLIVEIRA Ana Cristina Mendes de. Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia. *In: Ambiente & Sociedade* – Vol. VI, nº 2, 2003. p. 137 – 154. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300009>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BERKES, Fikret; *et al* **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Tradução de Ronaldo Costa. Organizado por Daniela C. Kalikoski. Rio Grande/RS: EdFURG, 2006.
- BONATTO, Maria Paula de Oliveira; OLIVEIRA, Paulo Roberto Sposito de. O papel da comunicação e da educação ambiental no manejo da pesca na Amazônia. *In: Anais do I Encontro Brasileiro de Ciências Ambientais*. (Impresso) - Volume II, 1994.
- CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. São Paulo: editora UNESP, 2000, 220p.

CASTRO, Fábio de; McGrath, David. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. *In: Parcerias Estratégicas* n° 12 – setembro de 2001. p. 112 – 126. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/179/173>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro. Acordo de Pesca como instrumento de Gestão Participativa na Amazônia. **Dissertação** (Mestrado em Direito Ambiental). Universidade do Estado do Amazonas, 2009. 134p. Disponível em: <<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/12-9.pdf>>. Acesso em 13 de Outubro de 2017.

COSTA, Pâmela Melo. Acordo de Pesca: desafios de implementação e consolidação em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará, Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca). Universidade Federal do Pará, 2010. 111p. Disponível em: <http://ppgeap.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2010/Ppgeap_Dissertacao_Pamela_Melo_2010.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia **Tese** (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo – USP, 2007. 261p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-112229/pt-br.php>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

DESCOLA, Philippe. Além da natureza e cultura. *In: Tessituras* [trad. Bruno de Ribeiro]. Pelotas, v. 3, n° 1, jan/jun. 2015, p. 7-33. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/download/5620/4120>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2018.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social** São Paulo; Martins Fontes, 2010.

ESTERCI, Neide. Cientistas e povos da floresta: a invenção de novos territórios de proteção ambiental na Amazônia. *In: ESTERCI, Neide; SANTANNA Jr., Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José Aquino (org.). Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 21 – 38.

FERREIRA, Roberth Rodrigues. Gênero de vida e recursos de uso comum: um estudo da comunidade Ilha de São Miguel – Santarém – Pará. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Licenciatura Plena em Geografia / Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, ICED / UFOPA, 2014, 95p.

_____. Roberth Rodrigues; SILVA, Rubens Elias da. Acordo de Pesca como gestão dos recursos: o caso Ilha de São Miguel, Santarém, Pará. **Amazônica: Revista de Antropologia**. (Online) - v. 09, n° 01, 2017, p. 156 - 178. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5487>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 21ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999. 262p.

_____. Michel. **Microfísica do Poder**; organização de Roberto Machado. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Problema ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: Furtado (org.) **Amazônia: desenvolvimento, sociobiodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA-NUMA, 1997, p. 146 – 165.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança, reflexividade. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Edunesp, 1997, p. 219 – 234.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010a.

GONÇALVES, Marco Antonio. **Traduzir o outro: etnografia e semelhança**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HARTMANN, Wolf D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André Castro C. (org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB - USP.: 2001, p.125-138.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa nº34**, de 18 de Junho de 2004. Brasília, 2004.

_____, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa nº 11** de 14 de outubro de 2004. Brasília, 2004.

ISAAC, Victoria Judith; CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro. **Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru/SP: Edusc. 2006

LIMA, Luciene Campos. Verificação dos Acordos de Pesca na região do Tapará, Santarém, Pará. **Monografia** (Aperfeiçoamento/Especialização em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia) - Universidade Federal do Oeste do Pará, 2014.

MCGRATH, David *et al*, Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. In: **Papers do NAEA nº 004**, 1991. p. 01-25. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=58>>. Acesso em 14 setembro de 2017.

_____, David *et al*, Manejo Comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. *In*: Furtado, Lourdes. Gonçalves; LEITÃO, Wilma MELO, Alex Fiuza de. (Orgs.) **Povos das Águas, realidade e perspectiva na Amazônia**. Coleção Eduardo Galvão, PR/MCT/CNPq, MPEG, Belém. 1993, p. 213-219.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Everton Jose do Nascimento. Acordos de pesca: a efetividade dos acordos para o desenvolvimento local nas comunidades do Pixuna e Jarí do Socorro no município de Santarém. **Dissertação** (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local Na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2014. 81p. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6825>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva**. [trad. e rev. tec. Leticia Merino Perez]. 2. ed. México: FCE, UNAM, IIS, 2011.

OVIEDO, Antonio Francisco Perrone. Gestão ambiental comunitária na Amazônia: estudo de caso do alto Purus. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2006. 328p. disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5141>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

_____, Antonio Francisco Perrone; BURSZTYN, Marcel; DRUMMOND, José Augusto. Agora sob nova administração: Acordos de Pesca nas Várzeas da Amazônia Brasileira. *In*: **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. v. XVIII, nº. 4, 2015. p. 119-138. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n4/1809-4422-asoc-18-04-00119.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

PANTOJA, Geandro Guerreiro. Acordo de Pesca: instrumento para a co-gestão do uso dos recursos pesqueiros no município de Parintins-Am. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2006. 116p. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2573>>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

PANTOJA, Marina Ciavatta. A várzea do Médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida. *In*: LIMA, Deborah. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005. pp. 157 – 205

PEREIRA, Henrique dos Santos. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. *In*: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos, **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas 2007. pp. 11-32.

PERROTA, Ana Paula. Emergência de noções e práticas ambientalistas ribeirinhas face à pesca artesanal. *In*: ESTERCI, Neide; SANTANNA Jr., Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria

José Aquino (org.). **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 137 – 168.

RAFFESTIN, Cloude. **Por Uma Geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.

RUFFINO, Mauro Luis. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

_____. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: ProVárzea/IBAMA, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Rubens Elias da; SALGADO, Andrew Matheus Fernandes. Gestão social das águas na FLONA e Reserva Extrativista do Tapajós-Arapiuns: estudo socioantropológico sobre os conflitos para demarcação de zonas de pesca e mobilização social para a gestão e preservação dos territórios de pesca comunitária. **Relatório Final do Projeto de Iniciação Científica (PROPPIT / Universidade Federal do Oeste do Pará)**, 2016. 25p.

_____, Rubens Elias da; FERREIRA, Roberth Rodrigues. Construção de Acordos de Pesca e Políticas Públicas para gestão de recursos pesqueiros na Região de Santarém, Pará (1990 – 2004). **O social em questão**. (Online) Ano XXI - nº 41 - Mai a Ago/2018, p. 327-354. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_SL2_Silva_Ferreira.pdf>. acesso em 02 de junho de 2018.

SIOLI, Harald. **Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. [tradução de Johann Becker] Petrópolis: RJ – Editora Vozes, 1985.

SMITH, Nigel J. H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: INPA, 1979.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. Janauacá, conflitos e territorialidades nas águas. *In: Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente*, 11 a 15 de novembro de 2005. Acesso em 11 de outubro de 2017. Link para acesso: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Ana%20Paulina%20Aguiar%20Soares.pdf>

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa social**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____, Marcelo Lopes de. O Território sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CÔRREA, R. L. Geografia: Conceitos e Temas*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. P. 77- 116.

TOURAINÉ, Alain. **Sociologie de l'action**. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1973

VERRÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro, Livraria Alves, 1895. 137p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. de Gabriel Cohn, 4ª ed. 3ª reimpressão – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012. 464 p.

ANEXO

Anexo A – Acordo de Pesca da Comunidade Ilha de São Miguel

"_A_C_O_R_D_O_"

Nós abaixo assinados, proprietários de terras, usuários e moradores da ILHA DE SÃO MIGUEL município de Santarém-Pá, contrariados com as constantes invasões provocadas por parte de pessoas inescrupulosas que além de utilizarem-se de nossas propriedades sem autorização, exploram-nas no ramo de pescarias utilizando utensílios destruidores e em épocas inadequadas, depredando e banindo nossas reservas.

2. Visando a preservação das espécies de peixes que muito servem para manter nossas famílias, de vez que somos agropecuaristas, e a facilidade em pescá-los tem ajudado no desenvolvimento de nossos trabalhos, baseados em nossos direitos de proprietários e levando em consideração:

- a) O nível das águas em determinadas épocas do ano;
- b) A situação dos locais de pesca aqui existentes que os tornam centrais durante certo período do ano;
- c) O pequeno e único acesso aos lagos no período das enchentes;
- d) A grande quantidade de peixes e seus filhotes aqui existentes, e
- e) Aceitação dos pescadores licenciados que residem na comunidade.

3. Decidimos em reunião realizada no dia 24.08.85, conforme o acordo vigente desde 1.983, manter para todos os lagos, baixas e outros locais de pescarias situados dentro da nossa localidade, o seguinte:

Proibir em caráter permanente o uso de:

- 1 - Redes de pescar (malhadeiras, bubuias, etc...), rede de arrasto, bombas e lanternas de carburêto;
- 2 - Espinhel em baixo de árvores frutíferas próprias para alimentação dos peixes;
- 3 - Pesca de pirarucu no período de 01 de outubro a 31 de março, conforme a Lei Federal;
- 4 - Tarrafa no lago denominado "LAGUINHO", durante o período em que haja acesso para os peixes aos demais lagos, e
- 5 - Pesca com a finalidade única e exclusiva para vender.

4. O período de uso de tarrafa no lago denominado "PARANÁ" ficará a critério dos proprietários.

5. Os demais métodos de pescarias que venham a ser criados e resultem em depredação, também não serão permitidos e ficarão sujeitos às decisões tomadas em reunião pelos assinantes deste acordo.

6. O proprietário que discordar do presente acordo, não assinar e venha utilizar um dos tipos de pescarias aqui proibidos, mesmo dentro da sua propriedade, ficará proibido de pescar nas propriedades alheias ainda que utilizando utensílios considerados legais por este acordo, não terá direito de reclamar à autoridade local contra os invasores que venham a pescar em suas propriedades, principalmente os pescadores licenciados, não terá apoio da comunidade quando for necessário, pois consideramos que se o dito proprietário usa das ilegalidades aqui previstas, dá liberdade aos demais.

7. Os infratores deste acordo serão advertidos, pela autoridade local, na primeira tentativa. Na segunda, terão seus apetrechos apreendidos e entregues à SUDEPE, cabendo àquele órgão proceder as punições cabíveis.

8. As despesas com deslocamentos de pessoas desta comunidade, para resolver problemas na cidade ocasionado por infração a este acordo, ocorrerão por conta do infrator.

9. Nosso interesse é não prejudicar ninguém e sim, ajudar beneficiando-os na manutenção de suas famílias com a facilidade de pegar peixes com abundância, pois a preservação aqui instituída muito ajudará no desenvolvimento agropecuário de nosso município.

Ilha de São Miguel (PA), 24 de agosto de 1.985

DE ACORDO:

- Interno de São Miguel no 3.019
- Danzaita Pinto Bertina
- Júlio Ramos Bertina
- Sebastião Ferruzza
- Luiz Bento Pinto
- Raimundo Ramos Pinto no 3.444
- Internino Filho Galício
- José ~~da~~ Pinto SA
- Robinson Rocha Galício
- Raimundo Pinto Barante no 3.353
- José Pinto
- Manuel suplicio Pinto
- Manoel de Sá Ferreira
- Raimundo Pinto SA
- Luiz Miranda no 3.354
- Luiz Parente Miranda no 3.356
- João Sá Pinto no 1.591
- Yami Gonçalves de Sousa
- Benedito Pinto da Silva
- Benedito de Sousa no 3.355
- Plaldemiro de Sousa Pinto
- Luiz Miguel Pinto
- Empresa de São Ferruzza

Rec
Rec
Rec

continuação das assinaturas.

Jose Ely Rocha Sá	
Immanuel Assunção Pinto	3.443
Tomé de Sá Pereira	1.205
Luís Pinto Sá	
→ José Sá Pinto	562
Gilson Sousa Pinto	
João Sousa Pinto	
Antonia Bento Pinto	
Juvenildo Rocha Galício	
Immanuel Pinto Sá	
Alberto Jorge Teixeira Araújo	
Leinaldo Fernandes	
António Miranda Sá	
Juvenildo Santos Pinto	
Antonio Sousa Ramos	

Recebi uma caixa de livros fute na Ilha de São Miguel, a qual deve ser encaminhada p/ o Departamento de SUPRE em Belém.